

ROGÉRIO SOUZA MARINHO

**FACES DA EXPANSÃO URBANA EM SALINÓPOLIS, ZONA COSTEIRA DO ESTADO
DO PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo- da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (NUMA/UFPA)

BELÉM

2009

ROGÉRIO SOUZA MARINHO

**FACES DA EXPANSÃO URBANA EM SALINÓPOLIS, ZONA COSTEIRA DO ESTADO
DO PARÁ**

Aprovada em 17/03/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Orientado

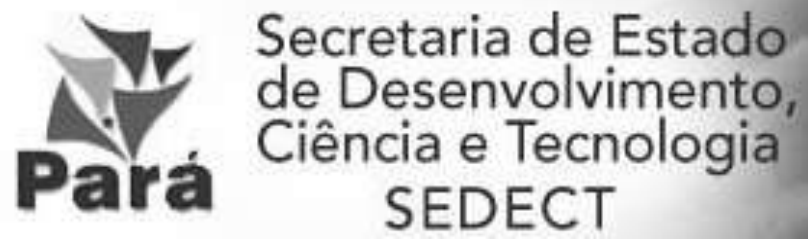
Prof. Dr^a. Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira

Examinadora Interna

Prof. Dr^a. Ana Cláudia Duarte Cardoso

Examinadora Externa

Trabalho de pesquisa apoiado pela:



Para Marinho e Marlete !!

A cidade não pára, a cidade só cresce

O de cima sobe e o de baixo desce

Chico Science (Nação Zumbi)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS sobre todas as coisas, por olhar por mim nos momentos difíceis que fizeram parte da produção deste trabalho. A minha família pelo apoio e por sempre acreditar em mim; aos meus grandes amigos, companheiros nessa empreitada Bruno Malheiro, Eliezer Andrade, Paulo Melo, Rogério Miranda, Ronaldo Braga e Leonardo Alves. Ao professor Gilberto de Miranda Rocha pela confiança e autonomia a mim atribuídas e a professora Janete Marília G. C. de Oliveira. A SEDECT (Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia) pelo apoio institucional ao projeto. A direção da Escola Estadual Aracy Marques pelo apoio incondicional e compreensão. Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Meu Muito Obrigado.

Resumo

É intenção deste trabalho de dissertação discutir o processo de urbanização de uma das cidades da zona costeira do Pará, Salinópolis, situada na mesorregião do Nordeste paraense, microrregião do salgado. Processo este que se estrutura nesta cidade desde o período colonial, mas que ganha dimensões complexas e contraditórias na segunda metade do século XX.

A análise está centrada na atuação dos principais agentes considerados como vetores/indutores da urbanização desta cidade do litoral paraense, e, que paralelamente, também corresponde a uma tendência contemporânea do processo de ocupação da zona costeira brasileira, trata-se da expansão do turismo e do veraneio marítimo, atividades econômicas que muito têm contribuído para a intensificação das formas de uso e apropriação do espaço litorâneo pautadas na lógica urbano-mercantil.

Em Salinópolis, espaço desta análise, a atuação de tais vetores de ocupação (turismo e veraneio marítimo), associados ao conjunto de políticas públicas (também vinculadas ao desenvolvimento do turismo e veraneio marítimo) são concebidos como responsáveis pela reorganização do espaço urbano desta cidade, haja vista, que tais agentes promovem a produção de novas formas e processos sócioespaciais no espaço urbano de Salinópolis. Crescimento desordenado e periférico, segregação sócioespacial, impactos ambientais e modificação do modo de vida local são algumas das questões decorrentes do avanço da urbanização em Salinópolis.

Palavras-chave: urbanização, turismo e veraneio marítimo.

Abstract

The main purpose of search is to discuss the urbanization process of one of the cities in the sea-shore zone of Pará, located at the northern mesoregion of Pará State, microregion of the salt sea-shore. The process which set it up itself since the Colonial period, but getting complex dimensions as contradictory on the second half of 20th century.

The search is concentrated on the performing agents, considered responsible for urbanizing this city in the paraense sea-shore (coastland) and in parallel, also corresponding to the contemporaneous tendency on the occupations process of the Brazilian seaside area, it refers about the tourism expansion and maritime summer resorts, that are economic activities inwhic contribute at the litoraneous seaside, based on markert urbanization logic.

In Salinópolis, the subject of this search, the performance of such segment that burst forth occupation (tourism and maritime summer resort) along with a range of public politics (also entailed to the tourism and summer resort development), therefore are understood as responsible for reorganization of urban areas in this city, taking on account such agents that provide new ways in the urbanization social process of Salinópolis.

Disordered urban development and peripheral segregation of social environment as well as its impact and abrupt change in the local community lifestyle, make part of the issues in the urbanization progression in Salinópolis and its results.

Key words: Urbanization, Tourism end Maritime Summer Resort.

Lista de Figuras

Figura - 01: Divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias	39
Figura - 02: Canhão de sinalização náutica do século XVII	69
Figura - 03: Canhão de sinalização náutica do século XVII	69
Figura - 04: Ruínas do antigo farol construído na ilha do Atalaia no século XIX	71
Figura - 05: Farol que atualmente é utilizado na sinalização náutica.....	71
Figura - 06: Pólos turísticos do Estado do Pará.....	89
Figura - 07: Pólo turístico costa atlântica	89
Figura - 08: Obra complexo turístico orla do Maçarico	92
Figura - 09: Residências de veraneio no bairro do Destacado	103
Figura - 10: Residência de veraneio	103
Figura - 11: Residências do bairro Atlântico II (área de ocupação espontânea).....	108
Figura - 12: Avenida do complexo turístico orla do Maçarico	111
Figura - 13: Estabelecimentos comerciais do complexo turístico orla do Maçarico.....	111
Figura - 14: Estabelecimentos comerciais do complexo turístico orla do Maçarico no mês de julho.....	112
Figura - 15: Avenida do complexo turístico orla do Maçarico no mês de julho	112
Figura - 16: Barracas comerciais da praia do Atalaia.....	116
Figura - 17: Residências de veraneio na praia do Atalaia	116
Figura - 18: Construções urbanas sobre ambientes de dunas	117
Figura - 19: Residências sobre manguezais do bairro do Porto Grande.....	118
Figura - 20: Residências sobre manguezais do bairro do Guarani	118
Figura - 21: Residências sobre áreas de manguezais já urbanizados	118

Lista de Mapas

Mapa - 01: Mapa do padrão de ocupação da zona costeira brasileira	56
Mapa - 02: Mapa de localização do município de Salinópolis.....	61
Mapa - 03: Mapa da distribuição das unidades de paisagem no sítio urbano de Salinópolis...	61
Mapa - 04: Mapa do Estado do Grão Pará e Maranhão.....	66
Mapa - 05: Mapa da evolução da área urbana de Salinópolis	81
Mapa - 06: Mapa de crescimento da ocupação urbana de Salinópolis	86
Mapa - 07: Mapa das tipologias das ocupações urbanas de Salinópolis	105
Mapa - 08: Mapa da disposição da malha urbana de Salinópolis sobre as unidades de paisagem litorâneas.....	114

Lista de Tabela

Tabela - 01: Dados populacionais da cidade e do município de Salinópolis	77
--	----

Lista de Quadro

Quadro - 01: Quadro síntese das formas de ocupação atuais da zona costeira do Brasil	58
Quadro - 02: Quadro síntese da evolução urbana da cidade de Salinópolis.....	

SUMÁRIO

Agradecimentos	vii
Resumo	viii
Abstract.....	ix
Lista de Figuras	x
Lista de Mapas.....	xi
Lista de Tabela.....	xi

Sumário

Introdução	1
Capítulo I: Cidade, Urbano e Urbanização da sociedade	7
1.1- A produção do espaço da cidade	8
1.2- A produção do espaço urbano	18
1.3- A urbanização da sociedade	31
Capítulo II: O processo de ocupação da zona costeira brasileira: uma breve caracterização	34
2.1- A ocupação da zona costeira brasileira durante o período colonial	35
2.2- A ocupação da zona costeira brasileira a partir do modelo urbano-industrial	46
Capítulo III: A produção e reorganização do espaço urbano de Salinópolis	60
3.1 - A gênese da cidade e os primeiros traços de sua organização urbana: de Viriandeua/Virianduba à Salinas	63
3.2 - A estância hidromineral	74
3.3 - A sede municipal: as transformações urbanas em Salinópolis.....	76
3.4 – A cidade de Salinópolis e as intervenções urbanísticas/turísticas: o ordenamento espacial do complexo turístico Orla do Maçarico	87
Capítulo IV: Destacado, loteamentos e áreas de ocupação: diferenciação intraurbana e segregação sócio-espacial em Salinópolis	97
4.1 – A diferenciação intraurbana de Salinópolis.....	98
4.2 – Segregação sócioespacial: a elitização do bairro do Destacado e o crescimento das áreas de ocupações espontâneas	100
4.3 – A organização sócioespacial temporária do espaço urbano de Salinópolis.....	110
4.4 – A urbanização das áreas de proteção ambiental do entorno da cidade de Salinópolis..	113

Considerações Finais	120
Referências	123

INTRODUÇÃO

Indiscutivelmente, o processo de urbanização é um fenômeno de grande expressividade sobre o território brasileiro. De acordo com dados do IBGE (2000), o Brasil chega ao final do século XX e inicia o XXI, com uma população urbana que corresponde a mais de dois terços de sua população total, o que significa dizer que, atualmente, a maior parte da população brasileira está vivendo em cidades.

Tal fato é resultado, segundo Moraes (2007), da atuação conjugada de dois processos: o crescimento urbano e expansão da urbanização. Para o autor, tais processos são representados pela urbanização de novas áreas e ao mesmo tempo, pela intensificação da vida citadina em vários pontos do Brasil, o que pode ser verificado, através do crescimento urbano das cidades (nos diversos níveis de hierarquia urbana) e do surgimento de novas cidades. Como resultado disso, o território brasileiro passa apresentar uma considerável rede urbana, mas que ainda se espacializa de forma concentrada em alguns pontos do território nacional.

Este caráter expansivo e ao mesmo tempo concentrado da urbanização brasileira pode ser evidenciado de modo mais expressivo, ao longo da zona costeira¹ do Brasil. Nesta extensa faixa de terras banhadas pelo oceano Atlântico, defronta-se com vastas áreas continuamente ocupadas, mas também, com vastas porções do litoral brasileiro escassamente povoadas (MORAES, 2007). Na primeira situação, pode-se destacar o litoral Sudeste e uma considerável parte do litoral Nordeste, onde a forma predominante de ocupação do espaço litorâneo está pautada nos moldes urbanos, onde as atividades econômicas desenvolvidas estão ligadas ao setor industrial, portuário e turístico, e também, onde são identificados os

¹ A precisa definição do que seria a zona costeira de um país é questão que suscita grande polêmica. Isto porque, dependendo dos fins pretendidos com tal delimitação, pode-se adotar critérios específicos no ato de definir este espaço, como é caso, por exemplo, dos critérios naturais, que lançam mão de um determinado quadro natural, em que a predominância de paisagens naturais e ecossistemas peculiares são elementos limítrofes, ou ainda, critérios político-administrativos, cujos os fins convergem para o exercício do planejamento e ação política, adotando como elementos demarcatórios limites municipais, como é caso do Brasil. Ambos os critérios apresentam problemas em seus exercícios de definição da zona costeira brasileira. No que concerne ao quadro natural, a dificuldade incide no fato de que a zona costeira é uma unidade natural evidente, sendo possível encontrar em vastas porções da costa brasileira, em que a linha litorânea é apenas a borda marítima de compartimento naturais que adentram bastante a hinterlândia continental. Os critérios político-administrativos, em que o município é o ente privilegiado na delimitação da zona costeira, o problema está centrado na discrepância na consideração dos municípios litorâneos, que dependendo da perspectiva adotada pode apresentar diferenças, exemplo disso, é a diferença do número de municípios considerados como litorâneos pelo IBGE e GERCO (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro), o primeiro concebe o número de 253, enquanto que o outro admite a existência de 532 municípios litorâneos. Tendo em vista o quadro complexo na definição da zona costeira do Brasil, entende-se ser mais apropriado para este trabalho conceber a zona costeira brasileira como um espaço de usos múltiplos, haja vista, as variadas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais diversas manifestações de atividades humanas, onde pode ser evidenciada a existência, desde comunidades vivendo em gênero de vida tradicional até a presença de metrópoles dotadas de modernidade (MORAES, 2007).

maiores índices de densidade demográfica da zona costeira. Na outra situação, o quadro é inverso, configurando-se, de forma considerável modalidades de uso do solo litorâneo pautadas em atividades tradicionais (extrativismo, pesca artesanal, pequena agricultura, etc.), além de apresentar baixos índices de densidade demográfica, é o caso, principalmente do litoral Norte do Brasil (e parte do extremo Sul do litoral brasileiro). Nesta faixa litorânea as grandes aglomerações urbanas podem ser consideradas pontuais.

Tendo em vista o quadro acima, busca-se discutir neste trabalho de dissertação, o desenrolar do avanço do processo de urbanização sobre uma cidade que compõe a zona costeira do estado Pará², que corresponde a porção da região Amazônica tocada pelo oceano Atlântico. Trata-se de Salinópolis, cidade situada na mesorregião Nordeste do Estado do Pará.

A análise da urbanização desta cidade da costa paraense pode proporcionar, ainda que de forma momentânea, a apreensão de uma tendência contemporânea que caracteriza o processo de ocupação da costa brasileira, a qual está diretamente relacionada à idéia de urbanização do território e da sociedade (SANTOS, 2005), o que significa dizer que, a ocupação das terras litorâneas, atualmente, estão atreladas à expansão do uso urbano do solo litorâneo.

Ao mesmo tempo, a expansão do fenômeno urbano sobre este espaço litorâneo do Norte do país, permite uma aproximação com a formulação teórica de Lefebvre (1999), que trata sobre o processo de “urbanização completa da sociedade”, o qual designa a constituição da sociedade urbana.

Além destas questões, a análise também pode revelar as particularidades do processo de urbanização na Região Amazônica. Neste sentido, a investigação da urbanização de Salinópolis ganha importância, haja vista, que tal cidade apresenta na constituição de seu espaço urbano, elementos que remontam o processo histórico da produção do espaço Amazônico, que data do período colonial, mas que, no entanto, não expressam as características da urbanização que se processou a partir da década de 1960, quando então a região passa a “integrar” os planos do Estado brasileiro no processo de reprodução capitalista.

Neste sentido, o espaço litorâneo de Salinópolis expressa, como um fragmento que compõe a zona costeira, tanto as marcas da urbanização brasileira, quanto as particularidades desse processo em escala regional, ou seja, na realidade Amazônica.

² Além do município de Salinópolis também fazem parte da zona costeira do Pará, segundo critérios político-administrativos os municípios de Afuá, Chaves, Soure, Salavaterra, Cachoeira do Arari, Barcarena, Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santo Antônio do Tauá, Santa Barbara do Pará, Colores, Vigia de Nazaré, São Caetano de Odivela, Curuçá, Marapanim, Magalhães Barata, São João de Pirabas, Bragança, Augusto Corrêa, Primavera, Quatipuro e Vizeu.

Por isso, nossa análise sobre este espaço do litoral paraense prima pela investigação dos elementos considerados como vetores/indutores do processo de urbanização desta cidade que atualmente, pode-se dizer, podem ser apontados como os grandes responsáveis pela expansão do processo de ocupação urbana que se dá ao longo da zona costeira brasileira. São eles: o desenvolvimento da atividade turística, a ação planejadora do Estado expressa principalmente por meio de suas políticas públicas de incentivo ao turismo e a expansão das moradias de segunda residência³, formas espaciais estas, associadas ao desenvolvimento do veraneio marítimo⁴.

Conjuntamente, estes vetores têm contribuído para a aceleração do processo de inserção dos espaços litorâneos ao contexto urbano, submetendo-os à lógica urbano-mercantil de uso e apropriação do espaço.

Em decorrência disso, tem-se presenciado o crescimento caótico de algumas cidades ao longo da zona costeira do Brasil, marcadas por um quadro de extrema carência urbana e um considerável rastro de impactos ambientais deixados sobre os ambientes costeiros.

Na zona costeira do estado do Pará, a cidade de Salinópolis (que também é sede política do município de Salinópolis), é o caso que melhor sintetiza a situação em tela. Alvo de pesados investimentos governamentais (Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Salinópolis) destinados ao incentivo da atividade turística e de apoio ao veraneio marítimo, esta cidade expressa em seu espaço urbano, as marcas do avanço da urbanização induzida por estas ações.

O caráter espontâneo e anárquico, traço marcante da urbanização brasileira (MORAES, 2007), também é evidente na configuração espacial da cidade de Salinópolis. Neste sítio urbano da zona costeira paraense, processa-se um elevado ritmo de crescimento urbano, evidenciado por meio do crescimento populacional, pela expansão da malha urbana da cidade, e também, pela subordinação do modo de vida local (caracterizado pelo desenvolvimento de atividades produtivas ligadas à pesca) à lógica do modo de vida urbano.

Com efeito, a organização interna desta cidade revela contradições sócioespaciais que se fazem presente na maior parte das cidades brasileira, tais como a expansão de áreas

³ Segunda residência ou residência de veraneio, formas espaciais produtos da expansão do veraneio marítimo que se fazem na maioria das cidades situadas na zona costeira do Brasil.

⁴ Neste trabalho é entendido como uma prática marítima moderna, que representa uma forma de aproximação da sociedade em relação aos espaços litorâneos, possibilitando o desenvolvimento de novas formas de uso e apropriação da zona costeira, seja através da utilização para o lazer e mesmo para fins de moradia. Esta prática, que ganha maior impulso a partir de segunda metade do século XX, representa atualmente, um movimento de grande atuação na incorporação de porções do litoral brasileiro ao tecido urbano, contribuindo para a densificação da ocupação na zona costeira do Brasil.

periféricas, crescimento urbano desordenado, problemas ambientais, entre outros. Na cidade de Salinópolis tais processos urbanos estão materializados na forma de crescimento de áreas sociais periféricas (não só do ponto de vista geométrico, mas também social), que surgem principalmente sobre os ambientes insalubres, onde são construídos casebres sem mínimas condições de moradia e padecem com a falta de infraestrutura urbana; no avanço das ocupações urbanas sobre as áreas de proteção ambientais, como praias, dunas e manguezais, seja na forma de ocupações espontâneas ou na forma de ocupações consideradas legais, como as promovidas pelo Estado para a construção de infraestruturas voltadas para o apoio ao desenvolvimento do turismo, o que tem desencadeado graves e irreversíveis impactos ambientais sobre os dinâmicos e vulneráveis ecossistemas litorâneos; e por fim, na forte reorganização do cotidiano da população local em decorrência da disseminação do veraneio marítimo, dada a sua dinâmica periódica no decorrer do ano.

Afim de melhor compreender a situação em tela, formulamos questões que têm como finalidade direcionar a análise sobre o espaço urbano de Salinópolis. A primeira questão de caráter mais abrangente quer saber **em que medida o Turismo, a ação do Estado e a expansão do veraneio marítimo têm contribuído para o processo de urbanização da cidade de Salinópolis-PA?**

Deste questionamento de caráter geral deriva outro, só que de abrangência mais específica, o qual quer saber **que formas e processos sócioespaciais, produtos da expansão da urbanização em Salinópolis são responsáveis pela reorganização do espaço urbano desta cidade do litoral paraense. E ainda, qual a relação que se estabelece entre a expansão das residências de veraneio (segunda residência), produtos do veraneio marítimo, e o processo de segregação sócioespacial na cidade de Salinópolis.**

No sentido de direcionar a análise, e assim, tentar responder tais questionamentos, faz-se necessário estabelecer alguns objetivos. O primordial deles, para permitir uma compreensão mais ampla da problemática em tela consiste, em **analisar a atuação dos vetores de ocupação do litoral (Estado, veraneio marítimo e turismo) no processo de urbanização de Salinópolis.** Além desse, busca-se também **reconhecer as principais formas e processos sócioespaciais produzidos no espaço urbano de Salinópolis em decorrência da atuação dos vetores de ocupação nesta cidade do litoral do Pará (políticas públicas voltadas para o turismo, a atividade turística e o veraneio marítimo);** e por fim, **analisar a relação entre o avanço das residências de veraneio (segunda residência) e crescimento de áreas sociais periféricas (espaços sociais segregados) na organização do espaço urbano de Salinópolis.**

A metodologia utilizada para a realização do trabalho consistiu inicialmente no levantamento e revisão bibliográfica. Nesta etapa, foi elaborado o referencial teórico-metodológico utilizado na análise do espaço urbano de Salinópolis, o qual privilegiou as formulações espaciais, cuja preocupação estava centrada na apreensão da espacialidade dos fenômenos sociais, ou seja, na produção social do espaço (LEFEBVRE, 1999). Além da construção do aporte teórico-metodológico, esta primeira etapa da pesquisa também possibilitou, por meio das consultas aos acervos públicos, o levantamento de informações valiosas acerca do espaço de análise (a cidade de Salinópolis), presentes em trabalhos como teses, dissertações, monografias de espacialização e conclusão de curso, além de artigos em jornais. Pode-se ainda, associar a esta etapa do trabalho, a consulta e análise de mapas, ortofotos e imagens de satélite, cuja finalidade foi dimensionar espacialmente, um dos aspectos visíveis da urbanização, o crescimento desordenado da malha urbana da cidade.

A etapa seguinte consistiu na realização de trabalhos de campo, constituídos por atividades como observações sistemáticas, registros fotográficos e entrevistas semi-estruturadas. Esta etapa da pesquisa, por meio de tais atividades, possibilitou o reconhecimento das reais dimensões da cidade, bem como permitiu a descrição da espacialização de alguns processos produzidos pela urbanização. Além disso, esta etapa da pesquisa foi de fundamental importância para subsidiar de informações mapas e afirmativas feitas no trabalho, adquiridas através da observação *in locu* e nas entrevistas realizadas com os agentes sociais.

A estrutura do trabalho apresenta inicialmente discussões de caráter teórico acerca, principalmente, da produção social do espaço, da produção da cidade e do urbano. Em seguida, procura-se relacionar a ocupação da zona costeira brasileira com o avanço da urbanização, induzida pelo avanço do modo de produção capitalista e suas formas de uso e apropriação do espaço. E por fim, discute-se a produção do espaço urbano de Salinópolis e sua reorganização a partir da atuação do veraneio marítimo, da atividade turística e das políticas públicas neste espaço.

Neste sentido, os capítulos do trabalho foram organizados da seguinte forma: no **capítulo I**, discutiu-se a produção social do espaço, como também, resgatou-se a origem da cidade, forma espacial socialmente produzida, que em diferentes contextos históricos (e segundo as determinações dos modos de produção) apresentou formas específicas na organização de seu espaço. Neste percurso, objetivou-se reconhecer as formas e processos sociais produzidos pela urbanização em outros períodos, e ao mesmo tempo entender como tal processo, assume dimensões mais complexas e escalas mais abrangentes.

No **capítulo II**, objetivou-se demonstrar que o processo de ocupação da zona costeira brasileira desde sua fase colonial esteve pautada em formas de ocupação vinculadas à lógica urbana, mesmo estando neste período, limitada à presença de fortes e vilas e pequenos vilarejos, mas que no entanto, apresentavam-se como produtos da expansão da urbanização sob a lógica do capitalismo mercantil. Processo que se intensifica nesta porção do território brasileiro a partir da consolidação do modelo urbano-industrial.

No **capítulo III**, voltaram-se os esforços para a análise do processo de produção do espaço de Salinópolis e sua reorganização a partir da expansão do veraneio marítimo e do turismo. E por fim, o **capítulo IV**, em que se procurou retratar as principais transformações intra-urbanas presentes no espaço urbano de Salinópolis, resultantes da atuação conjunta de veraneio marítimo, turismo e políticas públicas.

CAPÍTULO I

Cidade, Urbano e Urbanização da Sociedade

É inegável que no início do século XXI, uma das temáticas que mais tem se destacado, diz respeito ao intenso processo de urbanização vivido por nossa sociedade. Porém, em meio à presença de tal processo, alguns questionamentos ainda persistem quando se mergulha no oceano que é a análise do fenômeno urbano.

Os estudos que se dedicam à análise da urbanização sempre se depararam e, ainda se deparam, com questões que denunciam a complexidade de tal fenômeno. Tais questões incorrem, principalmente, sobre os critérios e os conceitos utilizados pelos diversos campos do conhecimento para a apreensão do processo de urbanização, que, nem sempre permitem uma visão ampliada do processo, reduzindo assim, a complexidade da urbanização a dados meramente quantitativos.

O critério que leva em conta o crescimento demográfico é sem dúvida um dos mais utilizados na tentativa de apreensão da urbanização. Por meio deste critério, o número populacional, e, por conseguinte, seu crescimento, é muito utilizado como fenômeno demonstrativo da materialização do urbano e de expansão da urbanização. Isto fica evidente quando uma determinada cidade atinge certo contingente populacional, o que de forma automática lhe atribui o caráter de urbana, simplificando dessa forma, o fenômeno urbano a mera aglomeração de pessoas, ou seja, a dados numéricos. Uma das limitações deste critério está relacionado a grande variação no limite populacional estabelecido para um determinado espaço ser considerado urbano, em países como a Escócia e de 500 habitantes, enquanto que na Grécia e de 10.000 habitantes (ENDLICH, 2006 apud ABRAMOVAY, 2000).

Aliado a este critério está outro, que leva em conta a densidade da população sobre uma determinada área, como se fosse simples denominar um espaço de urbano por meio de mera operação matemática que envolve área e número de pessoas. Estes critérios deixam de fora elementos relacionais, que não podem ser mensurados, mas que fazem parte do processo de urbanização da sociedade.

A expansão da cidade, por meio do crescimento de sua dimensão espacial também é outra forma de tentar analisar a urbanização. Este critério prioriza a dimensão material, a expansão dos objetos espaciais, como adensamentos do número de vias públicas, o crescimento do número de residências, ou seja, este critério considera na investigação da urbanização o crescimento das edificações, dos aspectos morfológicos. Da mesma forma que

no critério anterior, o conteúdo relacional da urbanização fica de fora, o que nem sempre correspondem às formas espaciais existentes no espaço.

A investigação das atividades produtivas é outro aspecto utilizado para a apreensão do urbano. Aqui é considerado urbano, o espaço que desenvolve atividades atreladas principalmente as atividades industriais e de serviços, ou seja, atividades produtivas não agrícolas, esquecendo-se que hoje, a produção e reprodução da agricultura depende muito e, mesmo, está atrelada ao espaço urbano, estando o campo permeado de relações urbanas, desafiando e submetendo o tempo da natureza ao tempo da cidade.

E, por fim, o critério que leva em conta as relações, o modo de vida dos habitantes, marcados pela presença de valores considerados modernos, ou seja, de uma “cultura urbana” (CASTELLS, 1983). Este desconsidera a base material, que é de grande importância para a reprodução dos conteúdos sociais, considerando-a abstrata.

Em nossa perspectiva, todos os aspectos acima mencionados são manifestações do fenômeno urbano, no entanto, nenhum deles concentra a totalidade do processo de urbanização. Todos se apresentam limitados, parciais, como fragmentos de um processo que atua na totalidade do espaço, mas que se manifesta com características e intensidades diversas, refletindo a condição ocupada por cada espaço no contexto mundial da urbanização.

Neste sentido, ao se desenvolver uma análise acerca do processo de urbanização, deve-se levar em conta suas dimensões material e relacional, tendo em mente que a priorização de apenas uma destas dimensões não é suficiente para a compreensão da sua totalidade.

1.1- A produção do espaço da cidade

Procurar entender a origem do processo de produção do espaço da cidade nos remete, primeiramente, a buscar compreender o processo de produção do espaço geográfico. Isso nos possibilita, nesse primeiro momento, apresentar a concepção de espaço geográfico aqui presente, uma vez que será por meio dessa concepção, ou melhor, desse olhar espacial, que pretendemos analisar nosso objeto de estudo, a cidade.

A partir da perspectiva teórico-metodológica aqui optada, a produção do espaço geográfico é concebida como um processo social, resultado da relação que o homem mantém com a natureza ao longo de sua história por meio do trabalho. É por meio dessa relação que o homem cria as condições indispensáveis para sua existência, desenvolvendo instrumentos que lhe permitam compreender e transformar a natureza, produzindo assim, sua história e ao mesmo tempo, espaço.

Esta relação entre homem e natureza só é possível pelo uso consciente do trabalho, sendo intermediado pela técnica, elemento, que segundo Santos (2002, p. 29), “são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Nesse sentido, entende-se que o ato de produzir do homem, que significa tirar da natureza os elementos indispensáveis a sua reprodução, é sempre um ato de produzir espaço.

Ao produzir espaço, o homem modifica a natureza, a primeira natureza, criando assim, uma segunda natureza, uma natureza humanizada. É essa segunda natureza que se transforma no objeto geográfico, ou seja, no espaço geográfico, produto da relação social de produção desenvolvida pela sociedade ao longo de sua existência. Nesse processo produtivo, o homem cria instrumentos de dominação, que representam o desenvolvimento de sua força produtiva, instrumentos estes que visam minimizar os imperativos das condições naturais sobre suas ações.

Ao modificar a natureza por meio da produção (do espaço), o homem imprime alterações na paisagem, que a partir de então, passa a constituir-se de objetos naturais e objetos artificiais (SANTOS, 2002). É a partir desse momento que a paisagem nos revela o início do processo de socialização da natureza, que dependendo do grau de desenvolvimento tecnológico alcançado pelo homem, pode apresentar intensidade diferenciada.

A intensidade do processo de modificação da natureza está diretamente relacionada aos avanços tecnológicos desenvolvidos pelo homem. Na medida em que o homem começa a desenvolver e a dominar um elenco de técnicas de produção, ele torna mais amplo e incessante seu domínio sobre a natureza. Isso implica um conjunto de mudanças, que passam a permear a relação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem. Uma das marcas dessa mudança está expressa, por exemplo, na figuração de um novo ritmo e ao mesmo tempo de uma disciplina imposta pela produção, o que significa dizer, uma nova organização do tempo e do espaço humano, como expressa Santos (2002, p. 202) na seguinte passagem:

Por seus próprios ritmos e formas, a produção impõe formas e ritmos à vida e à atividade dos homens, ritmos diários, estacionais, anuais, pelo simples fato de ser a produção indispensável à sua sobrevivência do grupo. Essa nova disciplina, que o homem até então não conhecia, implica uma utilização disciplinada do tempo e do espaço.

A cada nova técnica desenvolvida pelo homem uma nova mudança se impõe à produção, modificando as formas de produzir, de organizar o espaço e o tempo social,

modificando a distribuição dos objetos espaciais criados pelo homem, ou seja, a todo instante o homem modifica a natureza, modificando dessa forma o espaço geográfico. Isso nos leva a considerar o espaço como algo em plena transformação, ou seja, não acabado, não estático, que acompanha nesse sentido, a dinâmica da sociedade.

Isto significa dizer que sociedade e espaço mantêm uma relação que é dialética e indissociável, ou seja, não podem ser vistos de forma separada, polarizada, pois a cada etapa de desenvolvimento vivido pela sociedade, significa uma nova etapa no desenvolvimento da produção do espaço.

Entretanto, o espaço social não deve ser apreendido apenas como um produto da sociedade. Para Lefebvre (1974) o espaço social, que também é espaço vivido, não se restringe apenas a essa concepção, ele a engloba e a ultrapassa. Para esse autor, o espaço deve ser entendido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, como fica evidente em suas palavras,

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisa, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1974, p. 34).

Nesta perspectiva, o espaço é mais que um produto da sociedade, além de *produto* do trabalho social, ele representa também a *condição* e o *meio* indispensável para o desenrolar do processo de reprodução (das relações sociais de produção) da sociedade (LEFEBVRE, 1974). Tais afirmações denunciam que o presente trabalho desenvolve uma análise da realidade, que lança mão, principalmente, da teoria da produção social do espaço (LEFEBVRE, 1974), em que é dada grande importância à espacialidade das relações sociais, resultado da relação dialeticamente, interativa e interdependente das relações sociais e espaciais, que se apresentam de forma unívoca.

O espaço geográfico, neste sentido, apresenta-se como uma instância social, como nos afirma Santos (2002), uma vez que, assim como as demais instâncias sociais, tende a reproduzir-se de forma ampliada, acentuando seus traços já dominantes. Para esse autor, “o espaço ostenta um papel fundamental na estruturação social, pelo fato de que ele colaborou na reprodução das relações sociais”, isso porque, é capaz por meio de suas formas herdadas do passado, de condicionar de modo determinado a evolução de outras estruturas sociais. Segundo o autor,

A estruturação espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, 2002, p. 181).

Para Santos (2002), ao considerar o espaço geográfico como instância social, admiti-se que este apresenta certas características que o definem como tal. Uma delas, que apresenta um aspecto comum às demais estruturas sociais, diz respeito ao fato do espaço se apresentar como o resultado objetivo de múltiplas determinações históricas. Outra, esta de caráter particular, está relacionada ao fato do espaço sobreviver por meio de suas formas à passagem dos modos de produção, apresentando-se como uma memória presente (concreta) de sistemas produtivos anteriores, o que lhe atribui uma autonomia relativa. Essa característica, para o autor, retoma a idéia do *prático-inerte* de Sarte, o que atribui ao espaço “a capacidade de agir, e de reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo” (SANTOS, 2002, p. 182).

Por resistir às mudanças dos/nos modos de produção, guardando aspectos de um determinado momento histórico, e ainda, por apresentar a capacidade de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade, Santos (2002) desenvolve a idéia de que o espaço apresenta uma *inércia dinâmica*. Segundo o autor, “Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos” (SANTOS, 2002, p. 185).

Essa idéia desenvolvida pelo autor nos permite depreender do espaço, com auxílio da paisagem, a presença de objetos espaciais que retratam a existência de outros períodos da história da sociedade ou de modos de produção anteriores. Esses objetos foram criados em um contexto histórico específico, para desempenhar funções específicas dentro de um sistema social produtivo. No entanto, as formas de produzir são passíveis de mudanças, o que pode acontecer a nível estrutural (mudança do modo de produção) ou a nível conjuntural (mudança no sistema produtivo). Isso pode motivar mudanças no conteúdo de um objeto espacial, mesmo que este continue apresentando uma forma que remonte outro contexto histórico, ou implicar no surgimento de uma forma nova e um novo conteúdo social.

Estes elementos acima apresentados, para Santos (2002) asseguram ao espaço um dimensão ativa, ou seja, autonomia, mesmo que esta seja relativa, uma vez que este resiste às mudanças históricas através de suas formas e ao mesmo tempo contribui para produzir e reproduzir, ou mesmo, transformar um novo modo de produção social. Nesse sentido,

O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, pelas técnicas que elas encarnam e às quais dão corpo, isto é, pela sua própria existência, elas se vestem de uma finalidade que é originariamente ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos. Assim mesmo, o espaço como forma não tem, de modo algum, um papel fantasmagórico, pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social (SANTOS, 2002, p. 186-187).

É por meio de suas formas, que na verdade são *formas-conteúdo*, que o espaço expressa o movimento da sociedade, que também é o seu movimento. Sendo possível dessa maneira, projetar o passado através das formas especiais que ainda existem, ou seja, o espaço é a história em seu movimento. Dessa forma, entendemos que as relações sociais têm existência concreta na medida em que produzem espaços e que por meio deles, realizam-se.

Nesse sentido, podemos dizer que a dinâmica espacial é inerente à dinâmica social, na qual presenciamos o movimento das formas espaciais como expressão de conteúdos sociais, que por sua vez, refletem os movimentos dessas formas. Isso nos permite dizer ainda, que o espaço é composto por uma dimensão material dialeticamente articulada à dimensão das idéias, dos valores, das ações sociais, o que nos leva a considerá-lo enquanto uma dimensão da sociedade.

Ao admitirmos dessa forma, a importância da relação dialética entre uma dimensão material e uma dimensão relacional para a compreensão da dinâmica social (que também é espacial), nossa concepção de espaço geográfico recorre à formulação teórica de Santos (2002, p. 63), a qual admite, que, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Considerar de forma isolada qualquer uma dessas categorias só o objeto ou só a ação não nos permite conhecer a realidade em sua totalidade, o que proporciona apenas a apreensão de um fragmento da realidade espacial. Isso porque os objetos espaciais por si só não agem, mas, dependem da ação para ganhar dinâmica social. Por outro lado, as ações dependem dos objetos espaciais para se espacializarem, sem os quais não é possível sua realização.

Dessa forma, objetos e ações devem ser considerados de maneira indissociável, pois só assim se consegue conhecer o espaço em sua totalidade, espaço este, constituído de formas e da vida que as anima. Ao nos apoiarmos nesta concepção espacial, admitimos que a sociedade se geografiza por meio de objetos espaciais, aos quais são atribuídos funções sociais não permanentes ou acabadas, que buscam atender às necessidades específicas da sociedade em um determinado contexto histórico.

É a partir da concepção de um espaço socialmente produzido, preñado de conteúdos sociais contraditórios e interdependentes que se pretende analisar a cidade, a qual também deve ser entendida como produção social.

A cidade é, neste sentido, uma construção humana, um produto social e ao mesmo tempo, a materialização das relações sociais expressas no espaço e no tempo produzido pelo homem ao longo de sua relação (de produção) histórica com a natureza.

Quando recuamos no tempo, buscando retomar o aparecimento do *homo sapiens*, ou seja, do homem atual, que surgiu há mais ou menos 40.000 anos, percebemos o quanto era grande sua dependência em relação às condições naturais. Neste momento histórico da humanidade, o espaço de organização do homem, bem como as condições necessárias a sua sobrevivência estavam sob a influência da natureza. Isso nos permite dizer que, a natureza naturalizava com maior intensidade as ações do homem, do que este conseguia socializá-la. As marcas dessa relação estavam expressas na paisagem, que se apresentavam predominantemente natural. A paisagem denunciava o baixo padrão técnico atingido pelo homem naquele momento histórico, era incapaz de promover grandes transformações no ambiente natural. Este cenário de poucas transformações na paisagem revelava também um tipo relação caracterizada pela harmonia entre o homem e a natureza.

Nesta relação o homem preocupava-se apenas em coletar do meio circundante as partes ou os elementos indispensáveis ao exercício da vida, cultivando assim, as condições naturais que constituíam a base material de sua existência. Para Santos (2002), este momento constitui uma fase da história do meio geográfico – dividido em meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional –, o qual ele classificou como meio natural, que correspondeu ao período em que “[...] as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (SANTOS, 2002, p. 235).

Para alguns autores, apesar da presença humana neste momento da história, ainda não se poderia falar em espaço geográfico, haja vista, que neste período não existiam atividades produtivas e, por conseguinte, produtoras e transformadoras, capazes de imprimir grandes modificações na paisagem (CARLOS, 2003). É somente quando o homem deixa de ser coletor e, passa a desenvolver e a dominar técnicas de cultivos de espécies vegetais e a domesticação de animais, fixando-se assim em um determinado local, ou seja, passando a ser sedentário, é que se tem início o processo de produção do espaço geográfico, desenvolvendo e produzindo, a partir desse momento, as técnicas e os objetos espaciais indispensáveis a sua reprodução.

De acordo com alguns autores, este início de organização sócioespacial da sociedade, coincide com o que se convencionou chamar de “Revolução Agrícola” ou “Revolução Neolítica”, momento em que são produzidas as condições necessárias para o surgimento das primeiras aldeias, formas de organização sócioespacial que mais tarde dariam origem as primeiras cidades. É no período neolítico que se inicia a prática da agricultura, que aos poucos foi induzindo o surgimento dos primeiros assentamentos sedentários. Para Sposito (SPOSITO, 2004, p. 13),

O neolítico foi, assim, marcado pela vida estável das aldeias, que se caracterizava por proporcionar condições melhores – se comparadas às da vida itinerante de antes –, para a fecundidade (a fixação permitiu mais tempo e energia para a sexualidade), a nutrição (a alimentação não dependia mais exclusivamente das atividades predatórias, mas estava garantida pela agricultura e criação) e a proteção (dando então segurança ao sustento e reprodução da vida).

As aldeias representam, neste sentido, um nível de organização sócioespacial que expressa a reunião de condições históricas específicas, que possibilitaram ao homem fixar-se em um determinado lugar. Essas condições históricas estão relacionadas aos avanços na técnica, que passam a permear o trabalho humano, aumentando sua eficácia produtora e transformadora. O avanço na técnica adquirido pelo homem pode ser atribuído ao acúmulo de experiências oriundas de sua relação com a natureza, o que lhe proporcionou um conhecimento mínimo sobre os ciclos naturais de algumas espécies vegetais e animais. A partir desses conhecimentos acerca da natureza, o homem passa a selecionar sementes, a cultivar determinadas plantas, introduzir técnicas de plantio e de irrigação, a utilizar a força animal no preparo da terra e a criar animais, produzindo seus primeiros rebanhos, gerando assim, excedente alimentar.

Ainda segundo Sposito (2004, p. 13), apesar de o período neolítico ter apresentado a primeira condição para o surgimento da cidade, a fixação do homem à terra por meio do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, contribuindo, assim, para o surgimento das primeiras aldeias, estas ainda não podem ser entendidas ou consideradas como cidades. Para esta autora, mesmo apresentando uma configuração que mais tarde se fará presentes nas cidades, [...]“estruturalmente, a aldeia tem um nível de complexidade ainda elementar, uma vez que nela não há quase divisão de trabalho, a não ser entre o trabalho feminino e masculino, ou determinado pelas possibilidades e limites da idade e da força”, faltando assim, uma condição importante para dar origem à cidade, a organização social complexa, que só será possível com a divisão do trabalho.

Para Carlos (2003), a fixação do homem no solo como agricultor e a produção de um excedente alimentar foram de fundamental importância para o surgimento da cidade, visto que, tais condições proporcionaram ao homem a possibilidade de se dedicar a outras atividades não ligadas exclusivamente à produção de alimentos. Isso permitiu a determinados indivíduos, a possibilidade de desenvolver atividades especializadas, como por exemplo, as ligadas à guerra, à religiosidade, ao artesanato, ao comércio, à carpintaria etc.

Neste processo de configuração de uma divisão do trabalho, Sposito (2004) destaca o papel do caçador, personagem que fora importante para a formação das primeiras aldeias, mas que viu suas atividades limitadas com o desenvolvimento da agricultura. De acordo com a autora, em virtude de sua habilidade no manuseio de armas, o caçador passou a desenvolver o papel de protetor da aldeia, protegendo-a contra o ataque de grupos nômades e de animais ferozes como leões, tigres, lobos, etc. Por conta desse atributo, [...] “alguns homens da aldeia, os fortes caçadores, ficaram desobrigados de desenvolver atividades de produção alimentar, em troca da proteção que ofereciam aos habitantes” (SPOSITO, 2004. P. 15), delineando assim, a diferenciação do trabalho. Para esta autora, com o passar do tempo, o caçador começa a estabelecer uma relação de dominação sobre os outros aldeões, que mais tarde irá se converter em relação de exploração, caracterizada inicialmente, pelas oferendas e, em seguida na forma de tributos, concretizando a transferência do mais produto e a participação diferenciada dos homens no processo de produção, distribuição e apropriação da riqueza (SPOSITO, 2004).

Neste sentido, pode-se dizer que o caçador, nesta fase inicial de constituição da sociedade, simbolizou a origem do poder político e de uma classe que se estruturou entorno dele, contribuindo sobremaneira, para a formação de uma sociedade de classes, que mais tarde se tornaria complexa a partir do surgimento de outras classes que atuavam de forma diferenciada no processo produtivo, como por exemplo, artesãos e comerciantes.

Para alguns autores, a origem das primeiras cidades está atrelada à formação de uma hierarquia social. Para Souza (2003), por exemplo,

[...] a regra foi a de que o surgimento das primeiras cidades se desse entrelaçado com o aparecimento de formas centralizadas e hierárquicas de exercício de poder; e, com efeito, foi justamente a formação de sistemas de dominação, com monarcas e seus exércitos, que permitiu, ao lado das inovações técnicas, uma crescente extração de excedente alimentar, sobre o fundamento da opressão dos produtores diretos (SOUZA, 2003. p. 45).

Para Carlos (2003), assim como para Castells (1983), a existência da cidade deve ser atrelada à criação e à reunião de determinadas condições históricas, que dizem respeito à existência: a) de uma sociedade dividida em classes sociais, expressando a divisão trabalho no seio dessa sociedade; b) de um sistema político que permita a um só tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; c) de um acúmulo tecnológico; d) de excedente alimentar proveniente do desenvolvimento tecnológico na agricultura e na criação de animais; e) de um sistema de comunicação e de troca com o exterior; e finalmente, f) de uma concentração espacial das atividades não-agrícolas.

Este último elemento representa de certa forma, a peça que faltava para a constituição do espaço da cidade, ou seja, é a partir desse momento que o líder político, os artesãos, comerciantes e outros trabalhadores não-agrícolas passam a ocupar, dividir e desenvolver suas práticas em um mesmo território, que não é o local de produção agrícola. Nesse sentido, as cidades passam a representar [...] “a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção não era necessária” (CASTELLS, 1983. p. 43).

Além do aspecto acima, que diz respeito à concentração espacial das classes não diretamente ligadas à produção agrícola, expressando assim, a divisão social do trabalho, tal fato simbolizou também, o início da separação espacial da produção, ou seja, entre cidade e campo. A partir desse momento, inicia-se o processo de diferenciação do espaço, caracterizado pela presença de objetos espaciais que marcam a paisagem, bem como, por relações sociais por eles estabelecidas, ambas influenciadas pelo conteúdo social desenvolvido por cada espaço, ou seja, [...] “o espaço passa a assumir as características de cada grupo de atividades: a urbana pontual e a agrícola dispersa” (CARLOS, 2003. p. 59).

Nota-se, pelo que foi exposto até o momento, que a origem da cidade esteve vinculada à produção e reunião de condições históricas específicas desenvolvidas pelo homem. Estas resultaram de transformações sociais produzidas pelo homem ao longo da história e, que genericamente, dizem respeito à transformações de ordem econômica, política, tecnológica e cultural, ou seja, sócioespacial.

A cidade, neste sentido, apresenta-se enquanto um produto concreto, resultado das relações sociais de produção desenvolvidas pela sociedade ao longo do tempo, trabalho materializado pelo homem ao longo dos/nos modos de produção. Dessa forma, a cidade aparece como materialidade, resultado do processo de trabalho e de sua divisão técnica e social (que também é espacial), e que ao mesmo tempo, representa a materialização das relações sociais de produção, expressas nas formas de uso e apropriação do espaço produzido,

derivadas dos modos de produção vivenciados pela sociedade e seu espaço, atribuindo assim, ao espaço da cidade, usos diferenciados e conflituosos.

Enfim, a cidade é uma realização da humanidade, um produto histórico-social, uma criação racional que deriva da necessidade do homem de se organizar em determinado espaço e, dessa forma, criar as condições para suprir determinadas necessidades para o exercício da vida, assumindo assim, características diferenciadas no decorrer do tempo, em virtude de determinações históricas específicas.

Entendida como um produto socialmente produzido, a cidade expressa também as contradições, que constituem a base de uma sociedade de classes, que se estabeleceram e se complexificaram ao longo do processo social de produção de seu espaço, em virtude dos usos e intencionalidades diferenciadas, presentes no âmbito das relações sociais de produção.

Neste sentido, a análise pretendida neste trabalho, procura a partir de uma leitura geográfica, considerar a cidade para além das análises reducionistas, que a limitam à concepções que não ultrapassam os aspectos físicos e/ou de localização, ou ainda, a idéia de ambiente urbano, em que as relações sociais inerentes à complexidade do espaço urbano são postas ao nível do natural. Aqui, procuramos então entender a cidade como um produto histórico socialmente produzido e em plena transformação; produto da relação histórica e dialética entre sociedade e natureza; trabalho humano materializado e acumulado ao longo da história social.

Por apresentar-se enquanto dimensão espacial das relações sociais de produção desenvolvidas ao longo da história, a cidade apresenta em seu espaço um movimento cumulativo, expresso na presença de formas espaciais que surgiram com a finalidade de executar ações específicas que datam de períodos anteriores, convivendo com objetos espaciais do presente, e que, ao mesmo tempo apontam possibilidades de ações futuras, reunindo assim em seu espaço, tempos históricos distintos, dispostos na forma de objetos espaciais surgidos em contextos históricos diferentes.

Dessa forma, desenvolver uma análise espacial da cidade incide necessariamente em buscar entender seu processo de (re)produção, o que só é possível quando se leva em consideração neste processo, a relação indissociável entre sociedade e espaço, haja vista, que é por meio do espaço que conseguimos visualizar as relações sociais materializadas na realidade concreta. Isso significa dizer, segundo Carlos (2007), que ao desenvolver os meios indispensáveis para produção da vida, a sociedade produz e reproduz espaço através de suas práticas sócioespaciais.

Para Carlos (2007), uma sociedade constrói um mundo objetivo por meio de sua prática sócioespacial, na qual estão expressas as contradições que dão movimento ao processo de (re)produção das relações sociais de produção. Deste modo, a cidade surge aos nossos olhos como o palco privilegiado das práticas sócioespaciais, responsáveis pela produção das formas-conteúdo, que nos revelam as modalidades históricas de produção, apropriação e reprodução do espaço da cidade (CARLOS, 2007, p. 21).

A reprodução contraditória das práticas sócioespaciais desencadeadas no espaço-tempo é responsável pelo tom das transformações na morfologia da cidade. Mas que também se estendem para o âmbito das relações, modificando hábitos e valores, abolindo velhos costumes e criando novos, transformando comportamentos e sistema de valores mais próximos da lógica da troca, que se difundem entre os habitantes da cidade.

Deste modo, é de fundamental importância para o desenrolar da análise espacial da cidade, procurar entendê-la como *produto, condição e meio* para a reprodução das relações sociais, na medida em que é no espaço da cidade que se revelam e se constituem as condições indispensáveis para a reprodução da vida humana.

Nessa direção, a presente análise prima por olhar a cidade como um espaço socialmente produzido, que em virtude do movimento dialético das práticas sócioespaciais, tem ganhado novos significados, produzindo novas relações sociais ou sistema de valores, bem como, tem sua morfologia modificada ao longo da história humana.

Com efeito, a análise aponta para o desenvolvimento das práticas sócioespaciais, procurando evidenciar no processo produtivo do espaço da cidade, o sentido e as características das transformações derivadas dessa produção social, ou seja, procuraremos analisar a produção do espaço da cidade, assim como a produção do urbano, no âmbito da dinâmica das práticas sócioespaciais, as quais são responsáveis pela incansável metamorfose vivida pela cidade.

1.2- A produção do espaço urbano

Ao longo do processo de sua produção e reprodução, a cidade assumiu característica e funções diferenciadas. Junto com tais funções, também surgiram no espaço da cidade formas espaciais que nasceram do resultado do trabalho humano, assumindo o papel de produto, mas também de condição para desenvolvimento do processo de reprodução das relações sociais. Tais funções sociais atendiam e atendem às necessidades específicas de um determinado momento histórico, ou melhor, de modo de produção específico.

Entendida enquanto produto histórico, ou melhor, como espaço socialmente produzido, a cidade reúne as marcas de um processo produtivo constituído ao longo do tempo e, que ainda não cessou, ou seja, a cidade guarda no seu interior um movimento histórico, onde podemos observar por meio de sua paisagem, a materialização do espaço-tempo, expresso na forma de objetos espaciais, que remontam a contextos históricos distintos, tempos passados que convivem com o presente e, que permite projetar ações futuras. Nesse sentido, entende-se que a cidade é história, é movimento, é dinâmica social, é um constante refazer-se, promovido pelo movimento dialético que é inerente a sociedade. Dessa forma, compartilhamos da idéia de Sposito (2004, p. 11), que entende a cidade de hoje, como o [...] “resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”.

Partindo desse direcionamento, entendemos que para um melhor entendimento do processo de (re)produção da cidade e do urbano, faz-se necessário recorrer a uma análise retrospectiva do papel da cidade e manifestação do fenômeno urbano ao longo da história, objetivando reconhecer em sua trajetória, elementos que nos possibilitem a compreensão, mesmo que aproximada e parcial, dos traços contraditórios e conflituosos que marcam a complexidade do espaço urbano, expressa, por exemplo, na sua organização sócioespacial, nas formas de uso e apropriação do espaço e nas ações dos agentes produtores do espaço urbano; e que nos permita ainda, compreender a marcante voracidade do processo de urbanização vivido por nossa sociedade, o que contribuiu para a difusão da tese acerca da “*urbanização da sociedade*”, formulada por Lefebvre (1999).

Para isso, recorreremos a classificação desenvolvida por Sposito (2004) sobre o processo de urbanização ao longo da história, que entende a urbanização como um fenômeno que se manifestou em momentos distintos, denominados pela autora de “urbanização pré-capitalista e urbanização sob o capitalismo”. Por meio dessa orientação, procuraremos analisar o processo de produção do espaço urbano ao longo da história, buscando reconhecer as práticas sócioespaciais que se processaram ao longo da história da cidade, produzindo formas e conteúdos sócioespaciais específicos de um momento histórico particular.

De acordo com a classificação formulada por Sposito (2004), a manifestação da urbanização classificada como pré-capitalista se estende da antiguidade ao final do período medieval, quando predominou o modo de produção feudal. Enquanto que a urbanização sob o capitalismo se desenvolve no período moderno, quando ganha grande impulso com a atividade mercantil, e a cidade passa assumir o papel de *locus* de reprodução das relações sociais. Ao direcionarmos nossa análise na direção dessa classificação, entendemos que os

determinantes históricos diretamente ligados aos modos de produção vividos pela sociedade no curso da história, proporcionam o reconhecimento do papel diferenciado e dinâmico que a cidade assumiu ao longo da história da humanidade, apresentando graus de importância que variaram segundo o contexto vivenciado e, que em decorrência disso, apresentaram formas organizacionais e relacionais distintas e, dessa forma, expressam também um espaço urbano específico, porém, em pleno processo de transformação, modificando-se em virtude do movimento dialético que é inerente a sociedade.

Para Sposito (2004), uma dificuldade que se apresenta no tratamento do surgimento das primeiras cidades, diz respeito à precisão em estabelecer o momento da origem destas cidades, que varia em torno do ano 3.500 a 5.000 a.C. Entretanto, existe uma consonância quanto aos locais onde surgiram as primeiras cidades. Estas, segundo Sposito (2004) e Carlos (2003), teriam surgido às proximidades de rios, onde era aproveitada a fertilidade das planícies para o desenvolvimento da atividade agrícola e de pastoreio. É o caso do aglomerado de Ur, situado na confluência dos rios Tigres e Eufrates.

No entanto, nossa finalidade não é precisar o momento do surgimento dessas primeiras cidades, e sim, procurar reconhecer as características que marcaram a organização de seus espaços, ressaltando os principais elementos que constituíam o suporte para o desenvolvimento das relações sociais em um tempo histórico.

Como tentamos mostrar no subcapítulo anterior, o aparecimento da cidade prescindiu da reunião de condições históricas específicas desenvolvidas pelo homem ao longo de sua relação dialética com a natureza. Estas condições estão ligadas a aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e tecnológicos. Desde o seu surgimento, a cidade, influenciada pela dinâmica social desses aspectos, vem assumindo ao longo do processo histórico, formas e conteúdos diversos, expressando dessa maneira, seu caráter dinâmico e não definitivo. Tal afirmação é constatada quando observamos as formas e funções incorporadas pelas cidades antigas, medievais e modernas, o que faremos com mais detalhes a seguir.

O momento histórico denominado de antiguidade é caracterizado pelo aparecimento e a proliferação de cidades, principalmente, na Mesopotâmia e ao longo dos vales de rios como, por exemplo, o Nilo e o Indo.

O surgimento destas primeiras cidades na história da humanidade não se deve apenas ao avanço das inovações técnicas, responsáveis por proporcionar uma grande produtividade na agricultura, produzindo excedentes alimentares, mas também, as transformações no âmbito político e cultural, ou seja, as mudanças na ordem social. Estas mudanças são responsáveis, pelo desencadeamento de uma conflituosa divisão social e também espacial do trabalho,

caracterizada pela presença de homens diretamente atrelados à produção e ao local de produção e outros que desenvolviam atividades não ligadas à produção agrícola ou pastoril e estavam situados na cidade, não mais local da produção de alimentos.

As cidades da antiguidade são caracterizadas pelo seu forte conteúdo político (que também está expresso nas suas formas espaciais), marcadas por relações sociais com um caráter de dominação política e ideológica. De acordo com Souza (2003), o surgimento da cidade, e poderíamos dizer também, do urbano, é resultado dos desdobramentos sociais e políticos vividos pela sociedade naquele momento histórico, que tem como destaque a constituição de formas centralizadas e hierárquicas de exercício de poder. Nesse sentido, as cidades antigas apresentam em seu espaço uma estrutura de poder e dominação formalizada, representada na figura do chefe político e do exército. Estes instrumentos políticos garantiam a dominação de uma classe sobre outra, estabelecendo uma relação social pautada no poder político e na opressão. Este caráter opressor da cidade antiga estendia-se sobre a produção, uma vez que controlava os excedentes produzidos no campo, por meio do controle dos produtores diretos, ao mesmo tempo em que lhe cabia a função de organizar a obtenção dos utensílios necessários para a guerra.

A cidade antiga reúne em seu espaço, uma população heterogênea não ligada diretamente à produção agrícola. Nela, estão reunidas segundo Souza (2003, p. 46), “governantes (monarcas, aristocratas), funcionários (como escribas), sacerdotes e guerreiros”, classes ligadas ao exercício do poder e a dominação social. Além destes, também habitavam a cidade antiga profissionais como artesãos, operários ligados a construção naval, carpinteiros, tecelões, que contribuíram com seus produtos para o estabelecimento do comércio com outras cidades.

As cidades do período em questão apresentam em sua estrutura morfológica as marcas de sua organização política, econômica e social. Nestas cidades, segundo Sposito (2004), eram marcantes as presenças dos muros e fossos que as cercavam, objetos que atendiam à funções político-militares, ou seja, de proteção e controle de seus habitantes. Nos seus núcleos estavam situadas as instalações representantes do poder, reservadas aos líderes políticos e religiosos; nesta parte da cidade era onde estavam os palácios e templos religiosos, caracterizados por suas construções expressivas, tanto em termos de tamanho quanto de beleza. No seu entorno, áreas consideradas livres, estavam localizadas muitas casas de baixo padrão, acompanhadas de poucos templos.

Para Sposito (2004) um dos aspectos que mais chama atenção ao analisar as cidades da antiguidade, diz respeito ao caráter expansionista de algumas, que acabaram tornando-se

centros difusores das relações urbanas e, ao mesmo tempo, o elemento principal da rede urbana política constituída nesse tempo histórico. Por isso, a autora considera importante no estudo da urbanização, a análise das cidades que se tornaram capitais de impérios, como é caso do Roma, por três motivos principais:

[...] em primeiro lugar, porque eles tiveram um papel fundamental no aumento do número de cidades, na medida em que era com base nelas que mantinham a sua supremacia militar sobre as regiões conquistadas; em segundo lugar, porque através de sua ampliação, sobretudo no caso romano, a urbanização estendeu-se pela Europa, firmando raízes no território onde, séculos mais tarde, transformações econômicas, sociais e políticas aceleraram os processos de urbanização e estenderam o fato urbano a outros territórios continentais; e, em terceiro lugar, porque a acentuação da divisão social do trabalho e da complexidade da organização política necessárias à sustentação do império promoveram, por um lado a ampliação dos papéis urbanos, e por outro, o aumento do relacionamento entre as cidades (SPOSITO, 2004, p. 21-22).

Nesta passagem fica claro que cidades como Roma, capital do poder imperial, devem seu crescimento ao caráter político, representado pela expansão de seu controle político sobre novas áreas, onde passavam a controlar a produção local, tornando-as seus celeiros e, ao mesmo tempo, garantiam o fortalecimento de sua força política, garantido com o fortalecimento e expansão de seus exércitos e o controle territorial, condições estas indispensáveis para a constituição e manutenção do império.

Dessa forma, a constituição de uma rede de cidades perpassa pela constituição de uma rede urbana política, em que a necessidade era a disseminação das ordens, do controle político, do controle da produção e de cobranças de tributos, ou seja, a manifestação do fenômeno urbano nesse momento histórico assumiu uma função política.

Na medida em que estas cidades foram crescendo, mais complexa foi ficando sua organização espacial e as práticas sócioespaciais nelas desenvolvidas. Sposito (2004) destaca como evidência desse processo, o crescimento da malha urbana de Roma, marcado pelo grande número de construções urbanas. Dentre elas, estavam os palácios, os templos, fóruns e capitólio, símbolos da presença do poder político da cidade, como também termas, mercados, circos entre outras. Segundo Sposito apud Benovolo (2004), em seu período áureo, Roma atingiu mais ou menos dois mil hectares, reunindo cerca de setecentos mil a um milhão de habitantes. Em virtude da relação mantida com outras cidades, Roma reunia em seu espaço urbano um grande contingente de estrangeiros, que desenvolviam as mais diversas atividades (eram eles: artesãos, ferreiros, criminosos, entre outros), principalmente, a comercial, que ganha grande impulso nesse período.

Para Lefebvre (1999, p. 21), apesar da presença e do grande desenvolvimento da atividade comercial nesse período, as cidades da antiguidade, as quais ele denominou de cidades políticas no eixo analítico do fenômeno urbano, estas eram “inteiramente ordem e ordenação, poder”, tendo como função principal, “administrar, proteger, explorar um território freqüentemente vasto”. Nesse sentido, a cidade apresenta-se nesse primeiro momento da história da humanidade como um ente político, marcando as relações urbanas pelo caráter de dominação e controle.

De forma sintética, Sposito (2004, p. 23-24) apresenta os principais pontos que caracterizaram a urbanização e a organização social das cidades na antiguidade:

[...] 1) especialização do trabalho, e conseqüente divisão social e territorial do trabalho, que se manifestou numa estrutura de classes cada vez mais complexa; 2) as cidades eram o espaço de dominação política, lugar da elite e das instituições sociais que garantiam a passagem do excedente alimentar dos produtores que moravam no campo para as elites sociais urbanas; 3) houve um aumento crescente da capacidade de produção e distribuição alimentares. Isto significou possibilidade de aumento do tamanho das cidades e de ampliação das áreas sob seu domínio[...]; 4) a escrita, tornou-se muito importante, tanto porque permitia o registro dos avanços técnicos, dos fatos históricos, mas sobretudo por ter sido um instrumento de manutenção do poder político, pois era limitada à elite ociosa, e fundamental para o registros de leis e para o uso religioso, bases de apoio para a dominação social que se exercia das cidades; 5) a organização interna do espaço urbano passou a refletir a estrutura social e política daquelas sociedades, pois o centro era o lugar das instituições sociais, do poder político e das elites ociosas, em volta do qual estavam os artesões e nos arrabaldes os produtores agrícolas.

Ainda segundo Sposito (2004), a queda do império romano significou o declínio da urbanização nesse período, na medida em que a rede urbana política desenvolvida pela expansão romana sobre outras áreas (grande parte da Europa, norte da África e Oriente Médio) começa a ser desintegrada, culminando no enfraquecimento político de algumas cidades e, até mesmo no desaparecimento de outras, sobretudo, aquelas que surgiram com a função de garantir a manutenção ou a presença do poder do império romano em outros territórios. Outro reflexo da desarticulação da rede urbana política constituída na idade antiga foi o declínio das atividades comerciais estabelecido entres as cidades, enfraquecendo dessa forma, as relações comerciais interurbana. Esta situação de isolamento contribuiu sobremaneira, para a constituição de uma nova forma de organização social, o feudo, que passará a desenvolver atividades produtivas atreladas a terra e, com uma produção direcionada para o autoconsumo.

Tal fato significou ainda, a queda do poder centralizado, dando origem a uma estrutura de poder fragmentada, em que a presença de um Estado centralizador do poder político não se fazia presente, e o poder político figurava nas mãos dos proprietários de terras, ou senhores feudais e também da Igreja, que também é proprietária de terras. Dessa forma, cada feudo representava uma unidade política auto-suficiente, em que o poder estava representado pela posse da terra.

Estas transformações nos campos político, econômico e social vão culminar na estruturação de um novo modo de produção, o feudalismo. Neste novo sistema produtivo, a cidade perde a importância adquirida no contexto anterior, e, o campo, ressurgiu como o *locus* privilegiado das relações sociais de produção, onde predomina uma produção econômica baseada quase que exclusivamente na agricultura. Este modo de produção fincará suas bases em dois grandes pilares de sustentação: na presença do grande latifúndio, ou feudo e, nas relações servis de produção. Nesse novo arranjo sócioespacial, configura-se uma nova estrutura de classe, marcada pela presença da nobreza proprietária de terras, da Igreja também detentora de terras e os servos, classe desprovida de terras atrelada aos feudos por meio do trabalho servil.

Estas transformações contribuem para o início de uma nova forma de organização sócioespacial das cidades, que reflete as transformações econômicas, políticas e sociais daquele período histórico, como é o caso das cidades episcopais e os burgos.

As cidades episcopais segundo Sposito (2004) correspondiam a verdadeiros centros de caráter administrativos, onde a presença de um pequeno mercado era insuficiente para lhe atribuir um papel econômico relevante, haja vista, que sua influência econômica não ia além de um alcance local. Para a autora, a existência dessas cidades estava restrita ao recolhimento de tributos, sobretudo, aqueles recolhidos nas propriedades pertencentes ao clero (bispos e abades).

Outra aglomeração característica do período medieval eram os burgos. Estes aglomerados, segundo Sposito (2004), assumiram aspectos de pontos fortificados, pois eram cercados por muralhas e rodeados por fossos, construídos segundo as ordens do senhor feudal, com a finalidade de servir de refúgio para nobres, eclesiásticos e servos e, ao mesmo tempo, como locais para o armazenamento de alimentos e animais em momentos de crise.

Do ponto de vista de sua morfologia, a cidade medieval (episcopal e o burgo) era marcada por apresentar um aspecto nuclear, em sua maioria de formas arredondadas, cercadas por muros, deixando do lado de fora as atividades comerciais, desenvolvidas por viajantes. No

seu interior, sobretudo, na parte central estavam localizadas praças abertas, prédios religiosos e públicos, representantes do poder político e ideológico da época.

Estas formas espaciais marcantes do período medieval para Sposito (2004) não expressam, do ponto de vista econômico e político conteúdos urbanos, uma vez que tais aglomerados não se distinguem muito, em termos relacionais dos campos, dada sua dependência (econômica e política) em relação a estes, constituindo-se segundo a autora, em um acessório da economia feudal.

Até este período histórico, a cidade espelha as transformações decorrentes das mudanças no quadro das instâncias sociais: no econômico, no político e no social, e por que não no espacial. Nessa direção, a cidade expressou até este período, formas espaciais e conteúdos sociais resultantes do processo de reprodução das relações sócioespaciais de produção, que até o contexto histórico em questão, correspondia às relações pré-capitalistas de produção. Nesse sentido, tanto o processo de urbanização quanto a produção do espaço urbano revelam as marcas desse contexto, expresso nos ritmos variáveis no caso da urbanização (maior na antiguidade e menor no período medieval), revelado por aspectos materiais ou mensuráveis como o crescimento do número de cidades, a expansão do espaço da cidade e o crescimento populacional, ou por aspectos mais subjetivos como a difusão de hábitos e costumes citadinos, a influência política ou econômica de uma cidade sobre outras menores; e ainda, pela dinâmica conflituosa do espaço urbano, que revela por meio do uso e apropriação do solo, a um só tempo, os conflitos sociais pela apropriação do espaço, como também a representação de cidade para cada classe social, que será expresso segundo Lefebvre (2001) nas relações de valor de uso e de valor de troca.

Pode-se dizer, que a passagem de um contexto histórico para outro é promovida pela estruturação de um quadro de crise que inviabiliza a continuidade das relações antes estabelecidas. Desse modo, a passagem de um modo de produção para outro significa, a falência das condições históricas que antes davam sustentação para o funcionamento das relações desenvolvidas no âmbito desse modelo produtivo, motivado em parte, pelo desenvolvimento conflituoso de novas relações sociais, que significa mudanças nas bases econômicas políticas e sociais da sociedade.

Neste sentido, a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, representou a insustentabilidade de um modelo produtivo que tinha o campo como o *locus* das relações sociais de produção.

No entanto, nossa intenção não é mergulhar nas nuances que marcam as mudanças dos modelos produtivos ao longo da história, e sim, observar as repercussões de tais mudanças sobre o processo de urbanização e na (re)produção do espaço urbano.

De acordo com Sposito (2004), o processo de urbanização sob a égide do modo capitalista de produção ganha corpo, quando por volta do século XIV, aproximadamente, a cidade passa a ser palco privilegiado das trocas comerciais, suprimindo gradativamente as relações características do modo de produção antecedente, o feudalismo. Para a autora em questão, isso só pôde ocorrer em virtude da existência, mesmo que de forma secundária, da atividade comercial, minimizada em uma estrutura econômica caracterizada pela auto-sustentabilidade do feudo e pela quase inexistência das trocas monetárias; e ainda, por acontecimentos como a reabertura dos portos europeus no decorrer dos séculos X e XI, sob o controle dos árabes.

Com o desenvolvimento da atividade comercial, a cidade reassume sua importância enquanto espaço da produção, perdida para o campo durante o feudalismo, e o comércio passa a dividir com a terra o papel de fonte de riqueza. Tal fato impõe ao espaço da cidade um conjunto de transformações sócio-espaciais, derivadas das novas necessidades surgidas desse novo modelo produtivo. Nesse sentido, o comércio passa a impor e a reorganizar o espaço da cidade, para que este passe a assegurar as condições necessárias para a reprodução da atividade comercial. Dentre estas imposições, pode-se destacar as modificações nos arruamentos que passam a ser mais largos, facilitando a circulação de mercadorias e pessoas, ou ainda, a modificação na forma das cidades, que passam de formas arredondadas para formas retangulares.

Pode-se dizer que o ressurgimento da cidade foi um dos fatores importantes para a dissolução do modo de produção feudal, o que não significa dizer, que a forma espacial herdada desse modo de produção tenha desaparecido; pelo contrário, ela permaneceu e num primeiro momento foi indispensável para o desenvolvimento da atividade comercial. Segundo Sposito (2004), o caráter protetor das cidades medievais foi de fundamental importância para o comércio, uma vez que garantiu a segurança necessária a uma atividade que possuía característica itinerante, logo, expostas, em um período em que o poder político não se encontrava centralizado na figura do Estado. Tal fato, também contribuiu para o processo de concentração populacional e expansão do sítio urbano. Isso porque, a cidade passou a concentrar um grande contingente populacional, ligados a atividade comercial ou saídos dos feudos, que passaram a habitar tanto as porções internas das cidades quanto o entorno, os *foris-burgus*. Neste espaço, passam a conviver comerciantes (que constituíram a classe

burguesa), artesãos, nobres, membros da Igreja e trabalhadores livres, atribuindo ao espaço da cidade uma complexidade de usos, marcados, sobretudo, pelo caráter conflituoso.

Além das transformações ocorridas na forma dos aglomerados urbanos, a urbanização sob o capitalismo promove de acordo com Sposito (2004, p. 32), sobretudo na Europa central, a expansão de uma “malha relativamente densa de cidades, cuja base econômica era o comércio e o artesanato”, diferenciando-se dos períodos anteriores pela proliferação de cidades de tamanhos expressivos, fortemente ligadas às atividades comerciais.

Esse processo de expansão e crescimento das cidades e das atividades comerciais contribuiu para o surgimento e fortalecimento da classe social que elegeu o espaço da cidade o local privilegiado para o desenvolvimento de suas atividades e de sua reprodução, a burguesia mercantil. Tal fato foi de grande importância para desarticulação e desestruturação da hierarquia social e da ruptura da economia do modo de produção feudal, abrindo espaço para atuação da burguesia enquanto classe dominante e a difusão da troca de mercadoria pela via monetária, como base de sustentação de uma nova estrutura econômica. Isso faz da cidade o espaço da produção, de uma produção não mais atrelada à troca de mercadorias por mercadorias, mas sim de mercadorias por dinheiro, o que difundia a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso. Além disso, a cidade figura também como o espaço da liberdade, uma vez que as relações sociais nela desenvolvidas se distanciavam das relações servis de produção, fazendo com que uma grande leva de migrantes vindas do campo procurasse as cidades, buscando se inserir em novas relações de produção.

Neste sentido, o capitalismo encontra na cidade mercantil as condições necessárias para seu processo histórico de reprodução, promovendo nessa primeira etapa de seu surgimento, o que Marx (1974) denominou de “acumulação primitiva do capital”, indispensável para o desenvolvimento das outras fases subsequentes, como a fase industrial. Estas condições dizem respeito à formação de uma estrutura política (neste momento marcada pela aliança entre burguesia e realeza, consolidando centralização do poder), econômica, social e ideológica favorável, que assegure a continuação do modelo produtivo.

A constituição do sistema colonial de comércio pode ser entendido como um representante da estrutura delineada nessa fase inicial do capitalismo, uma vez que representou a um só tempo, o direcionamento político-econômico do período e, ao mesmo tempo, a expansão da urbanização para territórios além do continente europeu, expandindo a lógica do valor de troca para outros espaços.

É ainda, no seio do capital comercial que começam a serem criadas as condições históricas para o desenvolvimento da atividade industrial, a partir do momento que passa a

organizar a produção manufatureira. E, é exatamente na cidade mercantil que estarão concentradas tais condições históricas: capital acumulado, mão-de-obra desprovida dos meios produtivos, infraestrutura, superestrutura (instituições políticas burguesas), ciência e mercado consumidor. O que faz com que a cidade se constitua na base territorial da industrialização.

A partir da emergência e do desenvolvimento da produção industrial, foi grande o impulso tomado pela urbanização, e a cidade enquanto foco principal da concentração industrial, passa a apresentar em seu espaço a complexidade e a dimensão desse processo agora motivado pela atividade industrial.

Uma das primeiras conseqüências desse novo ritmo da urbanização foi sem dúvida o estuendo crescimento populacional nas cidades, superando pelo menos no continente europeu, o contingente populacional que vivia no campo. De acordo com Sposito (2004, p. 49),

O melhor exemplo da urbanização foi, sem dúvida, o da Inglaterra, primeiro espaço de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. No começo do século XIX a proporção de pessoas nas cidades de mais de cem mil habitantes era da ordem de 10%, sendo que quarenta anos depois era de 20% - aumento grande se comparado ao crescimento observado no século anterior para a Europa.

O espantoso crescimento populacional vivenciado pela cidade industrial veio acompanhado de grandes problemas sociais, como miséria, fome, habitação e mortalidade, presentes, principalmente, nas cidades onde a presença da industrialização se fez com maior intensidade.

A expressão da urbanização induzida pela industrialização não se limita apenas ao crescimento da população que passa a viver na cidade, estendendo-se também, às transformações que dizem respeito à estrutura interna das cidades e às mudanças na função desempenhada por elas no âmbito do sistema produtivo.

É notório o impacto da indústria sobre o espaço urbano. Dentre estes impactos pode-se destacar a densidade da presença dos objetos espaciais na cidade. Estes objetos espaciais, criados segundo as determinações e/ou necessidades da produção industrial, dão à cidade uma maior dinâmica, proporcionado pelo avanço técnico e científico, atribuindo maior velocidade às relações sociais, que em parte se assemelham ao ritmo da fábrica. A criação desses objetos atende às necessidades funcionais da indústria, o que promove a articulação entre setores econômicos e infraestruturais, atrelando a atividade industrial, redes bancárias, elétricas, comunicação, transportes etc.

O desenvolvimento infraestrutural proporcionou o fortalecimento da relação entre os lugares, intensificando as relações de trocas e ampliando os mercados, especializou os espaços, ou seja, consolidou a divisão espacial e internacional do trabalho. Isso está expresso na constituição da rede urbana, demonstrando a interdependência entre as cidades e o papel de cada uma dentro de uma hierarquia urbana.

Segundo Sposito (2004), as cidades tendem a aprofundar ainda mais seus papéis na divisão espacial do trabalho, ou seja, na sua posição ocupada na rede urbana ao longo do desenvolvimento do modo capitalista de produção, assumindo formas e conteúdos que objetivam dar continuidade ao processo produtivo. Dessa forma, a cidade tende assumir formas urbanas mais adensadas e complexas, locais de concentração de capitais, pessoas, serviços, informações, e local de gestão política.

O percurso até aqui percorrido tentou mostrar de maneira breve uma retrospectiva histórica do processo de urbanização, ressaltando as transformações vivenciadas pelas cidades ao longo dos e nos modos de produção, modificação estas, que se processaram em nível das formas espaciais, das funções das cidades e do modo de vida urbano.

Esse percurso, que pretendeu seguir desde a constituição histórica da cidade até nossos dias, foi desenvolvido por Lefebvre (1999), a partir de um eixo analítico que vai da ausência de urbanização à configuração da realidade urbana. Nesse eixo analítico, o autor demonstra o desenvolvimento do urbano ao longo da história social, materializado no espaço-tempo social. Ao longo dessa trajetória é destacado o caráter das cidades, que derivam da conjugação entre as relações sociais de produção e sua materialização na forma de objetos espaciais.

Ao longo desse processo de desenvolvimento do fenômeno urbano, Lefebvre (1999) situa algumas balizas, as quais ele denominou de Cidade política, Cidade comercial, Cidade industrial e Zona crítica, estando a primeira próxima da origem da urbanização e a última correspondendo ao momento em que a urbanização deixa de ser um processo induzido e passa a ser um instrumento indutor.

Este processo analisado por Lefebvre (1999) é caracterizado por conflituosas sucessões, que demonstram as contradições inerentes às relações sociais, evidenciando as diversas relações sócioespaciais que ficam evidentes nas diversas formas de uso e apropriação do espaço da cidade pelos agentes sociais, como nos demonstra na seguinte passagem:

A cidade política resiste com toda a sua força, com toda sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro). Inumeráveis fatos testemunham a

existência, ao lado da Atenas política, tanto a cidade comercial, o Pireu, quanto as interdições em vão repetidas à disposição de mercadorias na ágora, espaço livre, do encontro político (LEFEBVRE, 1999, p. 22).

Ao longo desse processo de sucessões motivado pelas transformações dos/nos modos de produção, o espaço da cidade passa a concentrar as pré-condições para a instalação de um novo modo de produção ou uma nova forma de produzir dentro do mesmo modelo produtivo, como no caso das instalações fortificadas das cidades medievais, que proporcionaram a proteção necessária para o desenvolvimento da atividade comercial. Por seu turno, a cidade comercial também garantirá as condições básicas para a instalação da cidade industrial e essa, por sua vez, preparará os alicerces para a constituição de uma sociedade urbana.

Este processo sucessivo vem acompanhado de transformações na forma espacial e no conteúdo social da cidade. Isto suscita mudanças em termos de arquitetura, em que novas formas arquitetônicas substituem as formas herdadas do passado, reelaborando a concepção de cidade.

No que concerne às mudanças de conteúdo, estas estão ligadas à mudanças de valores sociais difundidos na e sobre a cidade, marcada pela prevaência do valor de troca sobre o valor de uso, em que a lógica da troca, da mercadoria assume o papel principal no âmbito das relações sociais de produção.

Esta dinâmica, ganha dimensões maiores quando da chegada da industrialização, quando a cidade, segundo Lefebvre (1999) *implode-explode* a realidade urbana anterior e expande a cidade, aumentando o tecido urbano, a lógica urbana.

Isso significa dizer, segundo Lefebvre (1999), que as mudanças no espaço (urbano) da cidade, correspondem à mudanças na *forma, na função e na estrutura*, denunciando a dialética inerente às relações sociais, e, por conseguinte, a dinâmica contraditória do desenvolvimento do fenômeno urbano.

Neste sentido, o presente trabalho procura visualizar a cidade e o urbano como morfologia material e social, como uma dimensão prático-sensível, ao mesmo tempo como realidade social, permeadas por um processo incessante e contraditório em plena transformação. Dessa forma, cidade e urbano apresentam um quadro relacional que se estreita, mas que não deixa de ser conflitante, em que um se constitui enquanto “*ordem próxima*” e o outro enquanto “*ordem distante*”, revelando a tendência de um processo de generalização da urbanização, do modo de vida urbano, onde predomina o tempo hegemônico das relações capitalistas (LEFEBVRE, 1999).

Para finalizar, vale ressaltar que a apreensão dessa dinâmica, deve articular de forma indissociável, os planos econômicos (onde a cidade se apresenta enquanto condição para a realização da produção), político (a cidade é concebida como o espaço de dominação do Estado sobre a sociedade, por meio de suas políticas) e o social (em que a cidade é vista como palco privilegiado para o desenvolvimento das práticas sócioespaciais, condição para a reprodução da vida), sem os quais, torna-se impossível apreender o movimento dialético que induz as transformações no urbano, que direcionam a tendência de constituição de uma sociedade urbana.

1.3- A urbanização da sociedade

O percurso até aqui percorrido nos mostra o desenvolvimento do processo de urbanização. Neste percurso, a cidade, aqui concebida como um produto ou uma forma espacial, socialmente produzida ao longo da história, passou por inúmeras transformações, que ainda estão longe de cessar. Ao mesmo tempo, este percurso representou também, a complexificação das relações sociais processadas no espaço da cidade que se generalizaram e o extrapolaram, culminando no que Lefebvre (1999) chamou de “urbanização completa da sociedade”, processo esse ainda não acabado, e que dá corpo ao que ele chama de “*sociedade urbana*”, que segundo o autor, nasce no contexto da industrialização e a sucede e, designa “mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade”.

Neste sentido, a análise do fenômeno urbano (urbanização) nos revela, na verdade, o processo de constituição da sociedade urbana, de uma sociedade que surge com o advento da industrialização e que representa, a um só tempo, o anúncio de uma nova fase a ser vivida pela sociedade.

Dessa forma, a compreensão da formação da sociedade urbana só pode ser compreendida quando se retoma processo de *implosão-explosão* da forma urbana que antecedeu a industrialização, ou seja, quando uma nova sucessão conflituosa se estabelece no espaço urbano, promovendo uma nova ruptura, que neste caso, está ligada à invasão da atividade industrial sobre outras atividades. Segundo Lefebvre (1999, p. 25), as atividades industriais “[...] vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria”.

Neste sentido, a industrialização domina a realidade urbana antecedente, fazendo ressurgir outra realidade urbana, que apresenta-se ao mesmo tempo ampliada e estilhaçada, em que esta [...] “perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Acompanhando esse processo de dissolução da cidade, a industrialização promove na cidade a concentração (pessoas, coisas, capital, riqueza, atividades, objetos, idéias) e ao mesmo tempo projeta o que Lefebvre (1999) denominou de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.).

Dessa forma, entende-se que a cidade industrial promove a implosão das formas herdadas que são incompatíveis com sua lógica e, na mesma direção promove a explosão da cidade, expressa na expansão do *tecido urbano*.

A expansão do tecido urbano é outro aspecto que denota o processo de urbanização da sociedade, ou a formação da sociedade urbana. Ao desenvolver a idéia de tecido urbano, Lefebvre (1999) não a restringe a mera expansão da malha urbana, representada pelo aumento dos números de ruas, construções, ou seja, expansão da forma urbana. Para o autor, o tecido urbano além da expansão da forma, representa também a expansão de uma lógica, de um conteúdo social, que surgiu com a industrialização, caracterizada pelas relações de trocas, pelo valor de troca, pela lógica da mercadoria, do capital. Para o autor, o

[...] Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à natureza (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Nesta perspectiva, a expansão do tecido urbano representou também a presença da lógica urbana no campo, o que simboliza a subordinação da produção agrícola as relações urbanas, prevalecendo apenas como resíduos das relações camponesas.

Para Lefebvre (1999, p. 27), a *cidade industrial* precede e anuncia a *zona crítica*. Nesta fase a realidade urbana generaliza-se, a industrialização processo indutor da urbanização é dominado, e o induzido passa a ser o indutor, torna-se dominante. “A

industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam”.

Neste sentido, o processo de urbanização da sociedade, que ao mesmo tempo, corresponde à constituição da sociedade urbana, que consiste num processo interminável de mutação do espaço urbano e, que se apresenta enquanto realidade não acaba. A sociedade é responsável por sua dinâmica, por suas transformações, e nele estão expressas as relações contraditórias e conflituosas que marcam a sociedade de classes. Dessa forma, a sociedade urbana deve ser entendida como um movimento dialético, como uma realidade contraditória, como possibilidade, mas inalcançável, difícil de representá-la ou descrevê-la. A partir desse direcionamento, o urbano surge como o lugar da expressão dos conflitos, dos confrontos, espaço privilegiado das contradições sócioespaciais.

CAPÍTULO II

O processo de ocupação da Zona Costeira brasileira: uma breve caracterização

O desenvolvimento deste capítulo deriva de uma formulação teórica apresentada por Sposito (2004). Para esta autora, a constituição dos territórios coloniais, promovida a partir do século XVI está diretamente relacionada ao processo de expansão da urbanização no espaço europeu, que a partir deste momento, passa a ser impulsionado pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, que vivia a fase mercantil.

Este processo de reforço à economia mercantil permitiu a extensão da urbanização ao mundo colonial, a partir do século XV. Ainda que as primeiras cidades coloniais não tenham sido mais do que portos construídos para escoar as riquezas coloniais em exploração, ou fortes para proteger os colonizadores, a extensão do fato urbano a novas áreas foi importante, porque se constituiu no embrião de um processo de ampliação espacial da urbanização e no suporte de articulação destas novas áreas ao capitalismo mercantil europeu (SPOSITO, 2004. p. 39).

A esta fase da urbanização a autora em questão atribuiu a denominação “urbanização moderna” que foi caracterizada, principalmente, pela expansão e desenvolvimento da atividade comercial.

É a partir desse encadeamento teórico desenvolvido pela autora acima referida que se estrutura a hipótese de trabalho que encadeia este capítulo. Aqui, parte-se do entendimento que o processo histórico/geográfico de ocupação da zona costeira brasileira se apresentou (e ainda se apresenta) como produto da urbanização sob a égide do modo capitalista de produção, iniciado em sua fase mercantil. Ou seja, a ocupação/produção do espaço na zona costeira brasileira apresenta sua gênese diretamente atrelada ao período de expansão da lógica mercantilista do século XV e XVI, desenvolvida, primeiramente na Europa, mas que também se fez presente em outros territórios sobre a forma de espaços coloniais, e que vai ganhando novos contornos à medida que as transformações vão se processando no modelo de acumulação vigente, o que é refletido diretamente sobre as formas de assentamentos urbanos situados na zona costeira do Brasil.

É a luz desse raciocínio que se busca no presente capítulo desenvolver de forma breve, no entanto, coerente, uma caracterização do processo histórico/geográfico de ocupação da zona costeira brasileira, que como já mencionamos anteriormente, apresenta-se na maior parte deste espaço, como produto da urbanização.

Objetiva-se com tal exercício, demonstrar que historicamente, a ocupação da zona costeira brasileira (pelo menos a desenvolvida a partir da chegada do europeu) seguiu e ainda segue uma lógica urbana que apresenta ao longo do tempo diferentes vetores/indutores responsáveis pela difusão desta lógica que atuaram e atuam com intensidade diferenciada na difusão da urbanização ao longo do espaço litorâneo brasileiro.

No entanto, tendo em vista a inviabilidade de se caracterizar mais de quinhentos anos de história concernentes à produção do espaço litorâneo brasileiro, optamos por uma fragmentação deste longo período em dois momentos distintos do processo de ocupação deste espaço. Um primeiro momento corresponde à fase inicial de ocupação da zona costeira do Brasil, período este que expressa a inserção de novos espaços ao circuito da economia mercantil, o que faz com que as formas espaciais produzidas neste período materializassem as necessidades e estratégias da fase inicial de expansão do capitalismo, permitindo assim, que se denomine este primeiro momento da ocupação da zona costeira do Brasil de colonial. Neste primeiro momento objetivamos reconhecer a materialidade da urbanização produzida neste período histórico e, sobretudo, seu reflexo sobre organização espacial da zona costeira brasileira.

Num segundo momento, o qual corresponde à mudança e ao desenvolvimento de uma nova base econômica, a qual assume características urbano-industriais, o objetivo é demonstrar uma nova dinâmica, as novas formas espaciais produzidas e a influência da urbanização na reorganização do espaço correspondente a zona costeira brasileira. Por esse motivo, esta etapa será denominada de período industrial, mas que no entanto, não se restringe apenas ao momento de desenvolvimento da atividade industrial no Brasil.

2.1- A ocupação da zona costeira brasileira durante o período colonial

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a urbanização passa a ganhar uma nova dinâmica, diferenciando-se dos períodos anteriores – entendido, segundo a classificação formulada por Sposito (2004), como urbanização pré-capitalista. Essa dinâmica diferenciada torna-se perceptível a partir da análise das transformações sócioespaciais evidenciadas nos espaços das cidades onde o capitalismo se manifestou primeiramente, e ainda, a partir da complexidade e importância (econômica e política) que a cidade assume com o desenvolvimento deste novo modo de produção.

Para Sposito (2004), as cidades do período medieval desempenhavam um papel complementar no interior da economia feudal, isso porque os feudos desenvolveram uma economia voltada para a auto-sustentação estabelecendo, assim, poucas relações comerciais com as cidades existentes. Os feudos apresentavam-se politicamente autônomos e economicamente auto-sustentáveis, minimizando dessa forma, a importância da cidade diante do campo durante o período que antecedeu o modo de produção capitalista. Por esse motivo, é que a autora já mencionada, entende que as cidades desse período (Feudalismo), do ponto de vista econômico e político não poderiam ser considerados como aglomerados urbanos.

Com a expansão do capitalismo a cidade assume um caráter produtivo que a diferencia de momentos históricos anteriores. A partir deste momento, o processo de urbanização é retomado, só que agora, impulsionado pelo comércio, que ressurgiu como atividade econômica de características urbanas.

Este processo de constituição do comércio enquanto atividade econômica urbana será responsável pelo renascimento urbano, culminado no ressurgimento e reconstrução de algumas cidades que tinham perdido sua importância durante o regime feudal.

Desta feita, a cidade ressurgiu como o espaço privilegiado da atividade comercial, local destinado às trocas comerciais, espaço de integração e interação de mercadorias e mercadores. Isto faz do espaço urbano um lugar marcado pelo movimento, pelo encontro de pessoas e de toda a sorte de produtos comercializáveis. Estão presentes neste espaço (o espaço urbano da cidade), comerciantes, artesãos e toda a riqueza gerada pela troca comercial que a partir deste contexto, passa a assumir o caráter de função urbana (LEFEBVRE, 1999).

Vale ressaltar que tais transformações no espaço urbano só foram possíveis porque, mesmo no auge do feudalismo, o comércio persistiu, ainda que de forma minimizada nas cidades do mundo feudal. Sua presença na cidade medieval foi garantida graças à atuação de mercadores que praticaram trocas comerciais dentro e no entorno dos feudos, atividade esta que logo foi intensificada a partir do reatamento das trocas comerciais entre a Europa e o oriente.

Mas as transformações no espaço urbano promovidas pelo modo de produção capitalista não ficaram restritas apenas ao âmbito das relações econômicas, elas também se estenderam ao campo das relações políticas. Nesta medida, a cidade além de espaço de encontro de mercadorias e mercadores passou a ser também espaço de gestão, sede do exercício do poder político centralizado, ou seja, sede política do Estado.

A aliança entre burguesia comercial e a realeza foi sem dúvida o elemento principal para formação do Estado nacional absolutista. Como numa perfeita simbiose, a constituição

do Estado nacional representou a concordância de interesses e vantagens mútuas para a realeza e a classe de mercadores.

Para a realeza, a união com a classe econômica, a burguesia em torno da formação de um Estado nacional significou, a um só tempo, a eliminação da autoridade aristocrática feudal, tão marcante no sistema social da idade média, centralizando assim poder político antes fragmentado, como também, a participação e intervenção na vida econômica do país, compartilhando dessa forma dos lucros gerados pela atividade mercantil, de grande importância para a manutenção do Estado moderno.

Para a classe dos comerciantes, esta aliança representou a garantia de segurança e a proteção necessárias ao desenvolvimento da atividade mercantil, contribuindo diretamente para seu enriquecimento e o aumento de sua importância enquanto classe social no cenário político e econômico da época.

A intervenção do Estado na economia, a difusão das doutrinas mercantilistas e o advento das grandes navegações foram de grande importância para a expansão da economia mercantil para outros espaços além da Europa. É exatamente por meio da expansão da atividade mercantil, agora tida como uma atividade econômica urbana, que o processo de urbanização se expande ao mundo colonial a partir do século XV (SPOSITO, 2004).

É neste contexto de expansão mercantilista européia que tem início o processo de ocupação do território brasileiro, iniciado primeiramente, pela ocupação de sua zona costeira. É a partir da chegada dos colonizadores portugueses e da produção das primeiras formas espaciais na fachada litorânea que se fazem presente neste espaço as marcas iniciais da urbanização, motivadas pelas necessidades de expansão da atividade comercial para outros espaços.

Partindo do pressuposto acima, entende-se que as práticas e estratégias adotadas pelo colonizador para viabilizar o projeto de colonização, que deram origem aos primeiros objetos espaciais presentes na zona costeira do Brasil são produtos da difusão de um conteúdo urbano, presentes nas formas espaciais produzidas neste espaço, cuja finalidade era dar suporte à expansão da lógica mercantil. Neste sentido, entende-se que fortes, portos, cidades e vilas são materializações da lógica urbana no espaço colonial sobretudo na zona costeira.

Para Moraes (2007), o fato de o colonizador ter chegado a todas as áreas coloniais americanas por via marítima permite compreender porque as zonas litorâneas foram os primeiros espaços a conhecerem núcleos de povoamento. No Brasil, isso não foi diferente, como pode ser constatado pelo próprio autor, quando ressalta que dos 18 núcleos de

povoamento pioneiros fundados pelos colonizadores portugueses, apenas São Paulo não estava situado a beira-mar.

Para Becker & Egler (2006), as facilidades naturais de comunicação e a de uma vasta área de floresta, a Mata Tropical Atlântica, que representou logo de início a possibilidade de exploração econômica, são aspectos que garantiram ao litoral oriental do Brasil desde o início do processo de colonização, a primazia da presença do colonizador e de exploração econômica do território.

A construção de modestas feitorias ao longo do litoral representou os primeiros sinais da presença do colonizador e da lógica comercial que motivaram a expansão colonialista no território brasileiro. Tais objetos espaciais foram produzidos com a finalidade de iniciar a exploração da colônia que inicialmente restringiu-se a exploração grosseira dos recursos naturais, em grande medida, representada pela comercialização de madeiras corantes – o pau-brasil, principalmente.

Esta modalidade de ocupação desenvolvida no território recém descoberto atendeu apenas momentaneamente os anseios dos comerciantes portugueses e da coroa portuguesa. Em virtude de sua baixa capacidade de promover a ocupação do território, logo fora substituída por uma forma mais estável de colonização.

Para Wehling (1999), a precariedade da ocupação promovida pelo sistema de feitorias colocava em risco os acordos políticos firmados por Portugal com outros países expansionistas europeus, tendo em vista, a acirrada concorrência impostas por países rivais sobre território recém descoberto, como no caso de França, Holanda e Espanha, caso o Brasil ainda permanecesse escassamente povoado.

Procurando minimizar as pressões de outras potências mercantis sobre suas possessões em terras americanas e, ao mesmo tempo implementar uma ocupação mais efetiva da colônia, Portugal redireciona a política de organização do espaço colonial.

Afim de cumprir tais objetivos, a coroa portuguesa decide por uma nova estratégia de colonização para as terras brasileiras, que se daria por meio da adoção do sistema de capitânicas hereditárias. Esta estratégia de colonização consistiu segundo Becker & Egler (2006), numa distribuição controlada das terras brasileiras a empreendedores privados.

Com tal iniciativa, a coroa portuguesa objetivou minimizar os custos da colonização, transferindo dessa forma, o ônus do empreendimento colonial ao capital privado, tendo em vista as dificuldades financeiras em que se encontrava o Estado português, e, ao mesmo tempo, buscou assegurar a ocupação e o controle da fachada costeira oriental, através da

divisão geométrica da costa atlântica, procurando assim, minimizar as investidas de outras potências europeias rivais sobre sua colônia recém conquistada.

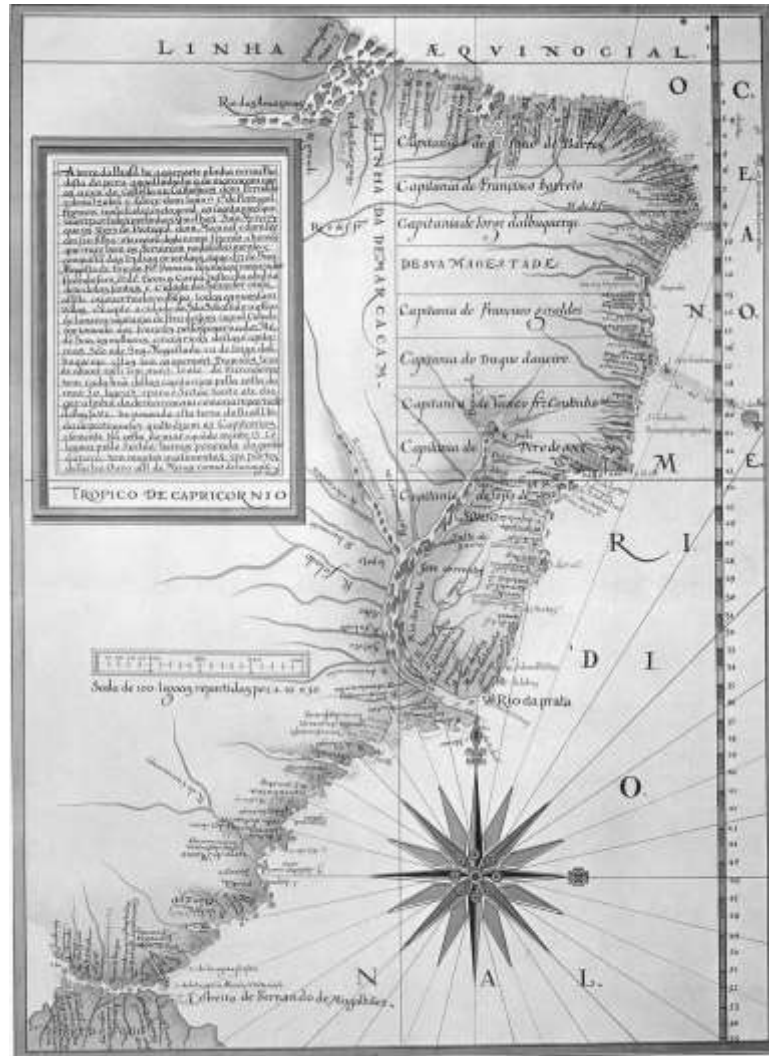


Figura 1: Divisão do território brasileiro em Capitanias Hereditárias. (Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Capitanias.jpg>.)

Mas a fragmentação da zona costeira brasileira em capitanias hereditárias não significou apenas a simples distribuição de terras aos donatários. De acordo com Wehling (1999), a distribuição de terras foi acompanhada por um conjunto de atribuições governamentais transferidas aos donatários eleitos pela coroa portuguesa, ou seja, o sistema de capitanias hereditárias, também foi caracterizado pela concessão de poder público a particulares, mas que em momento algum significou o enfraquecimento da autoridade do Estado português.

No âmbito econômico, as capitanias hereditárias representaram a expansão do capitalismo comercial, cabendo ao donatário, a função de desenvolver economicamente a

colônia, através do desenvolvimento de atividades como o extrativismo mineral e vegetal e, principalmente, a agricultura de exportação, sobretudo, baseada no modelo de *plantations*, a qual assegurava dessa forma a ocupação das terras litorâneas e garantia também os interesses comerciais portugueses.

Apesar da exploração econômica da colônia ter assumido formas características de uma produção rural, sua lógica produtiva estava inserida no circuito da economia capitalista mercantil, ou seja, o comércio, que no seio da economia mercantilista ganhava contornos e consolidava-se como atividade econômica urbana.

No bojo das atribuições concedidas aos donatários com a concessão das capitâneas hereditárias, merece destaque a tarefa de promover a instalação de redes urbanas. Neste sentido, o Estado português transferiu à iniciativa privada o poder de [...] “fundar vilas, nomear funcionários e distribuir terras (sesmarias) entre colonos que preenchessem as condições determinadas em lei” (WEHLING, 1999. p. 67). Além é claro, de assumir a responsabilidade de cuidar das atividades administrativas e de defesa do território colonial (REIS, 2000).

Percebe-se neste sentido, que num primeiro momento, o direcionamento da colonização das terras brasileiras foi assumido pela atuação dos donatários, ou seja, pela atuação do capital privado, cuja finalidade foi a de estimular a ocupação do espaço colonial, haja vista, que o Estado português não possuía condições financeiras para arcar com os custos iniciais da colonização.

De acordo com Reis (2000), nos primeiros anos de colonização, a maioria dos núcleos urbanos criados na colônia foram obras do esforço de donatários e colonos, os quais não contaram com a participação direta do Estado português.

No entanto, os resultados alcançados com o sistema de capitâneas hereditárias não foram os esperados pela coroa portuguesa, o que levou o Estado lusitano a rever novamente sua política colonial, levando-o a dar um novo impulso na política de colonização do território brasileiro. Wehling (1999) mostra em poucas linhas um breve quadro da organização espacial da colônia após a introdução do sistema de capitâneas hereditárias.

O panorama do Brasil português em 1549 era modesto. Núcleos dispersos de colonização, pequena produção açucareira em Pernambuco e ainda menor em São Vicente e Espírito Santo, além da exploração do pau-brasil nas feitorias. Este era o quadro da colônia quando da criação quando da criação do Governo Geral. Era um começo precário, em que a ação do Estado propunha-se a consolidar, ampliar e defender (WEHLING, 1999. p. 69).

Ainda com base no estudo de Wehling (1999), constata-se que das catorze capitanias criadas por Portugal até a instalação do Governo Geral, apenas a capitania de Pernambuco apresentava resultados expressivos. Segundo o autor, foi nesta capitania que se concentrou a maior parte da riqueza do período colonial, pois em suas terras havia uma grande quantidade de pau-brasil e o solo apresentava condições favoráveis para o desenvolvimento da agroindústria açucareira, o que garantia um retorno mais rápido do capital investido. Por conta desses atributos, a capitania de Pernambuco passou a atrair um maior fluxo de investimentos conseguidos por donatários e colonos.

As demais capitanias hereditárias não alcançaram o mesmo sucesso que a capitania de Pernambuco. Em algumas capitanias não houve sequer tentativa de colonização, como foi o caso das capitanias de Ceará, Ilhéus e Santana. Em outras capitanias aconteceram tentativas fracassadas, como Maranhão, Rio Grande e São Tomé. E ainda, outras capitanias em que a colonização se desenvolveu de forma precária, em virtude dos conflitos com indígenas e dissensões entre colonos e donatários (WEHLING, 1999).

Mas apesar do sistema de capitanias não ter produzido resultados amplos no âmbito da colonização, alguns resultados não podem deixar de ser mencionados sobretudo, os relacionados ao litoral brasileiro.

Neste espaço, às vésperas de instalação do Governo Geral em 1548, já tinham sido fundadas cerca de 16 vilas e povoados de alguma importância econômica, tendo em vista que já exportavam mercadorias para a Metrópole portuguesa (REIS, 2000).

O insucesso das capitanias explica-se, em grande medida, pelas dificuldades enfrentadas pelos donatários, que segundo Wehling (1999), variavam de acordo com a capitania, mas que de maneira geral, correspondiam a falta de recursos financeiros e de colonos para iniciar a ocupação das terras, a hostilidade indígena, a dificuldades de comunicação com a Europa e ataques estrangeiros.

Como resposta aos modestos resultados da colonização produzidos pelo sistema de capitanias hereditárias, o Estado português decide pela instalação do Governo Geral em 1549, com sede na capitania da Bahia, na cidade de Salvador fundada em 1549 sede do poder metropolitano na colônia.

Com a instalação do Governo Geral no Brasil, o Estado português procurou dar um novo impulso à colonização das terras brasileiras, procurando controlar mais de perto, por meio de uma política centralizadora, as ações direcionadas a colonização do Brasil. Neste sentido, com a instalação do Governo Geral, Portugal visou consolidar sua posse sobre a

colônia, buscando promover um maior controle militar e administrativo efetivos sobre suas posses.

No conjunto das ações promovidas pelo Governo Geral merece destaque a fundação da cidade Salvador, primeira sede do poder político na colônia, e a fundação da cidade do Rio de Janeiro, outra sede política da colônia, cuja finalidade foi a de promover um melhor controle e administração sobre o litoral sul.

O redirecionamento da colonização, dado por Portugal a partir da instalação do Governo Geral, também pode ser entendido como novo impulso ao processo de urbanização na colônia, pois, compartilhando do pensamento de Reis (2000, p. 61) “a política urbanizadora é um conjunto de critérios para controlar o processo de urbanização e no Brasil era sempre parte da política de colonizadora”.

Se num primeiro momento o Estado português transferiu à iniciativa privada a tarefa de promover a instalação de uma rede urbana por meio da criação de vilas e povoados, com a criação do Governo Geral e a fundação de Salvador ele passa a concentrá-la. Desde então, a Metrópole passa assumir a responsabilidade de criar cidades, principalmente, nas capitânicas onde a tentativa de colonização foi mal sucedida, o que fez com que algumas capitânicas revertissem à coroa.

Nas capitânicas que reverteram à Metrópole, a política urbanizadora se apresentou mais centralizada. Nestas capitânicas além da criação de cidades e vilas, o Governo Geral procurou adensar os núcleos de povoamento já existentes através da reunião da população que se apresentava dispersa em núcleos de povoamento menos expressivos. Além disso, também coube a Coroa portuguesa nestes espaços, promover a elevação de povoados à condição de vilas e cidades, sendo reservada a tais capitânicas, a instalação de núcleo de maior importância, estando tais espaços e seus habitantes diretamente subordinados ao Governo Geral (REIS, 2000).

Outro aspecto que pode ser entendido como marca da política urbana centralizadora da Coroa e ao mesmo tempo da presença da lógica urbana no espaço colonial marcante, sobretudo, nas cidades criadas pelo Governo Geral, está relacionada à introdução de aparato técnico na organização do espaço de tais cidades. Em tais espaços, fez-se presente a serviço do governo colonial, um considerável número de engenheiros, cujas atribuições destinavam-se ao atendimento das necessidades das “cidades reais” (REIS, 2000). Tal aspecto representou a chegada à colônia de uma racionalidade urbanística, materializada na forma de planos urbanísticos, indicativos da importância da necessidade de planejamento em tais cidades, haja

vista, que estas executariam a função de centros de controle político e econômico do espaço colonial e de suas respectivas hinterlândias.

Por desempenharem um papel relevante na organização da política de colonização, as cidades criadas pelo Governo Geral, as “cidades reais”, foram produzidas em pontos estratégicos do território colonial. Estas cidades deveriam desempenhar a função de centros regionais, espaços centralizadores das decisões políticas e ao mesmo tempo controladores dos fluxos em parcelas do território colonial sobre suas responsabilidades. Em outras palavras, tais cidades deveriam constituir as principais cidades da rede urbana, ou para usar a terminação de Reis (2000, p. 64), a “cabeça da rede urbana”, como foi na opinião deste autor, a função desempenhada pelas cidades do Rio de Janeiro, São Luís e Belém.

A constituição da rede urbana no espaço colonial representou em termos mais abrangentes, a configuração da divisão internacional do trabalho. Pois, a partir da compreensão do pensamento de Corrêa (1988), o qual afirma que a rede urbana, sobretudo nos países subdesenvolvidos, em parte pode ser vista como um conjunto de cidades em que se é possível verificar a função de intermediação de decisões geradas fora do território nacional, é que se pode entender que as cidades criadas pelo Governo Geral, as quais deveriam constituir-se enquanto cabeças da rede urbana de suas áreas de influências correspondiam a centros difusores das decisões e ordens tomadas na metrópole portuguesa, ou seja, num espaço fora do Brasil.

Segundo Corrêa (1988, p. 116), a rede urbana se apresenta como uma “forma espacial, expressão particular de processos sociais que se realizam em um território, envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades”, que podem assumir de acordo com o contexto, formas espaciais complexas ou simples.

No caso das redes urbanas formadas no Brasil durante período colonial, pode-se se dizer que elas assumiram uma forma espacial simples e em sua maioria eram do tipo dendrítico. De acordo com Corrêa (1988) a rede urbana simples é reduzida basicamente ao tipo dendrítico, e caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz situada normalmente à embocadura de um rio. Para este autor, é desta cidade que partem as ações de criação de outros centros que farão parte da rede urbana, tornando-se nesse sentido, porta de entrada e de saída dos fluxos de sua hinterlândia. Além deste aspecto, também é marca deste tipo de rede urbana, a baixa diversificação na apropriação e circulação de excedentes, com fluxos de produtos normalmente destinados aos mercados externos.

A maior parte das cidades fundadas pelo Governo Geral para desempenhar o papel de cabeças da rede urbana estavam situadas na zona costeira, como por exemplo, Belém, São

Luís, Salvador, Olinda e Rio de Janeiro. Como já foi dito, a localização de tais centros atendeu à necessidades estratégicas, tanto do ponto de vista militar quanto do comercial, estabelecendo o controle de entrada e saída dos fluxos destinados ao interior do território colonial e ao mercado externo. O fato de tais cidades concentrarem os fluxos econômicos de entrada e de saída da metrópole foi de grande importância para o crescimento das atividades comerciais e, por conseguinte da consolidação de uma economia urbana no interior destes centros urbanos, contribuindo para o surgimento de camadas sociais tipicamente ligadas ao comércio e outros ofícios que só poderiam ser encontrados na cidade, como mecânicos, funcionários ligados à administração, pedreiros, carpinteiros, entre outros.

A disposição das cidades mais importantes da rede urbana ao longo da zona costeira brasileira é reflexo da estruturação de um padrão de ocupação do território, cujos interesses estavam voltados para fora. Estes centros urbanos constituíam os principais pontos de interligação da produção gerada na colônia bem como a rota comercial que drenava os produtos da exploração colonial para a Metrópole.

A partir da observação da disposição espacial das principais cidades coloniais ao longo da fachada litorânea e do sentido dos fluxos da exploração colonial que iniciava em porções mais internas do território e destinava-se aos principais centros urbanos situados na costa, foi possível, de acordo com Moraes (2005; 2007), estabelecer um padrão de organização do território brasileiro neste período, o qual obedecia segundo este autor, um desenho espacial que se assemelhava uma “bacia de drenagem”.

No entanto, a fundação das cidades no período colonial e suas disposições ao longo da fachada litorânea não se deram de forma regular. Como já mencionado acima, a criação de cidades pelo Governo Geral e a sua localização no território colonial atenderam critérios políticos e econômicos o que de certa forma promoveu a seletividade de alguns espaços ao longo da zona costeira, considerados de grande importância pela metrópole portuguesa no âmbito de sua política de exploração da colônia.

Em virtude desse fato, o litoral brasileiro apresentou um padrão de povoamento descontínuo, conformando de acordo Moraes (2007. p. 33), “[...] um verdadeiro arquipélago demográfico, onde se identificam zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamentos entremeados por vastas porções não ocupadas pelos colonizadores”.

Moraes (2000, p. 34) destaca entre os conjuntos de ocupação mais expressivos situados no espaço litorâneo brasileiro durante o período colonial o litoral oriental da zona da mata nordestina, polarizado por Olinda/Recife, onde a produção do açúcar apresentou maiores rendimentos; o Recôncavo baiano, sobre a influência de Salvador, a maior cidade do período

colonial até o final do século XVIII e sede política da colônia e principal ponto de escala das rotas com destino ao império português, também considerada zona de produção açucareira e ponto convergente de fluxos internos direcionados ao exterior e a própria cidade, como era o caso da pecuária e mineração; o Litoral fluminense, espaço sobre a influência da cidade do Rio de Janeiro responsável pelo abastecimento das áreas mineradoras e escoamento dos produtos minerais e agrícolas para a metrópole portuguesa; o Litoral paulista polarizado por Santos/São Vicente que se destacam pela articulação com núcleos de povoamento que formam o sistema paulistano no planalto, ligados por inúmeros caminhos que demandam ao interior do território que chama atenção pela extensão, a qual chega a atingir o Peru. Neste espaço da zona costeira brasileira constitui-se um rosário de núcleos de assentamentos, os quais vão se tornando mais distantes à medida que se avança do litoral sul.

Além destas zonas de adensamento populacional na zona costeira, Moraes (2007) também destaca no espaço litorâneo, já no término do período colonial, a presença de cidades portuárias relativamente isoladas, constituindo os principais centros terminais de sistemas produtivos específicos no interior. É o caso, segundo o autor, de Belém, controlando a circulação no vale Amazônico, ou ainda, São Luís, Fortaleza ou Vitória, que drenam a produção de seus entornos imediatos.

É importante ressaltar que entre as zonas de adensamento destacadas por Moraes (2007) ao longo da faixa litorânea do Brasil, existiram extensas áreas que permaneceram isoladas ou escassamente ocupadas, constituindo os principais espaços de refúgios de tribos indígenas e escravos fugidos, instalando pequenos povoados que desenvolveram produções econômicas voltadas para seu próprio consumo. Segundo este autor, é na constituição destas comunidades que podemos encontrar e entender a gênese das populações ditas tradicionais que ainda hoje, habitam porções do vasto litoral brasileiro vivendo de forma semi-isolada e de uma produção econômica baseada na pesca e pequena agricultura.

Um importante aspecto resultante do estabelecimento desse padrão de assentamento constituído no litoral brasileiro durante o período colonial, está relacionado à consolidação de alguns desses centros urbanos das zonas mais povoadas, como núcleos urbanos de grande importância, configurando-se ao longo do litoral como as principais aglomerações urbanas do país, atribuindo, dessa forma, a esta porção do território brasileiro os maiores índices de ocupação e urbanização.

Desta feita, podemos entender que esta primeira etapa do processo de produção do espaço brasileiro refletiu diretamente as necessidades da expansão do capitalismo comercial. Como resultado disso, o território brasileiro vivenciou um processo de urbanização que se

concentrou primordialmente na zona costeira. Foi neste espaço que se fez presente de forma pioneira e prioritária, a manifestação da urbanização a qual se materializou na produção de vilas, cidades e fortes criados ao longo da zona costeira, na dinâmica comercial externa e interna das principais cidades que constituíam a rede urbana do período, e ainda, pelo início da concentração populacional nas principais vilas e cidades situadas no litoral.

Grosso modo, pode-se atribuir esta primeira fase da urbanização brasileira a expansão do capitalismo comercial, mas também a organização político-administrativa do espaço colonial desenvolvido pelo Estado português, como o sistema de capitanias hereditárias e a instalação do Governo Geral, que tiveram como espaço de manifestação a zona costeira.

2.2- A ocupação da zona costeira brasileira a partir do modelo urbano-industrial

Acreditamos estar correto em admitir que a partir da década de 1940 o território brasileiro conhece de forma mais intensa o processo de produção do espaço urbano, induzido pela industrialização.

A difusão dessa lógica (industrialização) sobre território brasileiro não pode ser encarada, segundo Santos (2008, p. 30), como uma simples “criação de atividades industriais nos lugares”, mas sim como um “processo social complexo” de ampla significação para a reorganização do território nacional, ao qual se pode atribuir a responsabilidade

[...] que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quantos os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2008, p. 30).

Diferente dos períodos econômicos anteriores, a industrialização não se restringe ao âmbito regional. Sua escala de influência é nacional, ou seja, articula quase que em sua totalidade o território brasileiro, mesmo estando concentrada fisicamente na região Sudeste do país.

A influência a nível nacional da industrialização significou a expansão do processo de urbanização no território brasileiro, representada entre outros fatores pelo crescimento demográfico das cidades e capitais de estados e principalmente, pela constituição dos principais centros urbanos do país, direcionando o lugar de residência da população brasileira ao espaço da cidade.

De acordo com Moraes (2007, p. 37), a mudança na base econômica do Brasil, a qual se consolidava a partir da década acima mencionada (1940) sobre domínio econômico urbano-industrial, é responsável por uma mudança sensível no ritmo de ocupação da zona costeira brasileira. Isso porque, um considerável número de atividades e ramos industriais tiveram num primeiro momento suas instalações e funcionamento condicionados aos lugares situados às proximidades de sítios portuários. Este fato é indicativo da dependência de abastecimento de insumos externos e ao mesmo tempo da infraestrutura já constituída em certos pontos da zona costeira brasileira, sobretudo a relacionada aos transportes marítimos. O que de certa forma, ainda segundo o autor, reproduz o padrão histórico de assentamento do litoral brasileiro, o qual se deu de maneira concentrada.

A concentração inicial da atividade industrial em determinados lugares da costa brasileira e o seu desenvolvimento e de outros setores produtivos que passam a complementar a pauta de exportações brasileira (além é claro das importações) em espaços mais para o interior do território brasileiro promovem a formação de complexos industriais e portuários pontuais ao longo do litoral. São exemplos disso, os complexos industriais de Cubatão ou de Camaçari/Aratu e o sistema portuário de Santos, principal porto de exportação de café no início do século XX e atualmente um dos portos mais equipados do Brasil, classificado por Santos (2003, p. 60) como “polifuncional” por concentrar três ou mais construções de estocagem, denunciando um diversificado fluxo (importação e exportação) de produtos.

A importância da industrialização aqui entendida como um agente indutor do processo de urbanização sobre a zona costeira brasileira, também pode ser percebida a partir da evidência do crescimento das aglomerações urbanas ao longo deste espaço. Este fato se deve em grande medida ao forte movimento migratório populacional em direção ao litoral, promovido pela geração de empregos direto e/ou indiretamente ligados a atividade industrial. Tal aspecto reforça uma tendência fortemente atrelada ao desenvolvimento da industrialização, que está relacionada à capacidade de concentração espacial dos meios de produção, mão-de-obra, capitais e mercadorias e que deriva ao mesmo tempo da necessidade de utilização de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade produtiva (energia, transporte, comunicações, água, esgoto, etc.).

Segundo Moraes (2007, p. 38) [...] “a relação indústria/crescimento urbano se exerce com toda potência nas cidades litorâneas eleitas para sediar tal atividade, seja com seus aspectos positivos ou negativos”. Isto significa dizer que a atividade industrial, mesmo desenvolvendo-se sobre uma infraestrutura pretérita promoveu (e ainda promove) um acelerado processo de urbanização que não foi acompanhada por uma equivalente produção

de serviços básicos. Este aspecto inclui desde as grandes concentrações metropolitanas até os centros urbanos de menor importância situados na zona costeira, os quais se aproximam por não disponibilizarem de infraestruturas básicas eficientes, como por exemplo, sistemas de esgoto e coleta de lixo, problemas estes que são agravados onde as condições de habitações podem ser consideradas críticas ou mesmo inadequadas. Somam-se a estes problemas, aqueles mais diretamente ligados à atividade industrial, os quais dizem respeito à poluição atmosférica e ao destino dado aos dejetos líquidos ou sólidos gerados no processo produtivo.

Tais problemas contribuem diretamente para a redução do potencial ambiental e ecológico dos espaços costeiros, denunciando o elevado poder impactante da industrialização e da urbanização sobre os espaços litorâneos, o qual pode ser representado de forma mais eloqüente pela poluição de praias, remoção de dunas e vegetação de restinga e a poluição das áreas de manguezais, importantes ambientes tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

Além da industrialização, existem outros processos que se desenvolvem na zona costeira brasileira e que também contribuem de maneira exponencial para o vertiginoso processo de ocupação deste espaço a partir de usos urbanos.

Para Moraes (2007), na análise do processo de ocupação da zona costeira brasileira, não pode deixar de ser mencionada a atuação de dois vetores contemporâneos de grande importância, os quais dizem respeito a disseminação do fenômeno da “segunda residência” e a intensificação da atividade turística.

O fenômeno da “segunda residência”, para o autor acima, representa um processo “altamente disseminado em longos espaços dos entornos das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro” (MORAES, 2007, p. 38). Tais residências de veraneio estão diretamente ligadas ao avanço do veraneio marítimo, as quais, segundo Moraes (2007, p. 38), “podem ser apontadas como o fator numericamente mais expressivo da urbanização litorânea”.

A esta forma de uso do solo na zona costeira, pode ser atribuída a responsabilidade pelo dinamismo do mercado de terras nos espaços onde atua, contribuindo de forma considerável, para o destaque da construção civil como um setor econômico de grande atuação e importância no litoral brasileiro.

Outro setor muito influenciado pelo fenômeno da segunda residência no espaço litorâneo é o imobiliário. A busca por moradias em locais de climas aprazíveis e de grande beleza cênica movimentou o mercado de imóveis e terrenos, mobilizando os agentes que atuam mais diretamente neste setor, como proprietários de terras, corretoras imobiliárias e a indústria da construção civil (construtoras e mesmo autônomos). Tais agentes são responsáveis, na

maioria dos casos, por criarem situações de conflitos sociais no que concerne à aquisição de terras. Atribui-se, ainda, à atuação de tais agentes, processos espaciais inerentes ao espaço urbano, como por exemplo, a especulação imobiliária.

Da mesma forma que a atividade industrial, a expansão fenômeno da “segunda residência” exerce um forte poder impactante sobre os espaços litorâneos, sejam em termos ambientais ou sociais.

Em termos ambientais, pode ser mencionado por exemplo, a pressão que este vetor de ocupação, de forma direta ou indireta, exerce sobre as áreas de proteção ambiental, como manguezais e campos de dunas. Em alguns casos, quando é marcante a escassez de terrenos, o consumo de segunda residência impõe a necessidade de novas áreas de ocupação, exigindo ao mesmo tempo, o acompanhamento de obras infraestruturais, o que incide na urbanização de áreas como manguezais, campos de dunas e orlas marítimas.

Em outros casos, a pressão do consumo da moradia de segunda residência atua sobre áreas de assentamentos já consolidadas, em que seus habitantes são pressionados a vender suas casas e obrigados a habitar novas áreas, que normalmente são produzidas no sistema de autoconstrução, constituindo as ocupações espontâneas, locais de habitação que na grande maioria não prescindiram de instalação infraestrutural prévia, nem planejamento.

Resultantes da atração promovida pela atividade industrial ou da expropriação promovida pelo consumo da moradia de segunda residência, na zona costeira, tais habitantes vão ocupar espaços situados geralmente às proximidades ou sobre as áreas de proteção ambiental. Essa questão é bem enfatizada por Moraes (2007, p. 39-40) na seguinte passagem:

Tais populações sobrantes vão se alojar no espaço urbano litorâneo exatamente nas áreas deixadas sem uso pelas outras atividades, geralmente áreas de grande vulnerabilidade e/ou de proteção ambiental. No primeiro caso, pode-se lembrar as encostas íngremes e as zonas sujeitas a inundações; no segundo, as áreas de defesa de mananciais ou os manguezais. A forma espontânea e precária de assentamento de tais populações vai resultar em efeitos impactantes significativos no que tange à contaminação do meio ambiente, o que redundará em alta insalubridade no que toca à qualidade de vida local.

Vale ressaltar, que em alguns casos, tais áreas mais adiante podem constituir espaços de assédios para o consumo de segunda residência, tendo em vista que estes locais poderão receber atenção do poder público, na forma de equipamentos infraestruturais, agregando dessa forma, valor a estes terrenos.

A ampliação desse quadro sócioespacial ao longo da zona costeira intensifica a difusão de um processo que marca a paisagem das maiorias das cidades brasileiras. Trata-se do

processo de favelização, problemática esta que apresenta grau de intensidade diferenciada, variando, segundo Santos (2008, p. 105), conforme o tamanho, tipo de atividade desenvolvida, região etc.

Trata-se do processo de favelização que, ao lado (nos dois sentidos) da segunda residência, vai compor a paisagem das periferias das grandes aglomerações e capitais litorâneas. Geralmente, as casas de veraneio ocupando os melhores sítios, e as favelas predominando nas áreas mais impróprias à ocupação. (MORAES, 2007, p. 40).

Na zona costeira, o processo de favelização assume características peculiares, mas não deixa de compartilhar dos mesmos problemas existentes em grande parte das cidades brasileiras como, por exemplo, o quadro de carência em setores como habitação, sistema de água e esgoto, transporte, educação e saúde.

Neste sentido, deve-se considerar o fenômeno da moradia de segunda residência como um vetor de grande influência sobre o processo de urbanização dos espaços litorâneos. Sua atuação em muito contribui para o alargamento dos territórios citadinos, promovendo a urbanização do entorno das cidades onde se faz presente. Além disso, sua ação urbanizadora não está restrita apenas à expansão física da cidade; a moradia de segunda residência também é responsável pela desmobilização de modos de vidas tradicionais, difundindo hábitos e costumes urbanos mais arraigados à lógica capitalistas.

Enfim, o fenômeno da segunda residência contribui para a produção de espacialidades e temporalidades urbanas ao longo dos espaços litorâneos, o que se fez acompanhar de processos inerentes ao espaço urbano, tais como, favelização, especulação imobiliária, degradação ambiental, e, sobretudo, segregação sócioespacial.

Outro vetor contemporâneo de grande influência sobre o ritmo de ocupação urbana na zona costeira brasileira é a atividade turística. A presença de condicionantes naturais e paisagísticos na zona costeira como sol, praia e mar (os ecossistemas costeiros), podem ser considerado como os atrativos que contribuem diretamente para o direcionamento da atuação da atividade turística para este espaço.

Na outra ponta, podemos ressaltar a importância atual do turismo no cenário econômico mundial. No contexto da economia globalizada, o setor de turismo merece destaque pelo grande montante de divisas movimentado e o elevado fluxo de pessoas e serviços que o envolve.

Para Cruz (2002), esta atividade surge de forma organizada em meados do século XIX, quando então, ainda se utilizava de infraestruturas criadas para outros usos no território.

No entanto, segundo a autora, a partir desse momento, o turismo deixa de forma “paulatina, de ser uma usuária passiva dos territórios para tornar-se mais um agente condicionador de seu (re)ordenamento” (CRUZ, 2002, p.7).

No Brasil, o desenvolvimento deste setor foi possibilitado pela expansão da classe média, que proporcionou o crescimento dos fluxos internos, pelo aumento da demanda estrangeira pelos espaços litorâneos em nosso país, como é caso do litoral nordeste e, principalmente, pela inclusão por parte do Estado, do turismo no conjunto de suas políticas territoriais que passa a ser visto como um setor de forte dinamização econômica, passando a investir mais em programas (em sua maioria, voltados à produção de infraestrutura) de apoio ao turismo.

Por conta dos fatores já mencionados (potencial paisagístico/natural e viabilidade econômica), a zona costeira brasileira tem sido alvo de pesados investimentos ligados ao turismo, os quais podem ser responsabilizados por inúmeras transformações sócioespaciais na zona costeira e ao mesmo tempo pelo reforço do processo da urbanização neste espaço. A construção de unidades ou redes hoteleiras ou a implementação de infraestruturas como orlas marítimas urbanizadas são bons exemplos da presença dos investimentos direcionados ao incentivo da atividade turística no litoral brasileiro.

A produção de novos equipamentos urbanos nos espaços litorâneos atende a uma exigência imposta pelo turismo que demanda uma adaptação destes espaços aos moldes do desenvolvimento da atividade a nível internacional, cuja finalidade é oferecer além de serviços de boa qualidade, novos produtos que possam ser atrativos e assim disputar novas demandas de mercado. Neste sentido, o turismo induz, seja por meio do capital privado ou capital estatal, ou por meio de parcerias público/privado (o que atualmente é mais comum), a produção de uma gama de empreendimentos considerados necessários ao seu crescimento e desenvolvimento.

Desta feita, sendo a zona costeira um dos principais destinos procurado por turistas como opção de lazer, são eles palco de um grande número de obras de infraestruturas, como hotéis, restaurantes, pousadas, além de rodovias ou mesmo aeroportos, orlas urbanizadas, etc., que associadas à condicionantes naturais, representam os elementos indispensáveis para promover a atração de turistas.

A materialização destes investimentos na zona costeira se dá a custa de aquisições de espaços, sejam eles, os ocupados por populações com modo de vida tradicionais, os densamente urbanizados situados às proximidades de atrativos naturais e paisagísticos, ou mesmo, aqueles espaços sobre a proteção de alguma legislação. Este fato demonstra uma das

características atribuídas ao turismo que muito tem chamado a atenção dos estudos geográficos, a qual está relacionada a grande capacidade dessa atividade econômica em consumir espaço (CRUZ, 2002). Acreditamos ser correto admitir que este consumo de espaço promovido pelo turismo está fortemente atrelado à expansão da urbanização, intensificando assim, o uso do solo na zona costeira.

Para Moraes (2007, p. 42) a atuação do turismo na zona costeira brasileira se manifesta na forma de diversos processos. Para o autor, esta atividade se apresenta

[...] ora estruturada enquanto um setor dentro da estruturação urbana de uma cidade litorânea; ora articulada a espaços de segundas residências, geralmente de alto padrão; ora através de investimentos massivos criando a função e revivendo “cidades mortas”; ora ainda como indutora da ocupação de novas áreas.

Tais palavras demonstram a grande capacidade de adaptação do turismo aos espaços litorâneos, mas também, seu elevado poder de promover transformações na organização sócioespacial dos locais onde atua, o que o caracteriza a atividade como um agente reorganizador do espaço-tempo na zona costeira brasileira.

A importância da atuação do turismo no litoral brasileiro pode ser revelada a partir da análise do esforço do Estado em regular esta atividade, expresso tanto no que diz respeito aos pesados investimentos destinados a dar suporte infraestrutural ao setor, quanto na tentativa de ordenamento desta atividade, em que o PRODETUR/NE⁵ (Programa de ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), destaca-se como um dos maiores planos de intervenção estatal da atualidade no espaço litorâneo brasileiro.

O PRODETUR/NE, programa da esfera federal criado no final da década de 1970, foi desenvolvido com o intuito de viabilizar o desenvolvimento do turismo nas orlas marítimas da região nordeste, atuando principalmente no investimento de infraestrutura em espaços considerados potenciais para o desenvolvimento da atividade nesta faixa da zona costeira brasileira. Dentre as diversas intervenções de cunho infraestrutural, merece destaque os projetos de urbanização turística de alguns trechos da orla marítima de algumas cidades litorâneas do nordeste brasileiro, como a cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

Este ponto chama atenção para um aspecto de grande importância para a compreensão do processo de urbanização na zona costeira brasileira. Trata-se da atuação do Estado, o qual pode ser concebido como um dos principais agentes atuantes no processo de ocupação do

⁵ Programa político de âmbito federal cujo objetivo é desenvolver a atividade turística nos estados da região Nordeste do Brasil, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

litoral. O caráter de suas intervenções neste espaço visa em grande parte, a dotação de equipamentos e infraestruturas públicas, procurando inserir tais espaços na economia nacional. Estas intervenções estatais que podem ser desde a abertura de rodovias para a garantia de acesso a lugares isolados, até a instalação de grandes estruturas portuárias ou turísticas podem ser consideradas intervenções espaciais que possibilitam a difusão da lógica urbana nos espaços costeiros, que passam a ter seus espaços-tempo sociais reorganizados.

A atuação dos vetores acima mencionados ao longo dos 7.367 km da zona costeira atribui a este espaço, características urbanas no que tange a formas de ocupação e uso do solo. Isso não significa dizer, contudo, que a zona costeira brasileira esteja plenamente ocupada ou urbanizada. No entanto, é cada vez mais evidente o avanço da tendência de captura de novos espaços litorâneos pela lógica urbana de uso do solo, espaço estes onde ainda predominam gêneros de vida tradicionais pelo processo de urbanização.

No que diz respeito a este aspecto, Moraes (2007, p 46.) acredita ser possível estabelecer, de maneira mais genérica possível, dois grandes padrões de ocupação na zona costeira brasileira. A constituição destes padrões leva em consideração a densidade de ocupação na costa brasileira, mas também a predominância da dinâmica capitalista do uso e apropriação da terra na zona costeira.

Segundo este autor, o primeiro padrão de ocupação da zona costeira brasileira, em que as formas de apropriação da terra estão mais atreladas a dinâmica capitalista, corresponderia ao faixa de terras que vai do “litoral central do Rio Grande do Sul até o litoral no oeste imediato de Fortaleza” (MOREAS, 2007, p. 45). Nesta porção da zona costeira,

A forma de ocupação dominante tende a uma estruturação em moldes urbanos mesmo nas áreas não urbanizadas, não sendo raro encontrar o fracionamento em lotes de tipo citadino estendendo-se por vastas superfícies ainda não ocupadas (MORAES, 2007, p. 46).

É neste fragmento do espaço litorâneo brasileiro que estão situadas, e, por que não dizer concentradas, as principais estruturas urbanas da zona costeira. É nesta faixa de litoral que se encontra um considerável conjunto de instalações urbanas tais como: instalações industriais, aglomerações urbanas de relevância (Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife), infraestruturas voltadas para o turismo e áreas expressivas no que toca a presença de segunda residência.

Para Moraes (2007), apesar da forte disseminação da lógica de assentamentos urbanos nesta faixa do litoral brasileiro, ainda é possível encontrar locais com ocupações humanas consideradas incipientes, onde ainda resiste o uso da terra litorânea pautado em um gênero de

vida tradicional. Normalmente, são vilas habitadas por pescadores semi-isoladas e/ou de difícil acesso, que desenvolvem uma produção econômica voltada à sobrevivência de sua comunidade, viabilizada ainda pelo uso de técnicas rudimentares, como no caso da pesca artesanal e na coleta de marisco e crustáceos.

Todavia, em virtude da proximidade e contigüidades destes locais aos grandes centros de difusão da lógica urbana situados na faixa litorânea em questão, tais espaços tendem a serem assimilados em pouco tempo pela lógica urbano-mercantil do uso da terra litorânea, que em alguns casos já se faz presente na forma de processo especulativo sobre terrenos não ocupados.

Tendo em vista a voracidade do avanço da urbanização na faixa litorânea em análise (seja na sua forma material ou imaterial), tais espaços litorâneos, onde ainda persistem usos tradicionais da terra, estão sujeitos ao desaparecimento ou existirem apenas de maneira residuais (MORAES, 2007, p. 44).

Neste sentido, pode-se falar que nesta faixa do litoral brasileiro é dominante, quase que em sua totalidade, um padrão de ocupação do solo pautado em usos plenamente capitalistas, pautada na difusão da lógica urbano-mercantil nas áreas menos adensadas e na complexificação dessa lógica nos espaços urbanos já consolidados.

Restaria falar de um segundo padrão de ocupação existente na zona costeira brasileira. Este padrão, segundo Moraes (2007, p.45), compreende os litorais do extremo sul e o litoral Norte do país, sendo este último correspondente ao litoral que se estende do estado do Amapá até o litoral do Piauí. Nestas duas faixas litorâneas, o autor destaca as vastas áreas de baixa densidade demográfica, sobretudo na porção norte, onde as dificuldades de acessibilidade e circulação são fatores de forte peso para a explicação de tal condição.

Nesta considerável faixa de litoral brasileiro (correspondente a um terço do litoral do Brasil), a situação predominante da faixa de terras que constitui o primeiro padrão de ocupação do litoral se inverte, ou seja, a lógica urbano-mercantil predominante no primeiro padrão, no litoral norte, pode ser considerada episódica, com exceção dos entornos das cidades de Belém e São Luís, espaços que destoam da condição predominante da porção litorânea onde estão situadas, aproximando-se, assim, do padrão de ocupação baseado no uso e apropriação capitalista das terras litorâneas do primeiro padrão de ocupação.

Neste conjunto de terras do litoral norte do Brasil, ainda é considerável o percentual de pessoas envolvidas com o desenvolvimento de atividades produtivas tradicionais, denunciando neste espaço, o estabelecimento um padrão de uso do solo litorâneo pautado na prática extrativistas (pesca artesanal, coleta de mariscos e crustáceos, pequenas roças e

criações, extrativismo florestal e caça), voltadas, sobretudo para o autoconsumo. Estas modalidades de produção econômicas, as quais podem ser consideradas como pré-capitalistas, são praticadas principalmente por comunidades tradicionais semi-isoladas, cujo espaço-tempo de sua organização social ainda é muito influenciado por um tempo natural e sua relação com o solo litorâneo ainda está pautada no valor de uso.

Tal aspecto pode ser visualizado nas palavras de Moraes (2007) quando este sintetiza as principais marcas da apropriação do solo não porção norte da zona costeira brasileira:

De outro lado, cobrindo o restante do litoral norte do Brasil, observa-se uma também significativa extensão, emersas em gêneros de vida tradicionais, de índole pré-capitalista. Áreas de trânsito de populações nômades, terras desocupadas, sedes de comunidades extrativistas, fazendas arcaicas, cidades ‘mortas, são paisagens predominantes encontradas nessa porção, onde os centros dinâmicos de adensamento representam quase enclaves, face ao padrão predominante. Também aqui é possível encontrar áreas de segunda residência ou de aproveitamento turístico, mas estas aparecem como residuais frente à escala utilizada na elaboração dessa interpretação. (MORAES, 2007, p. 46).

Tendo em vista a existência de vastas extensões de terras, onde ainda predominam ocupações humanas consideradas incipientes, a faixa norte da zona costeira brasileira se apresenta como espaço de “fronteira” às pretensões de expansão da lógica de uso e apropriação capitalistas do solo litorâneo. Neste espaço, tal lógica está expressa na reduzida, difusão de usos como segunda residência e na apropriação de usos turísticos, este último, impulsionado em grande parte dos casos, pela ação planejadora do Estado. Mesmo de forma reduzida estes usos contribuem para a chegada de aspectos relacionados ao processo de urbanização o que promove a reorganização dos espaços sociais onde se fazem presentes.

Grosso modo, partindo do entendimento de que ao longo da extensa zona costeira brasileira é possível reconhecer dois grandes padrões de ocupação que nos permite visualizar o nível e/ou complexidade do uso capitalista do solo nesta porção do território brasileiro, podemos apreender a partir de tal entendimento, ainda que de forma não muito aprofundada, como a presença da urbanização e suas formas se apresentam ao longo do imenso litoral brasileiro.



Mapa 1: Representação genérica dos padrões de ocupação da zona costeira brasileira (Elaborado a partir da formulação de Moraes, 2007).

Face a essa leitura espacial ampliada sobre zona costeira brasileira, pode-se observar que a dinâmica do processo de urbanização neste espaço apresenta um caráter concentrado. Um primeiro aspecto da concentração da urbanização na zona costeira pode ser percebido a partir de uma análise mais generalizante, quando então se visualiza uma considerável faixa de terras litorâneas com elevados índices de ocupação humana, demarcando uma densidade demográfica elevada nos estados que a compõem, como é o caso dos espaços litorâneos dos estados de Pernambuco (913 h/km²) e Rio de Janeiro (806 h/km²). Nesta faixa litorânea brasileira (que como mencionado acima, corresponde às terras litorâneas que vão desde a porção central do Rio Grande do Sul até oeste imediato de Fortaleza) o peso do modo de vida urbano é evidente, assim como a velocidade com que incorpora novas áreas à lógica urbana. Tais aspectos permitem reconhecer neste fragmento do litoral do Brasil uma forte disseminação dos meios materiais e imateriais da urbanização, constituindo formas diversas e complexas de uso que estruturam a produção do espaço urbano.

O outro nível que anuncia este caráter concentrado da urbanização na zona costeira brasileira pode ser percebido de forma mais enfática no espaço onde predomina um padrão de ocupação em grande parte estruturado em relações pré-capitalistas (faixa litorânea que vai do Amapá até o Piauí), ou seja, onde a presença de gêneros de vidas tradicionais ainda marca a organização do espaço litorâneo. Ao longo desta vasta porção de terras, o modo de vida urbano se apresenta concentrado em poucos centros urbanos dinâmicos, onde o uso e apropriação do solo litorâneo estão pautados em relações eminentemente capitalistas, como foi o caso já mencionado das capitais Belém e São Luís.

Estas cidades, ao mesmo tempo em que assumem o papel de principais centros urbanos desta faixa do litoral brasileiro, também podem ser concebidas como centros difusores da lógica urbana sobre seus entornos mais imediatos, onde se fazem presentes pequenas cidades, sedes de municípios litorâneos, cuja organização sócio-espacial está longe de apresentar a complexidade de relações sociais que tanto marcam os centros urbanos mais impregnados pelas relações capitalistas de produção.

Vale ressaltar que a expansão da lógica urbana sobre tais espaços sociais não se difunde no mesmo ritmo nem na mesma proporção que se manifesta no padrão de ocupação anteriormente mencionado. No litoral norte, sua difusão ainda se dá de forma lenta e muito restrita a alguns espaços, onde o capital vislumbra usos rentáveis, como no caso de aproveitamento turístico ou segunda residência.

Desta feita, pode-se reconhecer na extensa zona costeira brasileira uma diversidade de usos do solo litorâneo, mas sobretudo, a forte presença da urbanização neste espaço. Este fato

se torna evidente, segundo Moraes (2007) quando se verifica que nesta imensa faixa de terras banhadas pelo oceano Atlântico, estão situadas cinco das nove regiões metropolitanas brasileiras (Recife, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e Belém), ou então, quando se constata que mais de 22% da população brasileira habita este espaço, ou ainda, quando nesta porção do território brasileiro encontram-se 25% da população urbana do país. O quadro abaixo tenta sintetizar as características da ocupação atual da zona costeira brasileira, procurando auxiliar no que foi exposto até o momento.

Zona costeira	Faixa litorânea correspondente	Tipo de ocupação predominante	Características
Litoral I	- Do estado do Amapá ao estado do Piauí.	- Ocupação pautada em formas de uso do solo ligadas a atividades extrativas e de autoconsumo.	Expressiva presença de comunidades tradicionais; baixa densidade demográfica na maior parte do litoral (com exceção para os entornos de São Luís e Belém); presença de pequenas cidades marcada por relações sociais e de produção tradicionais e, por uma temporalidade social ainda fortemente atrelada ao tempo natural (mar); grande presença de vilas e povoados semi-isolados.
Litoral II	- Do estado do Ceará a porção centro-norte do litoral do estado da Bahia.	- Ocupação pautada em formas de uso urbano-mercantil.	Considerável densidade demográfica; presença da atividade industrial e portuária; forte atuação do turismo na maior parte dos estados, com destaque para Pernambuco e Ceará, alvos de fluxos internacionais; presença residual de atividades extrativista e de gênero de vida tradicionais; concentra atualmente cinco grandes regiões metropolitanas (Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador), denunciando a expressividade do uso solo nos moldes urbanos.
Litoral III	- Do litoral sul do estado da Bahia a porção centro-norte do estado do Espírito Santo.	- Presença de formas de uso tradicionais, porém, com forte presença da lógica urbano-mercantil, em virtude da proximidade de grandes centros urbanos.	Representa um intervalo entre as duas porções da zona costeira brasileira de maiores índices de ocupação (Litoral II e IV) com baixa densidade demográfica; apresenta usos turísticos e algumas poucas atividades industriais; no entanto apresenta maiores índices de ocupação se comparado ao Litoral I.
Litoral IV	- Da cidade Vitória/ES ao Estado de São Paulo.	- Ocupação pautada em formas de uso urbano-mercantil.	Apresenta vasta área quase que continuamente ocupadas; alta densidade demográfica; alto índice de concentração de atividades industriais, Rio de Janeiro, São Paulo; presença dos complexos portuários mais importantes do país, Santos/SP e Vitória/ES; presença de três grandes regiões metropolitanas São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES; marcante presença do turismo; presença residual de atividades extrativista e de gênero de vida tradicionais.
Litoral V	- Do estado do Paraná ao Rio Grande do Sul.	- Presença de formas de uso tradicionais, porém, com forte presença da lógica urbano-mercantil, em virtude da proximidade de grandes centros urbanos.	Nesta porção da zona costeira é possível encontrar características dos dois padrões de ocupação predominante na zona costeira, de um lado nos litorais dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul se evidencia uma semelhança com as formas de uso e índices de densidade demográfica do Litoral I, enquanto que no litoral de Santa Catarina a semelhança já se aproxima do Litoral IV, com forte atividade industrial e portuária, turismo e alta densidade demográfica.

Quadro 1: Quadro síntese das formas de ocupação presentes ao longo da zona costeira brasileira (Elabora a partir das formulações de Moraes, 2007 e informações do IBGE).

Todos estes elementos atribuem ao espaço da zona costeira brasileira características que tendem, em ritmos distintos ao longo desta extensa faixa de terras, a estruturação de um padrão de ocupação pautado em moldes urbanos, seja ele, mais adensado em alguns pontos, ou pontual em outros.

Enfim, pode-se dizer que a zona costeira brasileira expressa bem a tendência de avanço da urbanização sobre o território brasileiro, o que para Moraes (2007, p. 51) pode ser apreendido a partir da análise da “atuação conjugada de dois processos: o crescimento urbano e a expansão da urbanização”, que para o autor correspondem ao processo de urbanização de novas áreas e a intensificação do modo de vida citadino. No espaço em análise, tais processos podem ser representados pela complexificação do uso do solo urbano e das relações sociais que os acompanham, como é caso dos espaços mais densamente ocupados no litoral com destaque para os espaços metropolitanos; mas também pela captura de novas terras litorâneas à lógica urbano-mercantil como, por exemplo, a moradia de segunda residência que se apresenta como o vetor de grande atuação nos espaços litorâneos de ocupação rarefeita, introduzindo nestes espaços hábitos e costumes predominantemente urbanos.

CAPÍTULO III

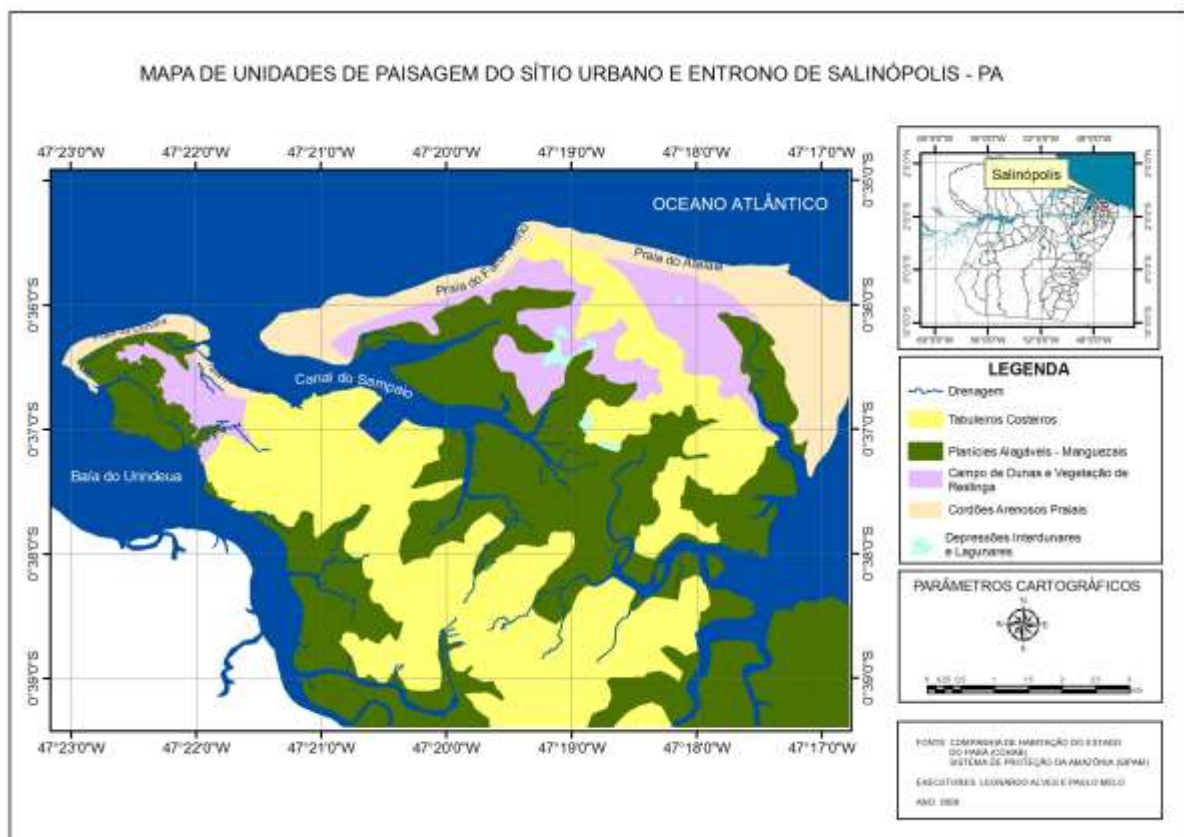
A produção e reorganização do espaço urbano de Salinópolis

A cidade de Salinópolis é sede político-administrativa do município de mesmo nome, o qual faz parte da zona costeira do Estado do Pará, porção Norte da zona costeira brasileira, correspondente ao fragmento da Região Amazônica em contato com o oceano Atlântico. De acordo com a regionalização do estado do Pará, o município de Salinópolis localiza-se na Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião do Salgado (IBGE, 1989), sob as seguintes coordenadas: 0°36' / 0°48' S e 47°15' / 47°24' W, limitando-se a leste com o município de São João de Pirabas; ao sul e a oeste com o município de Maracanã e ao norte, com o Oceano Atlântico.

Como na maioria dos espaços litorâneos, é marcante o elevado potencial ecológico e ambiental presente no município de Salinópolis, resultante da interação de fatores naturais (clima, geomorfologia, pedologia, hidrografia, vegetação e mar), que deram origem à belas praias (Maçarico, Corvina, Atalaia e Farol Velho), extensas áreas de campos de dunas e uma considerável área onde predominam ambientes de manguezais, que envolvem grande parte do sítio urbano deste município, a cidade de Salinópolis.

Por conta de tais atributos naturais, nota-se que a cidade de Salinópolis é um espaço envolvido por um conjunto de amenidades naturais que quando combinadas produzem nesta cidade uma paisagem costeira exuberante, atribuindo ao lugar um valor contido no espaço, o qual pode ser entendido como o “valor do espaço” (MORAES e COSTA, 1999).

A existência desta paisagem e do valor contido no espaço sugerem possibilidades de usos sociais diversos, sendo por exemplo, de grande apreciação por parte do setor turístico e pela prática de veraneio marítimo, mas também de grande relevância para a reprodução sócioespacial de populações tradicionais, cuja existência pode-se dizer, depende da manutenção/preservação desta paisagem.



Mapa 2 e 3: Localização do município e distribuição das unidades de paisagem no sítio urbano (Adaptado de Melo, 2008).

Mas a semelhança da cidade de Salinópolis em relação a outros espaços litorâneos não está restrita apenas ao potencial ecológico e paisagístico. Assim como na maior parte das cidades litorâneas brasileiras, nesta cidade da zona costeira do Pará também se faz presente uma gama de dilemas urbanos. Estes dilemas urbanos representam em escala nacional, os grandes desafios lançados às administrações públicas municipais no exercício da gestão dos espaços urbanos situados ao longo da zona costeira. Saneamento básico, abastecimento de água, destino do lixo e dos efluentes, degradação ambiental, favelização, entre tantos outros problemas socioambientais produzidos no espaço urbano, são como se apresentam alguns dos dilemas urbanos presentes nas cidades litorâneas, os quais se tornam mais amplos e complexos conforme o tamanho da cidade e seu ritmo de crescimento.

Em Salinópolis, tais problemas tendem a se intensificar. Isto é demonstrativo de um processo de transformação na forma de uso e apropriação do solo, antes predominantemente assentada na lógica do valor de uso, estruturando a apropriação do espaço litorâneo em sistemas tradicionais de usos, em que predominavam atividades como a pesca de subsistência, a coleta de crustáceos, moluscos e mariscos, extrativismo e pequenas roças.

Além disso, esta forma de apropriação do solo litorâneo em Salinópolis também foi responsável pela constituição de relações sócioespaciais baseadas em uma temporalidade específica, marcada por hábitos, crenças e manifestações culturais ligadas à natureza, que neste caso, está expressa na forte relação com o mar.

Atualmente, nesta cidade da zona costeira paraense, é cada vez mais evidente o avanço das formas de uso do solo ligadas a lógica urbano-mercantil, que se estrutura na difusão das relações pautadas no valor de troca.

A expansão deste processo tem motivado o avanço de novas formas de apropriação do espaço da cidade de Salinópolis, e que ao mesmo tempo reflete a atuação de vetores contemporâneos no processo de ocupação/urbanização da zona costeira brasileira, expressos na disseminação do fenômeno da segunda residência (veraneio marítimo) e no desenvolvimento da atividade turística (MORAES, 2007).

Por conta disso, Salinópolis atualmente concentra em seu espaço urbano uma diversidade de práticas sócioespaciais marcadas pela complexidade e conflitos inerentes ao processo de reprodução espacial das cidades capitalistas. Estas práticas sócioespaciais complexas e conflitantes vão refletir no espaço urbano de Salinópolis as diferentes formas de uso e apropriação do solo desenvolvido pelos diferentes agentes produtores do espaço urbano (CORREA, 2004).

Neste sentido, cabe um exame mais detalhado acerca do processo produção e reorganização do espaço urbano desta cidade que integra a zona costeira paraense, que de acordo com a idéia desenvolvida no capítulo anterior, estão diretamente relacionados aos processos de colonização do Brasil iniciado no século XVI e a atuação de vetores contemporâneos de grande relevância na análise do processo de ocupação/urbanização da zona costeira brasileira.

É por meio da análise das formas espaciais, que na verdade são formas-conteúdos sociais produzidas em contexto histórico anterior, que nos é dada a possibilidade de remontar a organização sócioespacial de um determinado espaço. Isso porque, através destas formas-conteúdos, pode-se projetar o passado, e assim remontar o conjunto de relações sociais por elas constituídas em determinado espaço. Neste sentido, é a partir da análise das formas-conteúdos projetadas em Salinópolis que se busca remontar o processo histórico de formação do espaço geográfico da cidade de Salinópolis.

3.1- A gênese da cidade e os primeiros traços de sua organização urbana: de Viriandeua/Virianduba à Salinas

A produção e organização do espaço geográfico é o resultado da relação que uma determinada sociedade estabelece com a natureza ao longo de sua história. Por meio desta relação, que dependendo do grau tecnológico desenvolvido pode apresentar um caráter harmônico ou de dominação, as sociedades criam as condições indispensáveis a sua reprodução. Desta feita, por meio trabalho, os grupos sociais criam os instrumentos técnicos que lhes permitem compreender e transformar a natureza, produzindo assim, sua história e ao mesmo tempo, seu espaço social.

Valendo-se deste pressuposto, pode-se afirmar que o processo de produção e organização do território brasileiro reflete bem o pensamento acima. Basta pensar que na produção do espaço brasileiro duas sociedades (sociedade indígena e sociedade européia) com níveis tecnológicos e culturais distintos e intencionalidades também distintas, deixaram marcadas no território brasileiro suas formas de organização sócioespacial.

Como na maior parte do território brasileiro, em Salinópolis a organização de espaço indígena antecedeu a lógica da organização espacial capitalista difundida pelos europeus durante a fase mercantil do modo de produção capitalista.

Quando os europeus chegaram ao espaço que hoje corresponde à cidade de Salinópolis, depararam-se com uma organização sócioespacial já existente. Este espaço já era

habitado por índios Tupinambás, que a partir de uma forma peculiar de se relacionar com a natureza construíram e organizaram o espaço em que viviam.

Estabelecendo uma relação de harmonia com seu espaço em que quase não é possível distinguir sociedade indígena e natureza, os Tupinambás desenvolveram formas de usos cuja intencionalidade destinava-se à subsistência do grupo. Isso lhes permitiu um acúmulo de conhecimentos acerca do ambiente costeiro Amazônico, de onde sem promover grandes transformações na natureza, produziam e retiravam os víveres indispensáveis a sua reprodução social, viabilizada, principalmente, através da caça, extrativismo, pequenas roças, pesca e salga do peixe.

Desta feita, percebe-se uma forte indissociabilidade entre natureza e cultura indígena, e é em virtude desta relação que os índios Tupinambás atribuíram a primeira denominação ao espaço que hoje é a cidade de Salinópolis, Viriandeuá ou Virianduba, que segundo o dialeto deste grupo social, estava relacionada a diversidade e uma numerosa quantidade de espécies de pássaros presentes nesta porção do litoral Amazônico.

Esta lógica de organização espacial que entendia a natureza como fonte de vida a partir do século XVI começa a ser substituída por uma forma de apropriação da natureza, cujo principal fim é a comercialização de seus produtos. E a zona costeira brasileira foi o primeiro espaço a ser reorganizado a partir desta lógica.

Como demonstrado no capítulo anterior, o início da colonização do território brasileiro, iniciado pela exploração da zona costeira foi fruto da expansão do capitalismo comercial e, que ao mesmo tempo representou a expansão da urbanização ao mundo colonial (SPOSITO, 2004), expressa na forma dos primeiros objetos espaciais edificadas para cumprir funções urbanas neste espaço, eram eles fortes, feitorias, vilas e povoados. Estes objetos espaciais erguidos no litoral brasileiro encontravam-se concentrados no litoral Nordeste, por onde teve início a exploração do território brasileiro. Ali, foi montada uma lucrativa empresa agrária assentada no cultivo e comércio do açúcar, apontando dessa forma, para a inserção do litoral brasileiro ao sistema capitalista de produção.

Todavia, o processo de integração do território brasileiro à economia mercantil mundial não se deu forma homogênea, estruturando-se de forma pontual no espaço colonial. Este fato contribuiu para a situação de completo abandono de alguns fragmentos do território brasileiro durante um extenso período de tempo.

Em grande medida tal situação deveu-se aos problemas enfrentados pela coroa portuguesa na empreitada colonial, dentre os quais destacam-se o extenso território correspondente à posse colonial, o reduzido número de material humano para viabilizar a

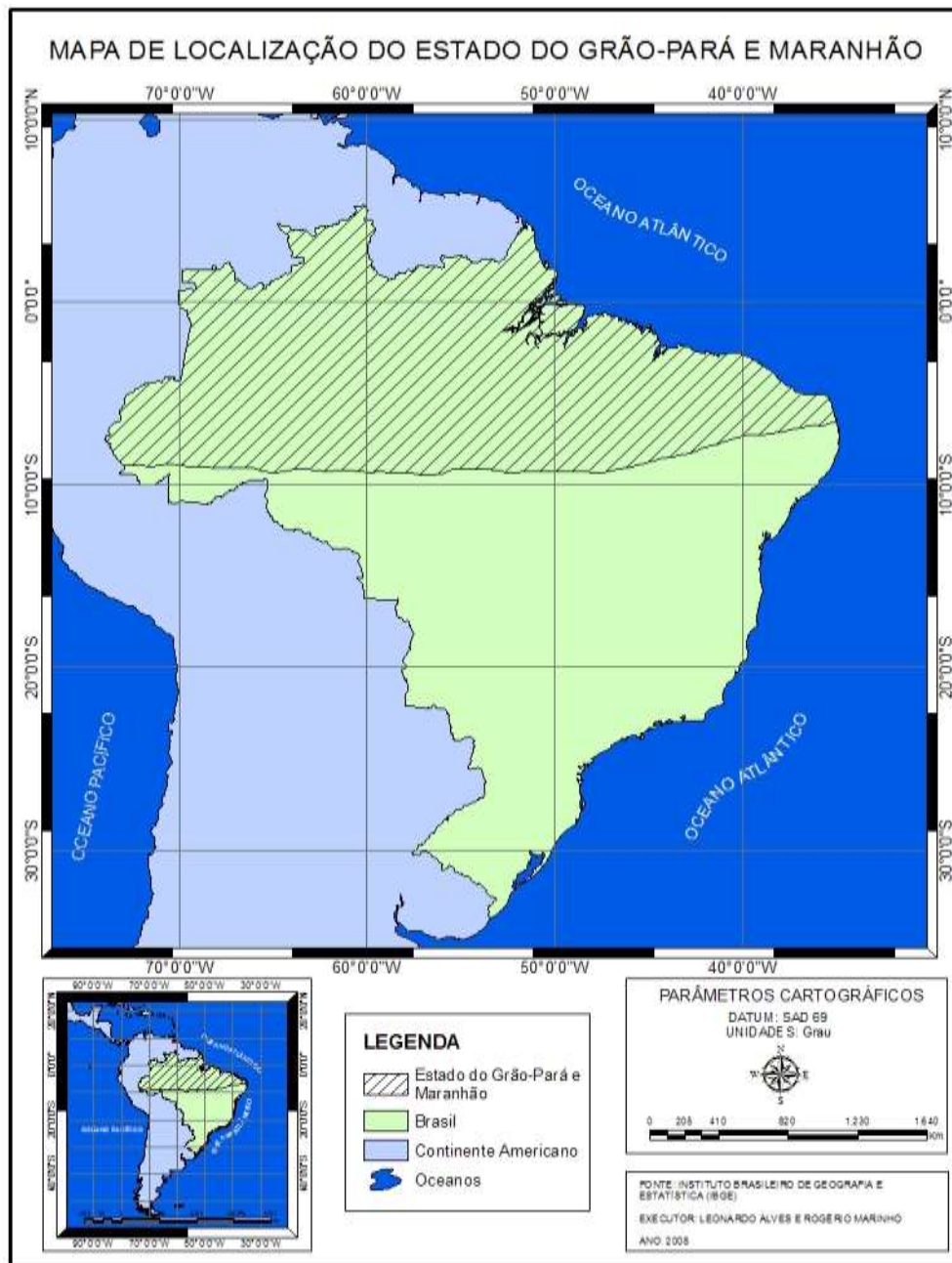
ocupação das terras e os elevados custos da instalação das estruturas de exploração da colônia, os quais nem sempre podiam ser arcados pelo Estado Português.

Este estado de abandono foi marcante no caso das capitânicas do Norte da colônia (DIAS, 1970), que apenas a partir do século XVII vão conhecer de forma mais regular a presença dos colonizadores portugueses.

Uma maior presença dos portugueses em terras Amazônicas se justifica em virtude das tentativas de outras nações expansionistas sobre este território, pondo em risco o patrimônio colonial da América do meridional. Como resposta a tais investidas, o Estado português (no período atrelado a Espanha) opta pela fundação de fortes posicionados em locais escolhidos estrategicamente para controlar a entrada e saída deste território, os quais mais adiante dariam origem a núcleos de povoamento, como é caso de Belém, fundada em 1616.

Outra medida que reflete o interesse voltado à manutenção das terras Amazônicas está expresso na criação no ano de 1621, do Estado do Maranhão com sede política em São Luís, composto pelas capitânicas do Pará e Maranhão. Esta medida política visou descentralizar o poder político na colônia centrado no governo geral do Brasil e assim, dessa forma, tornar mais eficaz a empreitada da colonização e minimizar as investidas estrangeiras sobre a rica área geoeconômica do norte do Brasil. A área correspondente ao Estado do Maranhão (ou Estado do Maranhão e Pará) pode ser apreendida nas palavras de Dias (1970, p. 153) e no mapa deste estado criado durante o período colonial:

Êsse enorme território abrangia, sumariamente, a área hoje ocupada pelos Estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Piauí, parte do Ceará, a porção setentrional do Mato Grosso e Goiás, e os territórios do Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá. Foi êsse quinhão da América portuguesa que a Coroa Espanhola julgou conveniente desligar da jurisdição geral do Brasil.



Mapa 4: Divisão do território brasileiro em estados durante o período colonial (Adaptado de Dias, 1970).

Estas medidas de caráter político adotadas pelo agente colonizador vão repercutir diretamente sobre a organização sócioespacial da porção Norte da zona costeira do Brasil durante período em questão. A partir deste momento, este espaço passa a ter presente em sua paisagem objetos espaciais que denunciam a intencionalidade das ações e os elementos humanos encarregados de desenvolvê-las, que são fortes militares, portos e igrejas, apontando para atuação do militar, do mercador e do missionário no processo colonização do espaço Amazônico.

Como foi dito acima, tais medidas tomadas pelo colonizador, as quais culminaram na criação do Estado do Maranhão e Pará tiveram como principais motivações defender a porção norte do território dos intrusos estrangeiros e, ao mesmo tempo explorar economicamente esta vasta área geoeconômica. Todavia, a conquista e exploração desta vasta porção de terra posicionada ao Norte da Colônia não era tarefa fácil, mas sim arriscada e, sobretudo, dispendiosa.

Por conta disto, a zona costeira assume grande importância estratégica no cumprimento dos objetivos delineados com a criação do Estado do Maranhão e Pará, haja vista, que este espaço permitia um maior controle dos fluxos humanos sobre as terras deste estado, o que possibilitado através da instalação de objetos de controle, os fortes militares são grandes exemplos disso. Além deste objetivo de caráter militar, um outro deveria ser alcançado, o qual através dos assentamentos criados ao longo desta porção da zona costeira brasileira deveriam cumprir a função de centro difusor para o desbravamento das terras mais interioranas do Estado recém criado.

Neste sentido, na zona costeira correspondente ao Estado do Maranhão são produzidas formas espaciais destinadas a cumprir os objetivos traçados pela empreitada colonizadora. Dentre elas, destacam-se ao longo desta faixa de terras do litoral brasileiro as cidades de Belém e São Luís, que por tempo alternaram o papel de capital do Estado do Maranhão, este por sua vez, teve em algumas ocasiões sua denominação modificada, como por exemplo, para Estado do Grão Pará e Maranhão, quando então a capital do Estado foi transferida para Belém.

Além destas duas cidades, também foram produzidos ao longo da faixa litorânea em questão, sobretudo no perímetro entre Belém e São Luís, objetos espaciais cujas funções deviam estar diretamente associadas aos imperativos metropolitanos, ou seja, defender e explorar economicamente as vastas e ricas terras do Norte da colônia.

Neste sentido, era possível encontrar pequenos povoados localizados ao longo da zona costeira do Pará e Maranhão, cuja existência, justificou-se, pela necessidade de suporte ao desenvolvimento do processo exploratório das terras setentrionais do Brasil, o que de certa forma, significou a criação dos primeiros elementos considerados relevantes para se montar a estrutura colonizadora, e assim inserir esta porção do território colonial à lógica do modo de produção capitalista.

Desta feita, entende-se que do ponto de vista do conteúdo social, ou seja, da função social, as formas espaciais produzidas no período em questão (século XVII), fossem elas cidades mais adensadas (Belém e São Luís), fortes ou pequenos povoados criados por colonos

ou religiosos, representaram a chegada de uma forma específica de organização sócioespacial, e aqui entendida como expressão da extensão da lógica urbana ao mundo colonial e, por conseguinte, da manifestação do urbano na zona costeira do Norte do Brasil.

Com base no pensamento acima, parte-se do pressuposto que a organização do povoado que deu origem à cidade de Salinópolis é produto da estruturação das bases de um sistema de exploração mercantil, cuja função primordial foi dar suporte ao desenvolvimento do projeto de colonização/exploração do espaço Amazônico.

Dessa forma, a produção do espaço geográfico de Salinópolis remonta o momento da colonização do território brasileiro, apresentando em seu espaço os objetos espaciais que denunciam a atuação dos principais elementos humanos utilizados na penetração do território (o militar, o missionário e o mercador).

O primeiro elemento humano atrelado ao projeto colonial a se fazer presente no espaço que mais tarde viria a ser Salinópolis foram os padres jesuítas, por volta de 1645, que aos poucos foram reorganizando o espaço antes habitado por índios Tupinambás. Como foi feito em grande parte do território brasileiro, os religiosos se apropriaram dos saberes indígenas para melhor explorar os recursos naturais locais. Dentre as diversas atividades produtivas desenvolvidas pelos indígenas, a extração de sal e a salga de peixe foram as que mais chamaram a atenção dos padres jesuítas, pois viam em tais atividades a possibilidade de lucros. Acrescenta-se também a apropriação do conhecimento indígena sobre navegabilidade das águas locais, de grande valia para garantir uma navegação segura. Em pouco tempo, o lugar antes denominado de Viriandeua ou Virianduba, seria substituído por Salinas, nome designado pelos jesuítas em virtude da produção de sal. Além da produção de sal, os religiosos também praticavam a troca e a compra de produtos por aqueles que não produziam.

No entanto, foi somente em 1656 sob os desígnios da política colonial portuguesa que então é fundado o povoado que daria origem a cidade Salinópolis. A fundação deste povoado, no âmbito do projeto de colonização das terras do Estado do Maranhão e Pará, teve como finalidade proporcionar a garantia de uma navegação mais segura às embarcações que navegavam pelo litoral entre as das duas principais cidades do estado Norte da colônia, Belém e São Luís. Em face disto, foi ordenado ao Capitão-Mor do Pará, Feliciano Corrêa a tarefa de ali estabelecer uma atalaia (um ponto alto onde se pudesse vigiar), para assim indicar os locais seguros por onde deveriam seguir os navegantes, evitando os encalhes e naufrágios.

Neste sentido, foi criado o primeiro objeto espacial condizente com a função a ser desenvolvida por este povoado no contexto da colonização das terras do norte da colônia portuguesa, o canhão de sinalização, cujos disparos deveriam alertar e prevenir as

embarcações dos perigos ao se navegar naquelas águas. Além do canhão, naquele momento também foram utilizadas fogueiras como instrumentos de sinalização náutica, principalmente durante a noite.

A construção dos instrumentos necessários ao desenvolvimento da sinalização náutica se fez acompanhar do deslocamento de uma equipe de marinheiros e práticos (pilotos) com suas famílias para este local, situado às proximidades do mar (atual Salinópolis), cuja função primordial era auxiliar a navegação naquele litoral. Estes profissionais formaram um pequeno povoado às proximidades do furo do Atalaia (Ilha do Atalaia), logo em seguida denominado de Destacado (atualmente um bairro da cidade de Salinópolis), em virtude exatamente, do fato destes profissionais da navegação que ali habitavam serem constantemente convocados ou destacados para missões de guiar as embarcações até o porto de Belém ou para São Luís, estabelecendo assim, a praticagem como uma das principais atividades desenvolvidas pelos habitantes do local (PALHETA, 2003, p. 39).

Na escolha do sítio para a instalação do canhão de sinalização náutica e, onde mais tarde teria origem um pequeno povoado de profissionais ligados à praticagem, foram levados em consideração aspectos físicos, como a topografia. Por esse motivo, optou-se por terrenos elevados em relação ao nível do mar, ou seja, terrenos de planalto, cuja topografia facilitasse a observação dos navegadores para os sinais emitidos do continente (as fogueiras e os tiros de canhão).



Figura 2 e 3: Primeiro objeto espacial utilizado na sinalização náutica, no sentido de auxiliar as embarcações que se deslocavam no litoral entre Belém e São Luís.

Dessa forma, pode-se afirmar que a extração de sal iniciada pelos índios Tupinambás e mais tarde coordenada pelos jesuítas, a sinalização náutica, principal função a ser cumprida pelo local e a praticagem, ofício desempenhado pelos habitantes naquele período, atividades estas ligadas ao projeto metropolitano de colonização das terras do Pará, constituíram os elementos fundamentais para se entender o início do processo de produção e organização do espaço geográfico de Salinópolis.

O desenvolvimento das atividades acima mencionadas estrutura ao longo do tempo no espaço, que hoje é Salinópolis, uma organização sócioespacial fortemente atrelada a presença do mar, exemplo disso, é o desenvolvimento da atividade pesqueira, que por muito tempo representou a principal atividade produtiva e de sobrevivência da maior parte da população do lugar.

Pode-se afirmar, dessa forma, que até o final do século XIX e início do XX, a sinalização náutica e a praticagem destacaram-se como os principais atributos da organização do espaço de Salinópolis. A praticagem atividade que a partir de 1787 passa a ser oficializada e remunerada pela coroa, destaca-se como importante serviço que por muito tempo se constituiu, através da condução de embarcações, na única forma de comunicação entre Salinópolis e Belém até 1890, serviço que mais tarde teria sua sede transferida para o município de Marapanim (BRITO, 2004. p. 12).

Quanto à sinalização náutica, esta passa a ser repensada a fim de tornar a navegação naquelas águas menos arriscada. Isso culminou na construção e utilização de equipamentos de sinalização náutica mais eficaz para assim viabilizar uma navegação mais segura naquelas águas. Desta feita, foi iniciada a construção do primeiro farol de Salinópolis, que data de 1852, que viria a substituir o antigo sistema de sinalização utilizado desde o século XVII, baseado nos tiros de um pequeno canhão e na luminosidade emitida por fogueiras.

O primeiro farol de Salinópolis foi erguido na ilha do Atalaia, “sobre uma base de pedra, tijolo e cal, de 20 metros de altura por 8 de largura”, de tecnologia francesa, custou cerca de 25 000 francos e “seu alcance luminoso chegava a 20 milhas, considerando que a altura da lanterna situava-se a 27 metros acima do nível do mar”. Este farol resistiu por 70 anos, quando então foi suplantado pela fúria do mar (PALHETA, 2003. P. 40).

De acordo com Palheta (2003), após a destruição deste primeiro farol, foram construídos mais dois. Um erguido no mesmo local em 1916, também de tecnologia francesa, com custos de 40 contos de réis, estando a 60 metros acima do nível do mar, alcançando 25 milhas, lampejando uma luz branca com intervalos de 7 em 7 minutos. Assim como o farol construído no século XIX, este também foi destruído pela abrasão marinha, tendo sido

resgatadas algumas de suas estruturas metálicas, além da lanterna e da máquina de rotação, materiais estes que seriam reaproveitados na instalação do próximo farol.

O atual farol de Salinópolis corresponde ao terceiro construído ao longo da história da cidade. Data de 1937 e foi erguido no ponto mais elevado da cidade, quebrando assim a exclusividade da ilha do Atalaia na instalação do sinalizador náutico.



Figura. 4 e 5: Ruínas do antigo farol da ilha do Atalaia e o atual farol, situado no centro da cidade, equipamentos que substituíram no decorrer do tempo o antigo e pequeno canhão de sinalização náutica.

A praticagem e a sinalização náutica podem ser consideradas como os elementos fundantes da organização sócioespacial da cidade de Salinópolis, as quais datam do século XVII. Neste sentido, estrutura-se na cidade a partir destas funções sociais um espaço urbano cuja dinâmica social é caracterizada por um ritmo de vida específico, ou seja, um tempo social peculiar, marcado por relações de proximidade entre os homens e sobre a forte influência dos elementos da natureza (da dinâmica natural) na organização das relações sócioespaciais. Exemplo disso, pode ser evidenciado a partir da constatação da organização socioeconômica fortemente atrelada a atividade pesqueira e de coleta de mariscos e crustáceos, o que denota a forte influência e importância do mar sobre o cotidiano dos moradores.

Deste modo, as relações sociais em Salinópolis se materializam e se reproduzem no espaço, que além de ser produto social, deve ser visto como condição de sua realização. Tais relações sociais são marcadas por formas de uso e apropriação do espaço, que vão delinear relações peculiares entre o homem com seu espaço e o seu próximo. Em Salinópolis, as formas de uso e apropriação do espaço, bem como as relações entre os homens constituíram

num primeiro momento, o que se entende por sistemas de relações tradicionais de produção, as quais estão estruturadas nas relações de valor de uso do espaço, em que são utilizados e produzidos objetos espaciais voltados a dar suporte à subsistência dos grupos sociais.

Neste sentido, são produzidas no espaço urbano de Salinópolis um conjunto de formas espaciais apropriadas para o desenrolar das relações sociais projetadas no lugar. Dentre esses objetos podemos apontar os pequenos portos, onde eram e em alguns casos ainda são atracadas as pequenas embarcações de pesca. A partir da produção destes objetos espaciais estabelece-se um modo de vida cuja relação com o mar é muito forte, influenciando tanto as instâncias socioeconômicas quanto as socioculturais da população local.

A organização deste modo de vida produz no espaço urbano de Salinópolis uma paisagem caracterizada pelo pouco adensamento de objetos espaciais (residências, igrejas, farol), quase que suprimidos pela marcante presença de objetos naturais (praias e manguezais). Soma-se a essa dimensão espacial, uma dimensão temporal, caracterizada por um tempo social “lento”, cuja reprodução social se dá com base nas necessidades de realização da vida material e simbólico-cultural, fortemente atrelados ao ciclo da natureza. Desta feita, produz-se e organiza-se um espaço social baseado em relações e interações sociais mais próximas, ou seja, constitui-se um espaço social de relação mais orgânicas (SANTOS, 2002).

No entanto, a cada período histórico a estrutura social tende a se modificar. Isto está diretamente relacionado ao desenvolvimento do processo de reprodução da sociedade, que concomitantemente produz novas formas de relações sociais, e, por conseguinte, novas formas de uso e apropriação do espaço (SANTOS, 2007).

Com efeito, tal afirmação abrange um processo conflituoso e contraditório que se estabelece entre a reprodução da vida local e as necessidades de reprodução da sociedade como um todo, “realizando-se hoje no plano do mundial como virtualidade do capitalismo, que em sua extensão, está ampliando as condições de sua realização constante” (CARLOS, 2007. p. 41).

Para Carlos (2007. p. 41), tal processo refere-se especificamente,

[...] à contradição entre a reprodução do espaço (que tende a se concretizar sob interesses e necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado) e a reprodução da vida (que diz respeito ao conjunto das necessidades da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano). Nesse processo, gesta-se hoje novas relações sociais que produzem ou são produtos de um novo cotidiano.

No trilho do encadeamento teórico que segue este trabalho, entende-se que o processo acima descrito refere-se a formação da sociedade urbana que no atual contexto histórico vivido por nossa sociedade, tende a generalizar-se, produzindo novas formas espaciais, bem como, contribuindo para a formação de um novo modo de vida, novos valores e comportamentos atrelados à lógica generalizada da mercadoria, os quais tendem a suprimir a organização sócioespacial antiga.

No que se refere à realidade aqui privilegiada, isto é, a cidade de Salinópolis, pode-se dizer que esta sofreu nestes diferentes contextos, inclusive no atual, inúmeras alterações em sua realidade sócioespacial, principalmente em função do acentuado processo de urbanização, o qual avança sobre o espaço da cidade como resultado da expansão do *tecido urbano* (LEFEBVRE, 1999).

A expansão do tecido urbano, que segundo Lefebvre (1999), pode ser representado pela presença de uma segunda residência, a abertura de uma rodovia, ou mesmo a presença de um supermercado, sinaliza para a chegada de uma nova dinâmica social, produzindo novas relações sociais, que como o autor enfaticamente afirmou ao longo de suas formulações, materializam-se no espaço.

Na cidade de Salinópolis, de acordo com Brito (2004), é a partir da década de 1930 que o espaço desta cidade começa a vivenciar transformações em sua organização. A construção da rodovia que liga Salinópolis a Capanema (atual PA 124) pode ser concebido como um dos primeiros representantes de uma nova intencionalidade direcionada ao espaço urbano de Salinópolis. Com a abertura desta via de circulação, o Estado objetivou viabilizar o acesso a cidade de Salinópolis, bem como a comunicação com a capital Belém, haja vista, que a partir de Capanema já poderia se estabelecer contato com a capital do Estado, por meio da estrada de ferro de Bragança. O que antes só era possível por via marítima.

Para Brito (2004), a abertura de acessos por terra com destino à Salinópolis tinha por finalidade transformar o município em um importante balneário, tendo em vista o elevado potencial ecológico e paisagístico presente neste município da zona costeira do Pará, possibilitando o uso do espaço para fins contemplativos e de lazer. Outro ponto destacado por esta autora que ressalta tal afirmativa, diz respeito ao surgimento do primeiro hotel da cidade, inaugurado em 1936, um ano antes do término da rodovia Capanema-Salinópolis, em 1937.

Em virtude de tal intencionalidade do Estado, a cidade de Salinópolis passa a sofrer um conjunto de transformações em seu espaço, as quais contribuiriam diretamente para a reorganização sócioespacial da cidade, impondo mudanças na produção de formas e

conteúdos espaciais da cidade e reorganizando a sociabilidade da população local, o que também corresponde a mudanças nas formas de uso e apropriação do espaço nesta cidade.

No bojo das transformações sócioespaciais na cidade de Salinópolis, as de cunho infraestruturais são as que de imediato se destacam. Tais infraestruturas físicas em grande parte de autoria do Estado (esfera estadual de poder) estavam voltadas a dar suporte aos visitantes da cidade, concentrando-se, dessa forma, em áreas como hospedagem e transporte. Apesar desses esforços, o acesso a cidade de Salinópolis na época ainda era muito difícil, o que de certa forma garantia a manutenção da estrutura espacial herdada do período colonial.

Para se ter uma idéia, o percurso de 224 km que vai de Belém à Salinópolis que é feito atualmente em cerca de 3h de viagem, no período (década de 1930), o mesmo percurso era feito em mais ou menos 15 h. Isso se devia às condições da rodovia estadual (atual Fernando Guilhon ou PA- 324, correspondente ao trecho que vai do município de Santa Maria do Pará até a localidade de Santa Luzia, que pertence atualmente ao município de São João de Pirabas), que na época foi aberta, porém só foi pavimentada no ano de 1974.

Neste primeiro momento, pode-se dizer que a presença de rodovias em más condições de circulação, pode ter contribuído para a organização em Salinópolis de um espaço urbano pouco dinâmico, em que predominava o modo de vida local, caracterizado pelo desenvolvimento de atividades tradicionais, umas vez que as péssimas condições de tráfego inviabilizavam os fluxos em sua direção, fossem eles de pessoas, mercadorias ou idéias.

3.2- A estância hidromineral

De acordo com Monteiro (1993), é a partir da década de 1960, quando a cidade de Salinópolis por meio do Decreto Lei nº 3.798 é elevada a categoria de Estância Hidromineral, ou seja, passa a ser considerada “Área de Segurança Nacional”, permanecendo assim até o ano 1986, que a cidade começa a sofrer transformações na organização de seu espaço urbano.

Para este autor, é a partir deste período que o espaço urbano de Salinópolis passa a apresentar certo desenvolvimento em sua estrutura física, sendo ampliados e melhorados serviços como saneamento básico, pavimentação e alargamento de ruas (inclui-se a pavimentação das rodovias estaduais), abastecimento de água, rede elétrica, comunicação e regularização e ampliação das linhas de ônibus intermunicipais com destino a cidade.

Brito (2004, p. 30) também entende que o início das transformações sócioespaciais em Salinópolis são processadas a partir de 1960. Entretanto, esta autora aponta seis fatores como responsáveis pelo início da expansão urbana da cidade, são eles:

[...] o aumento do número de veranistas, a doação de terras públicas pelo governador Alacid Nunes, a construção da segunda residência oficial do governador do Estado do Pará, o desenvolvimento da infraestrutura pelo Estado, o aumento das segundas residências e o projeto AGRISAL.

Analisando as afirmações acima, observa-se que o Estado, também concebido como um agente produtor e organizador do espaço, pode ser apontado a partir da década de 1960, como o primeiro agente indutor do processo de transformações urbanas em Salinópolis. Por meio de sua atuação são produzidos no espaço urbano desta cidade, um conjunto de objetos espaciais, cuja intencionalidade é promover novos usos e novas formas de apropriação do solo urbano.

Destaca-se no bojo das ações do Estado (sobretudo na esfera estadual) direcionadas à cidade de Salinópolis, a dotação de infraestrutura viária, tanto para possibilitar o acesso de visitante de outros municípios e da capital paraense, quanto para permitir conhecer os atrativos naturais da cidade, como foi o caso das estradas que permitiam o acesso às praias do Maçarico (localizada na cidade) e a praia do Atalaia (que dista cerca de 9 km), através da PA-444.

A implementação de infraestrutura física na cidade, associada a doação de terras por parte do Estado teve como finalidade viabilizar o uso turístico do local, criando dessa forma, uma outra alternativa produtiva (predominantemente baseada na pesca artesanal), e ao mesmo tempo, promover a ocupação do lugar, motivando, desta feita, a construção das segundas residências, propriedades de uma minoria mais abastada, que em sua grande parte residiam em Belém, atraídos pela possibilidade de desfrutar das amenidades naturais oferecidas pelo espaço litorâneo em questão.

Outra ação merecedora de nota é um importante projeto econômico apoiado pelo Estado (SUDAM e governo estadual) na cidade de Salinópolis, o projeto AGRISAL (Agroindustrial de Salinópolis S/A). Também visto como possibilidade de diversificação econômica e produtiva na cidade, o projeto AGRISAL recebeu apoio do Estado para desenvolver a produção agrícola ligada principalmente à produção de caju.

Mas em seu conjunto, o projeto foi concebido com a [...] “intenção de produzir 32 produtos, entre eles, a castanha, resina, óleo, amêndoa, película para capeamento de fios elétricos, do fruto doces e sucos” (CARDOSO, 2001. P. 65), a ser desenvolvido em uma área de 10.000 hectares (ou 11.800 hectares), a qual iniciava ainda no sítio urbano da cidade de Salinópolis. Além de apoio financeiro e fiscal, o projeto contou com suporte infraestrutural produzido pelo Estado, com destaque para o fornecimento de energia elétrica, telefone e

rodovias em boas condições de tráfego para o escoamento da produção e até uma pista de pouso para pequenas aeronaves. Em termos de força de trabalho, o projeto contou com existência de mão-de-obra barata em sua grande parte constituída por pescadores e pequenos agricultores que desenvolviam uma produção de subsistência (BRITO, 2004).

A área do projeto AGRISAL, cerca de 10.000 a 11.800 hectares, iniciava-se no sítio urbano de Salinópolis e se estendia ao longo da PA -124 até as proximidades da estrada que dá acesso a ilha do Atalaia. Esta extensa propriedade formada por terrenos de terra firme, mas também, por uma considerável área de planície de maré (manguezais), até a década de 1980 foi responsável pela inibição do crescimento da malha urbana da cidade, que se expandia de forma lenta para a porção noroeste (em direção à praia do Maçarico e adjacências), adensando as terras ainda desocupadas, fossem elas terreno secos ou alagáveis, como as áreas de planície de maré.

É somente a partir da década de 1980 e, sobretudo após a desativação do projeto AGRISAL que a cidade passa apresentar um ritmo acelerado no crescimento de sua malha urbana, considerado elevado para os padrões dos espaços litorâneos situados na microrregião do Salgado.

Analisando estes pontos, percebe-se que atuação do Estado que visou dinamizar a estrutura sócioeconômica do local, fosse por meio da atividade turística ou balnear (através da dotação de infraestrutura física), ou através do projeto AGRISAL, foi responsável pela indução de novas formas de uso e apropriação do solo urbano em Salinópolis, projetando novos objetos espaciais e novos conteúdos sociais no espaço urbano desta cidade. Dessa forma, o Estado pode ser considerado como difusor de uma lógica social no espaço urbano de Salinópolis, que reflete o modo de vida urbano marcante nas cidades capitalistas, em que a tendência é a sobreposição da lógica do valor de troca sobre o valor de uso, da difusão das relações mediadas pela lógica da mercadoria.

3.3- A sede municipal: as transformações urbanas em Salinópolis

Ao final da década de 1970 e início da de 1980, o espaço urbano de Salinópolis já apresenta mudanças significativas no âmbito de sua organização sócioespacial. Um primeiro elemento indicativo destas mudanças está relacionado ao aumento da população urbana, que a partir do período em questão, supera a população rural, sendo que esta, até a década de 1960, representava o dobro da população que vivia na cidade.

Apesar deste dado não dar conta de explicar a totalidade do urbano, ele aponta para mudanças na organização da população de Salinópolis que a partir de então privilegia a cidade como principal espaço de reprodução social (moradia, trabalho, etc.).

As ações implementadas pelo Estado em Salinópolis (produção de infraestrutura e o projeto AGRISAL) podem ser apontados como o elemento de atração da população rural tanto do município de Salinópolis, quanto de outros municípios próximos, atraída pela possibilidade de emprego na cidade.

Desde então, a população urbana cresceu em ritmo acelerado, só que agora motivada pela possibilidade de ocupação em postos de trabalho nos setores de construção civil, turismo e veraneio (caseiro). A tabela abaixo, com dados censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), expressa em termos numéricos a dinâmica de crescimento populacional do espaço em análise.

Décadas	População Urbana	População Rural	População Total
1950	2.375	11.734	14.109
1960	5.781	12.451	18.232
1970	6.638	3.013	9.651
1980	10.395	4.020	14.415
1990	16.318	2.775	22.670
2000	30.292	3.025	33.317
2005	-	-	40.202

Tabela. 1: Dados populacionais de Salinópolis e estimativas do ano de 2005 apenas para o município (Fonte: IBGE). Obs: A redução da população na década se 1970, está atrelada a formação do município de São João de Pirabas.

Entretanto, o crescimento da população urbana não foi acompanhado do crescimento proporcional da oferta de empregos, muito menos da criação de condições de moradias adequadas para a população chegada.

Tal fato contribuiu para o agravamento de duas questões sociais marcantes no espaço urbano de Salinópolis. O primeiro diz respeito ao aumento das atividades econômicas informais, que aumentam de forma exponencial nos períodos de maior visitação da cidade. A outra questão está atrelada ao surgimento e expansão das áreas de ocupações espontâneas situadas, tanto em terrenos de terra firme, quanto em áreas inundáveis (manguezais principalmente), cuja condição de habitação não são as mais adequadas, e a carência de

serviços públicos são marcantes. Esta última questão contribui diretamente para expansão urbana da cidade, materializada no surgimento de bairros periféricos e segregados. Conjuntamente, tais questões aumentam os dilemas urbanos na cidade de Salinópolis, deixando seu espaço urbano ainda mais complexo.

A expansão física da cidade, ou a urbanização do território como diria Santos (2005), é outro aspecto que reflete o quadro de transformações ocorridas no espaço urbano de Salinópolis. A dotação de boa infraestrutura física tanto de acesso à cidade quanto de circulação em seu espaço interno, associado ao elevado potencial ecológico e paisagístico do lugar, e ainda a ausência de atividades econômicas mais dinâmicas e certa facilidade de aquisição de terras (tanto em termos de disponibilidade, quanto na facilidade de tornar-se proprietário) contribuíram sobremaneira para a difusão da produção de segundas residências e incentivo a atividade turística no espaço urbano de Salinópolis, que por sua vez vão contribuir para o adensamento da malha urbana da cidade. Iniciemos então, pelo fenômeno consideravelmente mais marcante na paisagem da cidade de Salinópolis, as moradias de segunda residência (ou residências de veraneio).

Presentes no entorno das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro, as segundas residências são apontadas por Moraes (2007, p. 38) como “o fator numericamente mais expressivo da urbanização litorânea”.

O fenômeno da moradia de segunda residência, pode-se afirmar, está diretamente ligado ao desenvolvimento de veraneio marítimo, responsável pelo “processo de incorporação da zona de praia à tessitura urbana” (DANTAS, 2006. p. 82).

Para Dantas (2006, p. 82), o final do século XIX e início do XX representou no Brasil a “incorporação das práticas marítimas modernas” por parte da elite econômica brasileira. Para este autor, a aproximação gradativa da sociedade aos espaços litorâneos dá-se inicialmente para fins de tratamento terapêutico, atrelado principalmente, ao banho de mar. No entanto, segundo este autor, o uso do espaço litorâneo para fins médicos não adquiriu a mesma relevância da Europa, onde tal atividade deu origem a estações de tratamento e outras unidades voltadas ao tratamento de saúde, o que segundo o autor, promoveu uma incorporação tímida do litoral, promovido em grande parte pelas classes sociais com elevado poder aquisitivo.

Essa aproximação inicial da sociedade brasileira com o espaço litorâneo, mediada pelo tratamento médico logo é exponencialmente intensificada com o desenvolvimento do veraneio marítimo, cuja lógica de uso é demonstrativo de um novo estilo de vida difundido no

seio da sociedade moderna, em que a idéia de morar às proximidades do mar, torna-se o carro chefe.

Dessa forma, iniciam-se novas formas de apropriação do espaço litorâneo, as quais vão substituindo gradativamente a importância do litoral para fins terapêuticos, e também as formas de uso e apropriação do espaço litorâneo pautadas nas relações tradicionais de produção, como é o caso da pesca artesanal.

Notadamente, a produção de segundas residências, produto derivado da expansão do veraneio marítimo, destaca-se como um dos processos mais marcantes na transformação das paisagens litorâneas (posteriormente, será acompanhada das estruturas produzidas para dar suporte a atividade turística). Prova disso, são os casos da cidade do Rio de Janeiro e Recife, citados por Dantas (2006, apud CLAVAL, 2004), em que destaca o surgimento destas unidades habitacionais ao longo das praias após a criação de equipamentos urbanos que facilitaram o acesso à fachada litorânea destas cidades.

A produção de segunda residência é atualmente apontada como um processo de grande relevância na reorganização espacial das cidades litorâneas, sejam elas grandes aglomerações urbanas, ou pequenas cidades ainda marcadas por um gênero de vida tradicional. Nestas últimas, tal fenômeno pode ser entendido como um importante elemento indutor do processo de urbanização, isso porque sua presença contribui para mobilização de processos espaciais e a produção de formas espaciais estranhas (ou minimizados) a antiga organização sócioespacial da cidade, como por exemplo, a segregação sócioespacial.

Para Moraes (2007), as residências de veraneio podem ser apontadas como importante instrumento desorganizador das sociabilidades locais onde se instala, tendo em vista, que sua organização potencializa o mercado de terras e mobiliza a atuação (na maior parte das vezes conflituosa) de diversos agentes espaciais - Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, como aponta Corrêa (2004) na análise dos agentes produtores do espaço urbano - na apropriação do solo litorâneo. Somado a este aspecto, merece destaque o elevado caráter impactante desta atividade aos ambientes costeiros, como no caso das áreas de manguezais e dunas, ambientes naturais protegidos por lei, mas que são alvos dos avanços do fenômeno da moradia de segunda residência.

A cidade de Salinópolis, espaço de nossa análise, expressa bem os pontos acima ressaltados. Na paisagem desta cidade, divide espaço com as belezas naturais do lugar (caracterizada principalmente pela presença do oceano Atlântico), um considerável número de residências de veraneio (segunda residência), aqui entendidas como os elementos mais

marcantes no processo de reorganização do espaço urbano desta cidade da zona costeira do estado do Pará.

Como já mencionado anteriormente, a intenção de promover outras modalidades de usos e apropriação do espaço na cidade de Salinópolis, sobretudo aqueles ligados a prática de veraneio marítimo e a atividade turística, datam do final do século XIX e início XX. Porém, em virtude das dificuldades de acesso a esta cidade do litoral paraense, bem como a insuficiência de equipamentos públicos e estruturas físicas adequadas ao desenvolvimento de tais atividades, esta cidade preservou por algum tempo sua organização sócioespacial original, caracterizada pela constituição de um gênero de vida tradicional, em que permeiam sociabilidades orgânicas e temporalidades ainda influenciadas pelo tempo da natureza.

A partir da década de 1960, o melhoramento e a criação de infraestrutura destinada a facilitar o acesso à cidade de Salinópolis (rodovias estaduais) e a circulação em seu espaço interno (Ruas, avenidas, travessas), contribuíram para transformações na paisagem da cidade.

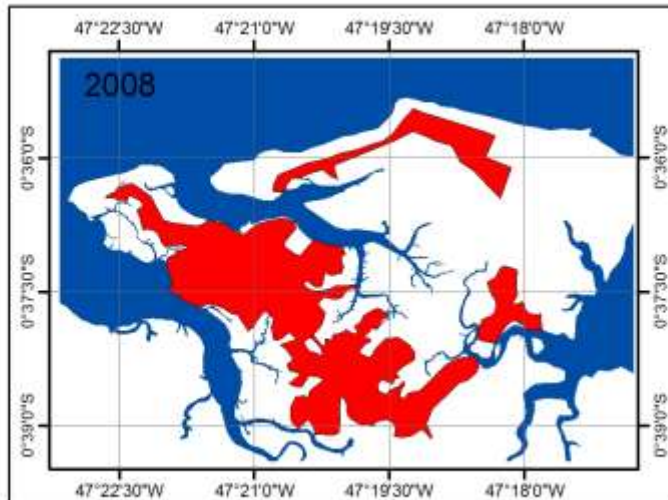
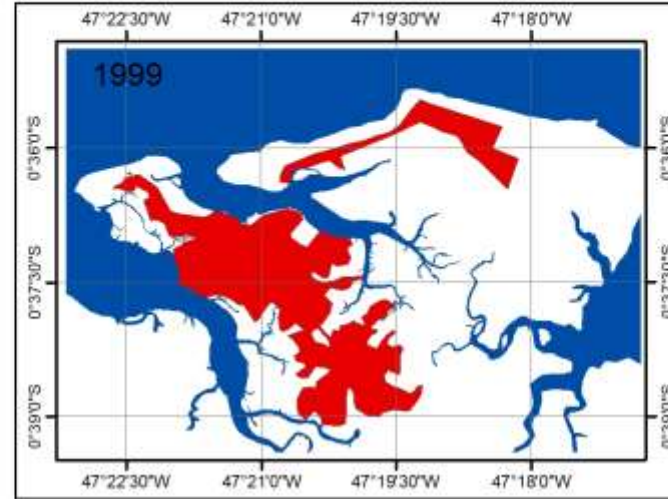
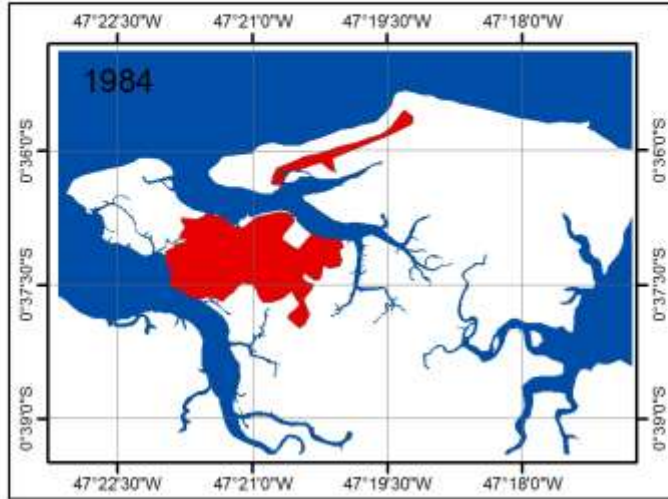
Aliado a isso, outras medidas tomadas pelo Estado (na esfera de poder estadual), como por exemplo, a doação de terras públicas e a construção da segunda residência oficial do governo do estado do Pará, também podem ser entendidas como medidas de incentivo a produção de residências de veraneio no espaço urbano de Salinópolis (BRITO, 2004).

A disseminação da produção de segunda residência, representação de novas formas de uso e apropriação no espaço litorâneo em análise, neste trabalho, é considerada como o principal processo responsável por transformações no espaço urbano desta cidade da zona costeira paraense, o que nos remete a entendê-lo, como um dos principais indutores da urbanização neste espaço.

No bojo das transformações sócioespaciais promovidas pela expansão das moradias de veraneio no espaço intraurbano de Salinópolis, merece destaque a influência desta modalidade de uso e apropriação do solo litorâneo na expansão da malha urbana da cidade, o que nos permite pensar na ocorrência de processos espaciais e a produção de novas formas espaciais no espaço urbano da cidade de Salinópolis.

Na tentativa de tentar identificar e analisar a ocorrência dos processos e a produção de formas espaciais no espaço urbano em análise, entendemos ser de grande importância visualizar a dimensão da transformação física da cidade, para ter assim uma idéia da expansão espacial do espaço urbano da cidade de Salinópolis. O que se pretende, por meio do mapa abaixo, registram o crescimento da cidade em períodos distintos.

MAPA MULTITEMPORAL DA EXPANSÃO DA ÁREA URBANA NA CIDADE DE SALINÓPOLIS - PA ENTRE 1984 E 2008



Salinópolis

LEGENDA

- Área Urbana
- Drenagem
- Limite Municipal

PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS

DATUM: SAD 69
UNIDADES: Grau

FONTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ (COHAB)
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM)
EXECUTOR: LEONARDO ALVES E ROGÉRIO BARNHO
ANO: 2009

Observando o mapa acima, torna-se evidente o expressivo crescimento da malha urbana da cidade Salinópolis. Tal processo, que também pode ser considerado como um produto da urbanização (apesar de não ser o único) pode-se dizer, está diretamente vinculado a expansão do fenômeno de segunda residência (o que não significa dizer que seja o único responsável), que induz direta ou indiretamente a incorporação de novas áreas ao espaço urbano da cidade por meio do veraneio marítimo.

O desenvolvimento do veraneio marítimo como forma de ocupação do espaço litorâneo que teve e tem como principal expressão espacial a produção de segunda residência, corresponde de acordo com Claval (2004), ao momento em que a elite econômica brasileira incorpora a idéia de morar às proximidades do mar como moda. No espaço urbano de Salinópolis, a produção destas formas espaciais, também corresponde aos desejos da elite econômica paraense (empresários, comerciantes e profissionais liberais bem sucedidos financeiramente), principalmente aquela situada na capital do estado do Pará, em usufruir das amenidades naturais do lugar (praias, clima ameno), entretanto, sem abrir mão do luxo e do conforto a que estão habituados.

Em pouco tempo a paisagem de Salinópolis, antes caracterizada pela produção de formas espaciais que denotavam a forte presença da pesca neste espaço, como pequenos portos onde atracavam as pequenas embarcações ou residências humildes de pescadores, é paulatinamente associada e/ou substituída pelas residências de veraneio, e por seus proprietários que visitam a cidade em períodos determinados (férias de trabalho ou escolares, feriados prolongados, festas de fim de ano).

A produção das residências de veraneio na cidade de Salinópolis primou por se desenvolver em áreas da cidade cuja ocupação humana já estava consolidada, as quais já apresentavam alguns poucos equipamentos públicos (avenidas, praças, igrejas, etc.) e ao mesmo tempo, em que estivessem presentes os atrativos naturais. Desta feita, as primeiras residências de veranistas vão surgir no espaço onde teve origem a cidade, o núcleo inicial de ocupação, onde foram produzidos os primeiros objetos espaciais cuja existência está atrelada ao início da produção do espaço da cidade de Salinópolis e, que atualmente, corresponde ao bairro do Destacado.

Como já mencionado no início deste capítulo, a escolha do local para a alocação dos primeiros instrumentos utilizados na sinalização náutica no século XVII, também levou em consideração aspectos físicos acerca do terreno, dentre os quais, destaca-se a topografia, optando-se, assim, por uma ponta de planalto, onde a possibilidade de visualizar as fogueiras

e a origem dos tiros do pequeno canhão por parte dos navegantes era maior. Dessa forma, por ocupar inicialmente a parte mais antiga da cidade, as residências de veraneio vão se concentrar em terrenos de planaltos, ou seja, terrenos de terra firme, os mais apropriados para as edificações.

O desenvolvimento desta nova modalidade de uso do solo no espaço de Salinópolis (veraneio) desencadeou uma desenfreada procura por terras urbanas, impulsionada em grande parte pela necessidade dos agentes sociais externos à cidade (os veranistas inicialmente) em adquirirem terrenos para a construção das residências de veraneio.

A procura por terras urbanas por parte da elite econômica da capital irá se constituir em fator de pressão tanto sobre os primeiros moradores do núcleo inicial da cidade, quanto sobre o Estado. No primeiro caso, pressionam-se os primeiros moradores da cidade constituídos em grande parte por pescadores, a venderem suas propriedades. No segundo caso, a pressão é direcionada ao Estado, a quem os proprietários de segunda residência reivindicam melhorias infraestruturais (saneamento básico, abastecimento de água, calçamento de ruas, etc.) nos bairros onde estão situadas suas residências. Pode-se dizer que este é o caso do bairro do Destacado, fragmento do espaço urbano de Salinópolis que apresenta o maior número de residências de veraneio, sobretudo, de alto padrão, sendo por isso, o bairro da cidade com melhor infraestrutura urbana, e, por conseguinte, o espaço mais valorizado de Salinópolis. Esta questão receberá maior atenção no capítulo seguinte.

A disseminação do veraneio e, em menor grau do turismo no espaço de Salinópolis, dinamiza o mercado de terras neste espaço. Por conta disso, intensifica-se a procura por terrenos urbanos, seja para a construção de segunda residência, seja para a construção de hotéis e pousadas (de diversos padrões de qualidade) ou para novas áreas de ocupações espontâneas, o que mobiliza a atuação de proprietários de terras, empresas ligadas ao mercado imobiliário, setor da construção civil, o Estado e agentes sociais excluídos, redefinindo a organização sócioespacial da cidade.

Em decorrência disso, intensifica-se no espaço urbano de Salinópolis uma lógica tão marcante nas cidades capitalistas, a qual tende a converter o espaço em mercadoria sujeita as determinações de mercado, convertendo de forma gradativa o valor de uso do espaço em valor de troca, ou seja, transformando a terra em mercadoria. Isso irá contribuir de maneira significativa para a reorganização do espaço urbano de Salinópolis, onde serão redefinidas as relações sociais, as quais vão refletir as novas formas de uso e apropriação do solo urbano nesta cidade.

Um elemento que chama atenção na reorganização do espaço urbano de Salinópolis é a marcante diferenciação espacial na localização das residências, o que de imediato nos permite constatar a materialização de um processo de divisão social do espaço. Com efeito, tal constatação nos remete a conceber no espaço urbano de Salinópolis, o desenrolar de processos espaciais e a produção de formas espaciais a eles inerentes, como no caso da segregação residencial (aqui também entendida como sócioespacial), que reflete por meio das formas espaciais construídas a diferenciação e desigualdades entre as classes sociais.

Outro fator de grande relevância a ser considerado como expressão da segregação residencial é a tendência a uniformização/homogeneização sócioespacial, como nos aponta Corrêa (2004 apud CASTELLS, 1983), para quem [...] “a segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna de fortes disparidades entre elas’” (Grifo do Autor).

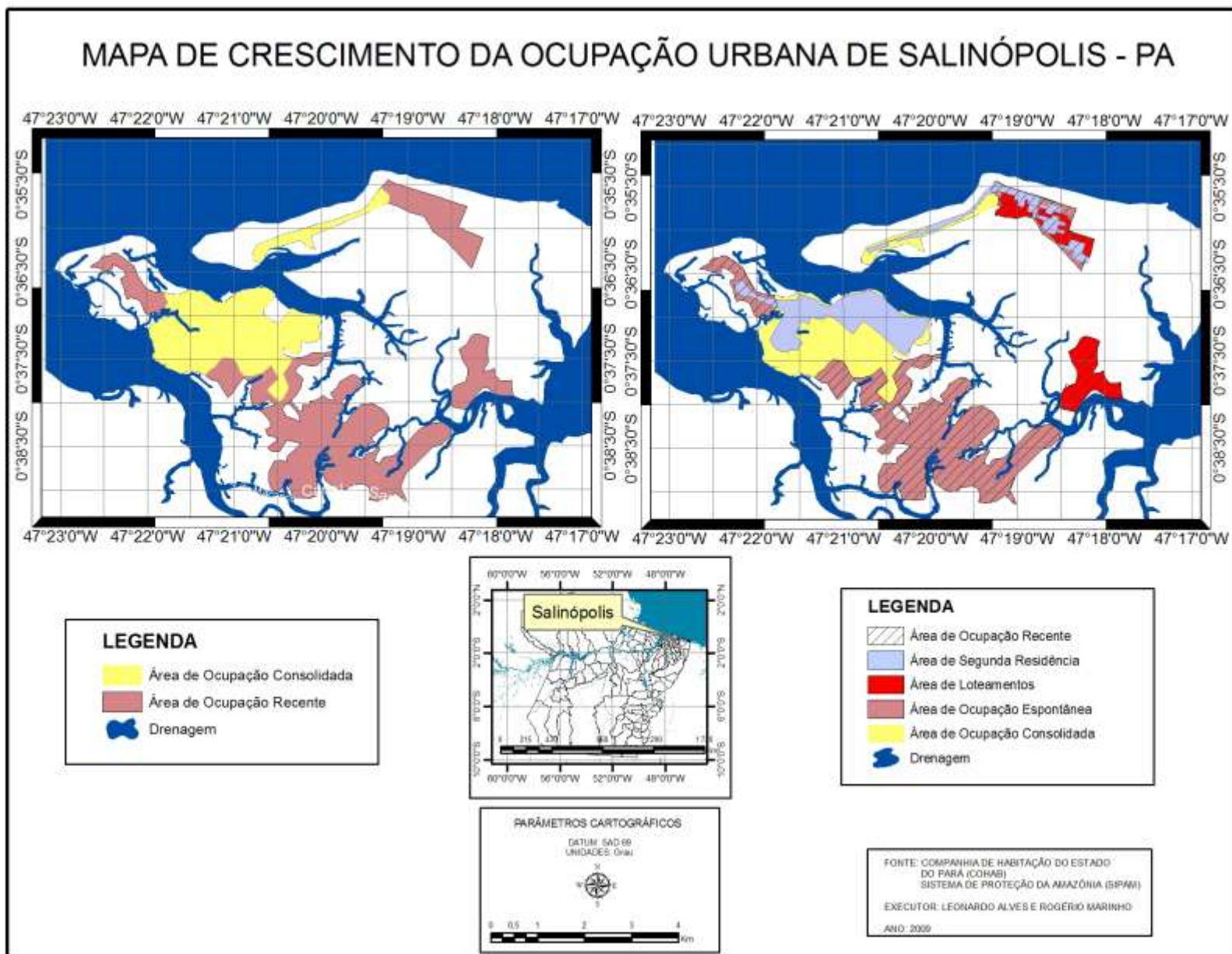
Neste sentido, observa-se na cidade de Salinópolis, como reflexo direto da expansão do veraneio marítimo, a organização de bairros marcados pela tendência à uniformidade socioeconômica de seus moradores. O bairro do Destacado, por exemplo, caracteriza-se por uma uniformidade marcada pelo padrão suntuoso das residências de veraneio, delimitando a presença neste bairro de um grupo social seletivo, cujo poder de compra justifica a localização e o padrão de suas residências.

De outro lado, mais especificamente nas áreas mais periféricas da cidade, também se constituem espaços marcados por certa uniformidade, só que opostos àquelas acima mencionadas. A uniformidade do espaço, neste caso, é marcada pela infraestrutura deficitária ou quase nula e pela carência de serviços públicos essenciais (escola, hospitais, abastecimento de água) oferecidos aos moradores do lugar. Nestes espaços predominam residências de baixo padrão (em alguns casos barracos), e seus moradores, em grande parte, ocupam-se de atividades como a pesca artesanal, serviços temporários no setor de construção civil ou as atividades ligadas ao veraneio, como caseiros, garçom ou mesmo ambulantes.

No espaço urbano de Salinópolis, este segmento social é formado tanto pela população que anteriormente habitava o núcleo inicial da cidade, que após vender sua propriedade migrou à procura de terrenos mais baratos nas áreas periféricas, quanto pela população oriunda de outros municípios e localidades, que atraídos pela possibilidade de emprego, que na maior parte dos casos não se concretizou, passam também a habitar as áreas periféricas da cidade. São exemplos disso, os bairros de São José, Atlântico I e II, Nova Brasília e Pedrinhas.

Estas áreas sociais que correspondem a formas espontâneas de assentamento na cidade de Salinópolis estão localizadas em grande parte sobre áreas de grande vulnerabilidade ambiental, como as planícies de maré (manguezais), que no caso constituem áreas de proteção ambiental. Este processo de ocupação, da cidade em questão, apresenta níveis elevados, causa efeitos impactantes sobre os ambientes litorâneos, bem como estabelece condições insalubres de habitação, influenciando diretamente na qualidade de vida da população que habita estes espaços.

Porém, a expansão da malha urbana da cidade e a produção de impactos ambientais não são atributos apenas dos assentamentos espontâneos, pode-se associar a este processo o desenvolvimento de outro, o qual corresponde a incorporação de terras para fins de comércio imobiliário, originando lotes urbanos e conjuntos habitacionais também em áreas de proteção ambiental. Na cidade de Salinópolis tal fenômeno é mais evidente na ilha de Atalaia onde loteamentos, condomínios, hotéis e mesmo algumas residências de alto padrão ocupam áreas de dunas, ambiente assim como os manguezais, protegidos por lei. O mapa abaixo mostra as principais formas de ocupação do solo urbano de Salinópolis no curso da expansão física da cidade.



Mapa 6: Crescimento da Ocupação urbana de Salinópolis – PA e as suas tipologias.

3.4- A cidade de Salinópolis e as intervenções urbanísticas/turísticas: o ordenamento espacial do complexo turístico Orla do Maçarico

Restaria falar de um último vetor atuante na ocupação urbana da cidade costeira de Salinópolis trata-se do turismo, atividade econômica que atualmente desponta como uma das mais rentáveis no cenário nacional e que por isso desperta interesse do Estado (Governo do Pará e Prefeitura de Salinópolis) em desenvolvê-la em Salinópolis.

A possibilidade de benefícios econômicos a serem gerados pela atividade turística mobiliza a preocupação do Estado (nas três esferas de poder) em fornecer suporte ao desenvolvimento do turismo nos espaços litorâneos, o que para Moraes (2007, p. 42), pode ser constatado na “elaboração de planos de construção de infraestruturas e investimentos que qualifiquem o litoral brasileiro numa maior atração dos fluxos internacionais”.

No Estado do Pará, a cidade de Salinópolis pode ser considerada o espaço síntese deste movimento que se estende ao longo da zona costeira brasileira e, que de certa forma, concentra-se na região Nordeste do Brasil onde se destacam os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia como os maiores receptores de investimentos voltados à atividade turística.

Pode-se dizer que a preocupação em transformar a cidade de Salinópolis em um importante espaço turístico ganha maior fôlego a partir da implementação do projeto político do governo estadual denominado de “Novo Pará”, iniciado no primeiro mandato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1994 e, consolidado no segundo mandato de governo (1999-2002), quando então, são destinados a este espaço da zona costeira do Pará, pesados investimentos no sentido de criar estruturas (física ou serviços) voltadas ao desenvolvimento do turismo na cidade.

É importante ressaltar que, até então, as ações de incentivo ao turismo em Salinópolis estavam restritas à dotação de equipamentos públicos (rodovias, avenidas, rede elétrica e fornecimento de água, etc.), apresentando-se assim, associada à estrutura urbana da cidade. Dessa forma, entende-se que os investimentos direcionados à cidade de Salinópolis antes da implementação do projeto político “Novo Pará”, justificavam-se pela importância da cidade enquanto o mais requintado balneário do estado do Pará, procurado em grande parte por grupos sociais economicamente privilegiados da capital paraense, movidos pelos atrativos naturais da cidade litorânea.

A iniciativa de promover e qualificar a cidade de Salinópolis como um espaço voltado para o desenvolvimento da atividade turística contempla um dos objetivos que permeia o projeto político “Novo Pará”, qual seja, o de desenvolver o turismo no vasto território do Estado do Pará.

Para isso, o governo do Estado determinou a elaboração de estudos, cuja finalidade insidia no levantamento e reconhecimento do potencial ecológico-paisagístico do território e, por conseguinte, a elaboração de possíveis produtos e negócios turísticos no território paraense, atrativos e competitivos no concorrido setor de turismo. O resultado deste levantamento culminou na elaboração de seis grandes pólos turísticos distribuídos ao longo do território do estado do Pará, são eles: pólo Belém, pólo Costa Atlântica, pólo Araguaia-Tocantins, pólo Marajó, pólo Tapajós e pólo Xingu. As figuras abaixo permitem visualizar como ficaram dispostos os pólos turísticos no território paraense.

Pólos Turísticos

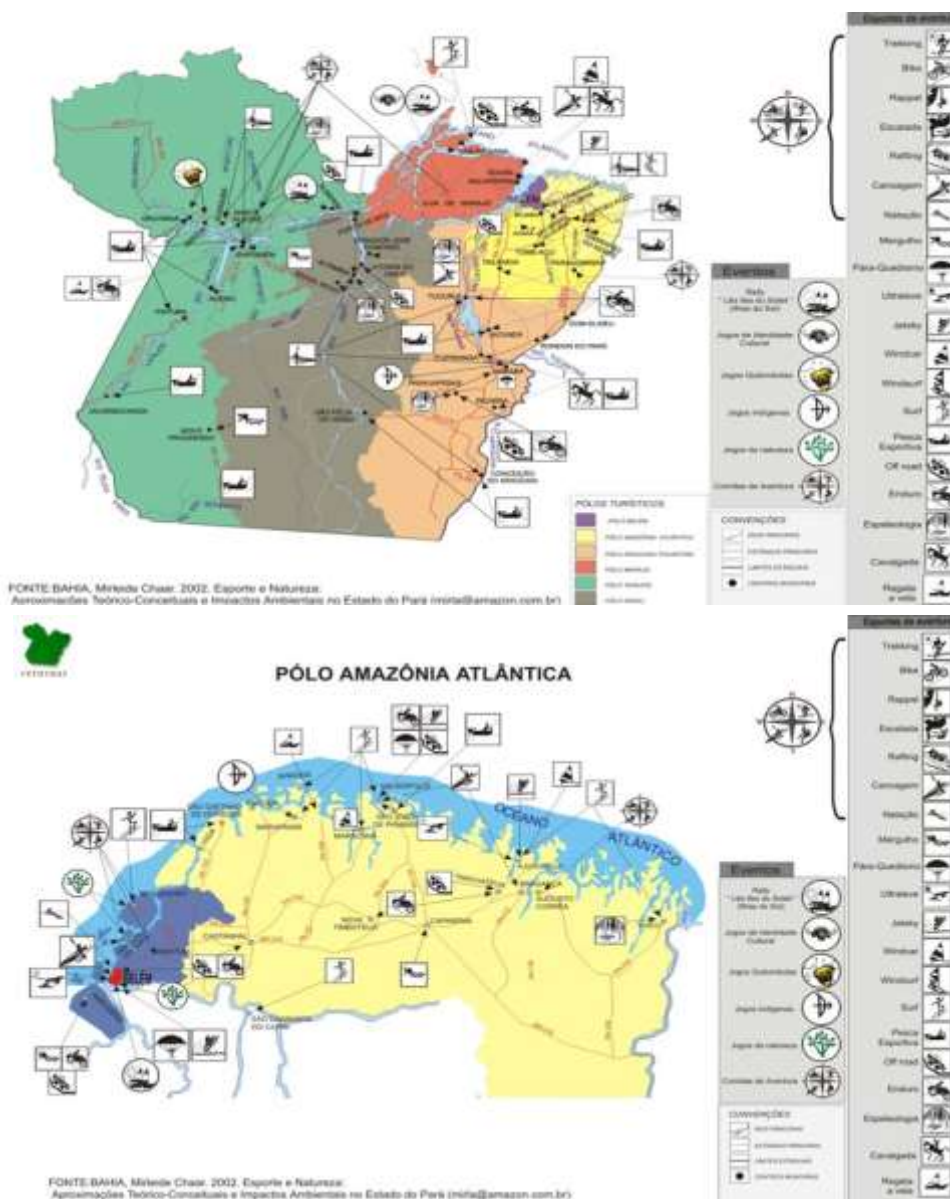


Figura. 6 e 7: configuração dos pólos turísticos no território paraense e o pólo costa atlântica (Fonte: Paratur, 2004).

Inserida no pólo Costa Atlântica (figura acima), a cidade de Salinópolis se destaca no âmbito do levantamento do potencial ecológico e paisagístico do território do estado, como o espaço de maior viabilidade para o desenvolvimento da atividade turística, tendo em vista o maior potencial de recursos a serem explorados pelo turismo (turismo marítimo ou de sol e mar) e ainda, por já dispor de infraestrutura urbana considerada desenvolvida, bem como por já dispor de certos serviços turísticos. A passagem a seguir, expressa o diagnóstico acerca da cidade de Salinópolis em relação à viabilidade para o desenvolvimento da atividade turística.

No **Pólo Costa Atlântica**, a única cidade que apresenta serviços turísticos com um mínimo de qualidade é Salinópolis. Os serviços turísticos são variados, porém muito simples, carentes de equipamentos de melhor qualidade. São identificados 27 estabelecimentos hoteleiros em Salinópolis, somando 715 unidades habitacionais. Destes apenas 3 empreendimentos apresentam infra-estrutura de instalações e serviços para atender grupos de operadoras turísticas domésticas. A carência se apresenta também em termos de espaços para eventos, o que impede que estes hotéis atraiam outros segmentos de demanda, que não apenas o de sol e praia no mês julho. O empreendimento melhor estruturado para o fluxo turístico é o *Hotel Valerry* (Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, 2001, p. 25, grifos do autor).

O incentivo à atividade turística na cidade de Salinópolis deixou marcas consideráveis em sua paisagem. Como produtos diretamente ligados ao incentivo da atividade em Salinópolis, destacam-se o complexo turístico “Orla do Maçarico”, as obras de revitalização da “Orla do Porto Grande” e de “urbanização da Praia do Atalaia”, todas de autoria do governo do Estado do Pará (referente à gestão do PSDB) e destinadas a dar suporte ao turismo na cidade de Salinópolis.

A obra de urbanização da praia do Atalaia consistiu na dotação de infraestrutura urbana, cuja finalidade era facilitar o acesso a ilha do Atalaia (distanto cerca de 14 km da cidade), onde está localizada uma das praias mais conhecidas e frequentadas pelos visitantes da cidade. A obra é constituída de 500 m de pistas dupla, totalmente asfaltadas, e que dá acesso à praia (inclusive permitindo o acesso de automóveis, que dividem espaço com banhistas), estacionamento com uma área de 15000 m², com capacidade para 100 ônibus, além de 13 sanitários (oito femininos e cinco masculinos, incluindo dois para portadores de necessidades especiais).

As outras duas obras, a orla do Maçarico e a Orla do Porto Grande, ambas localizadas no sítio urbano da cidade também nascem com a mesma finalidade, a de fornecer bons serviços aos que visitam a cidade. Na obra de revitalização da orla do Porto Grande, objetivou-se melhor qualificar o espaço onde são consumidos os produtos locais, pescados, frutos e todos os tipos de iguarias, melhorando dessa forma a estrutura já existente e criando novas. Destaca-se nesse processo a construção de um novo trapiche (em substituição ao de madeira, que já apresentava riscos de desabamento), local onde desembarcam o pescado, os produtos oriundos de outras localidades (farinha, frutas, animais como galinha, pato, porcos) e pessoas de outros povoados (Penha, Derrubadinho, Mota) que vem estudar, fazer compras e à procura de outros serviços. Aliada a esta obra na Orla do Porto Grande, também estão a reforma do mercado de peixe e carne e construção de barraquinhas padronizadas e higienizadas para melhor receber aos frequentadores dos tradicionais cafés da manhã.

Mas sem dúvida, a obra mais emblemática e principal representante do processo de incentivo à atividade turística presente na paisagem da cidade de Salinópolis é o complexo turístico “Orla do Maçarico”. Esta obra comporta uma moderna estrutura física e oferece variadas opções de serviços ligados à atividade pós-praia (lazer e entretenimento), proporcionada pela presença de bares, lanchonetes, restaurantes, galerias de lojas, que são em grande parte franquias de estabelecimentos conhecidos na capital do estado, Belém. Dividindo o espaço da orla do Maçarico e seus visitantes, com as consideradas atividades formais, estão as atividades informais, desenvolvidas por ambulantes que encontram na venda de artesanatos, iguarias, produtos importados uma alternativa de sobrevivência. Além disso, também fazem parte desse complexo, ciclovia e o calçadão com 2 km de extensão, playground e a praça de alimentação compreendendo uma área de 130.000 km².

Entretanto, apesar dos pesados investimentos em infraestrutura turística e urbana na cidade de Salinópolis, o turismo (e não o veraneio) não se constituiu e ainda hoje, não se constitui neste espaço como atividade econômica consolidada. Dentre os elementos que induzem a tal afirmação podemos destacar o reduzido fluxo de visitantes estrangeiros ou oriundos de outros estados brasileiros, o qual segundo os registros dos principais hotéis da cidade, não chegam a representar nem 20% no período de maior visitação, o mês de julho principalmente, e de dezembro, diminuindo significativamente, durante os outros meses do ano. Ainda baseado em informações obtidas nos principais estabelecimentos hoteleiros, a maior parte do fluxo de visitantes na cidade de Salinópolis que se hospedam durante o mês de julho e dezembro são oriundos de municípios como Belém (a maior parte), Paragominas, Castanhal e Capanema, o que pressupõem dizer que a procura por Salinópolis é correspondente de uma demanda restrita aos limites do território paraense.

Com efeito, a mobilização de investimentos destinados a tornar a cidade de Salinópolis um pólo turístico, contribuiu para reforçar a atividade de veraneio (e não turismo) nesta cidade, o que pode ser constatado quando se verifica a cada ano, o aumento do número de veranistas proprietários ou não de segunda residência em Salinópolis, que além das praias como atração, agora dispõem da orla do Maçarico como espaço de entretenimento noturno, usufruindo de bares e restaurantes de boa qualidade presentes no complexo.

O caráter periódico de funcionamento de alguns espaços da cidade, como o bairro do Destacado e inclusive o da própria orla do Maçarico, também podem ser apontados como aspectos que caracterizam a importância da atividade veraneio marítimo para cidade, que aguarda a chegada de seus visitantes e segundo residentes para o mês de julho e festa de fim de ano.

Outro reflexo da expansão da atividade de veraneio na cidade de Salinópolis diz respeito ao aumento do número de estabelecimentos ligados ao ramo de hospedagem (pousadas ou mesmo quartos de aluguel), construídos com o intuito de atender aos visitantes que não possuem residências de veraneio e/ou que não dispõem de condições financeiras para se hospedarem nos hotéis da cidade.

O incentivo à atividade turística na cidade de Salinópolis também é responsável por desencadear graves agressões aos ambientes costeiros, principalmente a partir da construção das obras destinadas a dar suporte ao turismo, como as três anteriormente citadas. Ao mesmo tempo em que desponta como a principal representante dos investimentos voltados para o turismo, a orla do Maçarico também pode ser apontada como a obra que maiores danos ambientais causou aos ambientes costeiros existentes na cidade. A começar pelo local onde o complexo foi construído, área que corresponde à planície costeira, onde estão presentes algumas unidades morfológicas marcadas por uma dinâmica constante e por ecossistemas frágeis, são elas, praias (Maçarico e Corvinas), canais de maré, manguezais, dunas e restingas, áreas consideradas pelo governo federal como reservas ecológicas e de preservação permanente.



Figura 8: Obra complexo turístico “Orla do Maçarico” e sua disposição sobre as unidades morfológicas: 1- de praia, 2- cordão de dunas e 3- planícies de maré (PARATUR, 2004).

Estas unidades morfológicas revelam bem o potencial ambiental e paisagístico inerente à cidade de Salinópolis. Entretanto, as ações do governo do Estado do Pará de incentivo ao turismo parecem ter levado em consideração apenas os aspectos econômicos que

envolvem a atividade turística, negligenciando os aspectos físicos responsáveis pela paisagem litorânea de Salinópolis.

A não consideração dos aspectos físicos e o desconhecimento dos agentes e processos atuantes na zona costeira, responsáveis pela dinâmica e mesmo existência da paisagem litorânea no ato de construção do complexo turístico “Orla do Maçarico”, causou uma série de agressões ao meio físico costeiro, os quais são apontados a partir dos estudos de Reis & Mendes (2001) sobre o assunto:

- Aterro de áreas de manguezal para construção do retorno das vias, pontes, calçadão, ciclovia, play-grounds e praça de ginástica;
- Soterramento progressivo de áreas de manguezal através de areia transportada pelo sistema de drenagem fluvial;
- Deslocamento do manguezal para construção da ponte que dá acesso à praia da Corvina (estrutura rígida em concreto armado), e lanchonete de madeira com cobertura de piaçava, ambas com fundação de concreto;
- Construção do calçadão, ciclovia, cisternas, praças de ginásticas, play-grounds, lanchonetes e banheiros públicos, em áreas de migração de dunas. Futuramente, com deslocamento das dunas, será necessária a retirada permanente de areia, transportada para essas estruturas por meio de atividade eólica.

Entretanto, as medidas de incentivo ao turismo e o avanço do veraneio marítimo (aqui entendidas como indutores do processo de urbanização) na cidade de Salinópolis, não contribuíram apenas para transformações no âmbito do território (expansão da malha urbana), como produtos do avanço da urbanização sobre este espaço do litoral paraense, elas também promoveram modificações no campo das relações sociais, promovendo mudanças econômicas e culturais neste espaço o que por conseguinte, contribui para a redefinição da sociabilidade local.

Neste sentido, tais modalidades de uso do espaço litorâneo de Salinópolis que na verdade são representações da disseminação do domínio do valor de troca, da lógica e ideologia do consumo, tendem a promover a dissolução das formas espaciais da Salinópolis tradicional, e ao mesmo tempo, produzir um cotidiano social pobre em sociabilidade e repleto de coações, distanciando-se cada vez mais das relações orgânicas que caracterizavam a antiga organização sócioespacial da cidade de Salinópolis, tão típica dos espaços onde predominam as relações tracionais de organização do espaço.

Pode-se dizer, que neste processo de transformação sócioespacial da cidade de Salinópolis promovido pelo avanço da urbanização, à população local é imposta uma nova relação espacial, o que implica na adoção de novos ritmos e relações de trabalho; novas formas de se relacionar com a natureza, as quais normalmente subjagam e substituem as antigas relações tradicionais por costumes e hábitos culturais ditos modernos. Tais mudanças denotam a produção de novo tempo social, mais racional, que tende a se adequar a imposição da nova organização sócioespacial da cidade, neste caso, caracterizada pela considerável presença de residências de veraneio e outras formas espaciais ligadas ao turismo (hotéis, pousadas e a orla do Maçarico).

Nesta direção, Adrião (2003) identifica mudanças nas relações de trabalho dos habitantes de um dos bairros da cidade de Salinópolis, o bairro da Prainha. Neste trabalho, a autora relata a mudança no perfil da ocupação da população que habita este bairro, antes constituída quase que em sua totalidade por pescadores artesanais que passam a se ocupar com o trabalho de caseiros (ou desempenham as duas atividades), responsáveis pela manutenção e, em alguns casos pela segurança da residência do veranista.

É comum no período em que o proprietário veranista se encontra na cidade, o caseiro (em alguns casos quase que a família toda), desempenhar outras atividades, como a de empregado doméstico durante o período de permanência do veranista. Vale ressaltar que em muitos casos a relação trabalhista entre caseiro e proprietário não segue os trâmites legais da legislação trabalhista brasileira, privando o caseiro dos direitos trabalhistas que lhes são garantidos por lei (carteira profissional assinada, férias remuneradas, décimo terceiro etc.).

Numa outra proposta de análise da realidade sócioespacial de Salinópolis, Brito (2004) também chama atenção para novas formas de ocupação da mão-de-obra local, criadas no bojo das transformações que se processavam (e que ainda não cessaram) no espaço da cidade, decorrentes do avanço da atividade de veraneio e de apoio ao turismo. Dentre as ocupações apontadas pela autora, registra-se uma grande oferta de emprego no setor da construção civil, utilizada tanto na construção de equipamentos públicos quanto na construção de empreendimentos privados (residências de veraneio, hotéis, pousadas, condomínios etc.). Também são apontados pela autora postos de empregos nos setores ligados ao turismo e veraneio, como no caso dos empregos disponibilizados pelo setor hoteleiro, recepcionista, arrumadeiras, cozinheiras, faxineiras, garçons e caseiros (diretamente ligado a segunda residência). No entanto, a autora chama atenção para o caráter sazonal (estabelecendo vínculos empregatícios temporários) de alguns destes postos de trabalho, sobretudo, os

diretamente ligados ao turismo e ao veraneio, empregos estes nem sempre garantidos na próxima temporada.

Todos estes pontos até aqui levantados sobre a atual organização sócioespacial da cidade de Salinópolis podem ser entendidos como reflexo do processo de urbanização sobre este espaço. Mesmo não sendo induzido diretamente pelo processo de industrialização, mas sim, por outras modalidades socioeconômicas como o turismo e o veraneio, tal processo também promoveu (e ainda promove) no espaço em análise, o que Lefebvre (1999) denominou de explosão/implosão da cidade, verificada através da constatação do crescimento populacional e também territorial da cidade de Salinópolis, que paulatinamente vem perdendo seus atributos sócioespaciais mais antigos.

A expansão do fenômeno urbano sobre este espaço da zona costeira paraense aponta para a relação contraditória e inerente ao processo de reprodução do espaço na sociedade capitalista que coloca de um lado os interesses e necessidades de reprodução do capital, por meio da reprodução social que o representa (neste caso, os de alguma forma ligados ao turismo e veraneio) e, de outro, a organização dos elementos indispensáveis à reprodução da vida social local, os quais neste processo tendem a produzir novas formas de relação e organização sócioespacial.

Enfim, mesmo se tratando de uma cidade considerada pequena (o que não quer dizer menos complexa), a cidade de Salinópolis apresenta processos e contradições sócioespaciais presentes na maioria dos espaços citadinos, sejam eles localizados na zona costeira brasileira ou não.

Para finalizar este capítulo, segue um breve quadro síntese com os períodos da evolução urbana da cidade.

Períodos	Principais formas espaciais produzidas	Característica da organização sócioespacial da cidade de Salinópolis
De Viriandeua à Salinas	- Produção dos primeiros objetos espaciais ligados a função de auxílio à navegação no litoral do estado do Grão Pará e Maranhão (canhão de sinalização e o primeiro farol).	- Pequeno povoado habitado por navegadores (portugueses), índios e religiosos missionários; desenvolvimento de atividades como exploração de Sal, salga de peixe, pequena agricultura e sinalização náutica;
Estância Hidromineral	- Produção de infraestrutura de acesso à cidade (rodovias estaduais) e urbana no espaço intraurbano de Salinópolis (abertura e pavimentação de ruas e avenidas e construção de praças; produção das primeiras residências de veraneio e hotéis; empreendimento agrícola; pequenos portos para embarcações de pesca.	- Pequeno crescimento da cidade tanto em termos populacional, quanto físico, ultrapassando os limites da formação espacial inicial; predominância de uma temporalidade social atrelada às relações tradicionais de produção; desenvolvimento da atividade pesqueira; organização espacial pouco complexa.
Salinópolis (cede municipal) e palco de intervenções urbanísticas/turísticas	- Melhoramentos das rodovias de acesso a cidade; surgimentos de novos bairros; expansão do número de segundas residências, hotéis e pousadas; dotação de infraestruturas voltadas para o turismo: orla do Maçarico, urbanização do Praia do Atalaia e revitalização da orla do Porto Grande.	- Grande crescimento urbano da cidade, representada pela expansão da malha urbana e pelo crescimento da população urbana; uniformização de certos espaços da cidade, como no caso do bairro do Destacado, onde é predominante a presença de residências de veraneio; expansão de áreas sociais segregadas e periféricas, como os bairros da Pedrinha e Atlântico I e II; forte dependência econômica dos fluxos de veraneio marítimo e turísticos; complexificação dos problemas sociais e ambientais.

Quadro 2: Síntese esquemática da evolução urbana da cidade de Salinópolis.

CAPÍTULO IV

Destacado, loteamentos e áreas de ocupação: diferenciação intraurbana e segregação sócioespacial em Salinópolis

Mesmo estando situada na porção da zona costeira brasileira (porção Norte) onde, segundo Moraes (2007), ainda predomina um padrão de ocupação do litoral pautado em modalidades de uso do solo voltadas para atividades extrativas e de autoconsumo, em grande parte desenvolvida por comunidades tradicionais, pode-se dizer que a cidade de Salinópolis destoa neste quadro como um caso atípico, tendo em vista o considerável crescimento urbano que vem apresentando nas últimas décadas.

Como já mencionado no capítulo anterior, o crescimento urbano desta cidade do litoral paraense, deve-se a atuação de vetores de ocupação responsáveis atualmente pela intensificação do processo de urbanização nos espaços litorâneos brasileiros, quais sejam, a atividade de veraneio e o turismo, que têm contribuído de maneira significativa para mudanças na estruturação e organização do espaço interno da cidade.

O fato do crescimento urbano da cidade de Salinópolis não estar diretamente associado ao processo de industrialização, não significa dizer que sua organização espacial não seja marcada por problemas urbanos (desemprego, habitação, educação, saneamento básico, entre tantos outros), ou que seja menos complexa que as realidades urbanas que tiveram a atividade industrial como principal indutor de sua urbanização. Pelo contrario, assim como na grande maioria das cidades brasileiras, sejam elas, pequenas, medias ou grandes aglomerações urbanas, na cidade de Salinópolis também se fazem presentes as contradições, estratégias e conflitos sociais tão comuns ao espaço urbano capitalista. Vale ressaltar que tais questões, diferenciam-se apenas em grau e intensidade, em virtude de seu tamanho, do tipo de atividade e da região em que está inserida (SANTOS, 2008).

Pode-se afirmar que tais processos (em maior ou menor intensidade) se materializam no espaço da cidade, refletindo por meio da produção diferenciada e desigual do espaço, um processo de reprodução social que se desenvolve de forma desigual, o que é comum numa sociedade de classes marcada pela desigualdade social.

O espaço urbano de Salinópolis no âmbito de sua organização espacial também sinaliza para um processo de reprodução sócioespacial marcado pelas desigualdades sociais, exemplo disso, são os diferentes padrões de moradia, bem como o local que elas ocupam na cidade, ou ainda, a disponibilidade de serviços públicos presentes nestes locais, formas

espaciais indicativas da presença de segmentos sociais desiguais que imprimem na paisagem da cidade, as marcas de sua reprodução social.

Com efeito, observa-se que a organização interna da cidade de Salinópolis, reflexo da realidade social atual a ela atrelada, revela a existência de questões sócioespaciais presentes na maior parte das realidades urbanas brasileiras (em particular as localizadas na zona costeira), como degradação ambiental, segregação, especulação fundiária e imobiliária, favelização, entre tantos outros, porém, resguardando as especificidades locais.

Neste sentido, busca-se neste capítulo discutir algumas destas questões presentes no espaço urbano de Salinópolis que como já mencionado em outra parte do trabalho, são produtos da expansão do processo de urbanização impulsionada pela atividade de veraneio marítimo e pelo turismo.

Entretanto, nos detemos à análise de apenas três processos sócioespaciais presentes na realidade urbana de Salinópolis, o que não significa dizer que não existam outros, ou ainda, que eles não sejam tão importantes quanto os eleitos para este processo analítico. Com efeito, elegemos aqueles cuja repercussão está mais próxima dos objetivos do trabalho. São eles: a segregação sócioespacial, organização sócioespacial temporária da cidade e a urbanização de áreas de proteção ambiental.

4.1- A diferenciação intraurbana de Salinópolis

Antes de adentrarmos na análise dos processos sócioespaciais acima mencionados, cabe uma breve apreciação da diferenciação intraurbana da cidade de Salinópolis, o que nos ajuda a entender como estão dispostos no espaço urbano desta cidade as formas espaciais produzidas ao longo do tempo e os conteúdos sociais que as animam.

Pode-se dizer que as mudanças processadas nas formas de uso e apropriação do solo na cidade de Salinópolis no decorrer do tempo, sobretudo a partir da expansão dos usos turísticos e de veraneio marítimo, podem ser apontadas como o fator responsável pela estruturação intraurbana atual desta cidade da zona costeira do Pará, fruto do processo de substituição das antigas formas espaciais por outras mais adequadas à lógica socioeconômica dominante.

Neste processo, o surgimento de novos bairros, em grande parte na periferia da cidade, e a organização de bairros com elevado padrão de infraestrutura urbana, são, sem dúvida, os elementos que mais se destacam como expressão da segmentação sócioespacial da cidade de Salinópolis.

Nesta cidade a questão da localização das moradias destoa como principal elemento de diferenciação do espaço urbano de Salinópolis. Ao longo de sua malha urbana, defronta-se com padrões de áreas residências que denunciam a disparidade socioeconômica de seus moradores e proprietários.

De maneira geral, pode-se afirmar que em Salinópolis se fazem presentes três tipos de agrupamentos residenciais com características distintas e contraditórias. O primeiro deles diz respeito aos locais onde predominam as segundas residências (residência de veraneio) que atualmente chegam a constituir bairros inteiros, como é o caso do Destacado, e ainda estendem-se por outros bairros da cidade. Nestes locais, depara-se com boa infraestrutura urbana e com certa homogeneidade no padrão habitacional (constituído por residências de veraneio de alto padrão, em alguns casos mansões), indicativo da presença de um segmento social de elevado poder econômico. Contraditoriamente, essa boa infraestrutura urbana presente nestes locais é direcionada a um grupo social que apenas visita a cidade periodicamente, que não permanece na cidade mais que um mês, durante as férias, ou finais de semana e feriados prolongados. Tais fatos atribuem a estes espaços no contexto urbano da cidade as seguintes características: a de espaço mais valorizado da cidade e o de menor importância para o cotidiano da cidade, haja vista, que permanece desabitado a maior parte do ano. Estas residências de veraneio estão situadas nos melhores terrenos, e no caso do bairro do Destacado, estão ocupando o local onde teve início a cidade de Salinópolis, substituindo as primeiras formas espaciais que deram origem a cidade.

Um segundo tipo de agrupamento residencial congrega em seu espaço, tanto as segundas residências quanto residências de moradores de Salinópolis. Nestes espaços da cidade, percebe-se uma certa heterogeneidade espacial, pois compõem a paisagem destes locais residências humildes (população local) e residências de médio a alto padrão (veranistas). Nos bairros onde predominam estas características, ainda é possível identificar certa dinâmica social, que não aquela restrita aos períodos de maior visitação da cidade, e sim a que é produto do cotidiano local. Estes bairros contam com boa infraestrutura urbana, o que de certa forma, tem contribuído para sua valorização e para a construção das segundas residências em seu espaço.

E por fim, o terceiro tipo de agrupamento residencial, o qual compreende atualmente, uma extensa faixa da malha urbana construída da cidade de Salinópolis. Este tipo de agrupamento residencial corresponde às extensas áreas de ocupações espontâneas (invasões) que se estendem ao longo das rodovias estaduais (PA- 124 e 444), que dá acesso a cidade e, prolongam-se sobre as áreas de planícies alagáveis (os manguezais) que circundam o sítio

urbano de Salinópolis. Estas áreas constituem os bairros periféricos e sem infraestrutura urbana da cidade, onde predominam os maiores índices de carência de serviços e equipamentos públicos e dilemas sociais. Nestes espaços está localizada a maior parte da população urbana da cidade, constituída por antigos moradores das áreas onde atualmente predomina a segunda residência e por pessoas de outros municípios e da zona rural da cidade, atraídos pela possibilidade de ocupação remunerada, em setores como construção civil, atividades ligadas ao turismo e veraneio.

Para finalizar, merece destaque o crescimento e loteamentos urbanos, destinados principalmente para a construção de condomínio residenciais e segundas residências, o que é mais perceptível na ilha do Atalaia, sobre as áreas de campos de dunas (área de proteção ambiental), o que também tem contribuído para a expansão da malha urbana da cidade.

4.2- Segregação sócioespacial: a elitização do bairro do Destacado e o crescimento das áreas de ocupações espontâneas

Ao se chegar à cidade de Salinópolis, observando o trajeto que se segue da rotatória que dá acesso tanto a ilha do Atalaia quanto a própria cidade, até o outro extremo da cidade limitado pelo mar, percebe-se de imediato uma mudança brusca na paisagem urbana desta cidade do litoral do Pará.

De início, depara-se com uma paisagem marcada pela presença de uma extensa área ocupada quase que em sua totalidade por residências de baixo padrão, localizadas em ruas sem asfaltamento ou calçamento, sem sistema de drenagem de águas pluviais e com rede elétrica em alguns pontos improvisada pelos próprios moradores.

Em seguida, mais adiante, vislumbra-se com áreas bem urbanizadas em termos infraestruturais, com ruas asfaltadas e sinalizadas, calçadas para pedestres, sistema de drenagem, rede elétrica e de água regularizados. Neste local, o que chama atenção é a predominância de residências de bom a alto padrão residencial, casas luxuosas, em alguns casos, verdadeiras mansões.

Esta notável diferença presente na paisagem urbana de Salinópolis é produto dos desdobramentos das atividades econômicas que mais contribuem para as transformações na paisagem da cidade, a expansão do veraneio marítimo e dos esforços de incentivo à atividade

turística, formas de apropriação e de uso do espaço litorâneo, responsáveis pelo avanço da urbanização e pelo aumento das contradições sócioespaciais no espaço urbano desta cidade.

À luz desta característica na paisagem urbana de Salinópolis, chama-se a atenção para a existência de dois tipos opostos de agrupamentos residenciais no espaço urbano da cidade em questão. Um caracterizado pela suntuosidade das residências e presença de equipamentos urbanísticos, e o outro, pelo caráter periférico (tanto no sentido geométrico quanto geográfico) e precário dos locais de habitação.

Esta divisão espacial da cidade sugere o desenrolar de um processo espacial que se faz presente na totalidade das realidades urbanas brasileiras, a saber, a segregação sócioespacial. Processo este, que segundo Corrêa (2004), reflete a divisão social do espaço e ao mesmo tempo, a desigualdade no processo de reprodução dos grupos sociais.

No espaço urbano de Salinópolis, a produção diferenciada do espaço está atrelada à chegada de novos segmentos sociais na cidade. Motivados por novas possibilidades de uso do espaço litorâneo (tratamentos de saúde e lazer), logo estes segmentos sociais, constituídos em sua maior parte por pessoas de elevado poder aquisitivo (comerciantes, empresários, profissionais liberais, etc.) representariam uma parcela significativa de proprietários de residências nesta cidade do litoral do Pará, as quais passariam a constituir junto com as residências humildes dos habitantes locais (na maior parte formada por pescadores artesanais) a paisagem urbana de Salinópolis.

O movimento de incorporação de terrenos e por conseguinte, o aumento do número de residências de veraneio na cidade de Salinópolis se intensifica a partir de meados do século XX. Este aumento no ritmo de ocupação da cidade por residências de veraneio é justificado, pela facilitação do acesso criado pelo governo do estado do Pará, através da construção e melhorias de rodovias. Ao mesmo tempo, reflete o desenvolvimento de um fenômeno que se expande a nível nacional na zona costeira brasileira, o qual diz respeito à difusão da atividade de veraneio marítimo, forma de uso e apropriação do solo litorâneo que também contribui para a difusão da lógica urbana nos espaços litorâneos.

O veraneio marítimo tem no fenômeno de segunda residência sua principal forma espacial. A produção destas formas espaciais desencadeia no espaço urbano de Salinópolis uma desenfreada procura por terras urbanas por parte da elite econômica paraense, revelando uma tendência de moda assimilada por esta classe a nível nacional, o de morar no litoral, ou então de pelo menos possuir residências neste espaço, onde poderiam se refugiar durante períodos de férias, feriados prolongados ou mesmo fins de semana.

A procura por terras para a edificação de residências de veraneio em Salinópolis direcionou-se inicialmente, para os locais de ocupação já consolidadas, no caso, o bairro onde teve início o povoamento que daria origem à cidade, o bairro do Destacado. A preferência em edificar as residências de veraneio nesta área da cidade se justifica pela presença de atributos espaciais nela existentes, como, por exemplo, as amenidades naturais (praia e a incidência de brisa marítima), terreno apropriado para construção da residência de veraneio, haja vista, que grande parte do bairro estava situada sobre unidade morfológica de planalto e sobretudo, por já contar com uma pequena presença de equipamentos urbanísticos.

Logo o assédio aos terrenos e propriedades presentes nesta área da cidade se constituiria em fator de pressão de segmentos sociais externos sobre a população residente do local que como já foi mencionado, era constituída em grande parte por pescadores. A pressão dos agentes externos sobre a população local insidia na compra dos terrenos e propriedades destes últimos que apesar de resistência, logo cederam à pressão externa, tendo assim que procura novas áreas da cidade para habitar, nem sempre apropriadas para moradia. Vale ressaltar que inicialmente tal pressão era exercida por iniciativa dos veranistas, o que mais adiante se intensificaria com atuação de agentes ligados ao mercado imobiliário. Tal fato reforça uma das consequências da atuação do consumo de segunda residência nos espaços litorâneos, qual seja o de desorganizar a sociabilidade local e dinamizar o mercado de terras no espaço onde atua.

Assim, o número cada vez maior de residências de veraneio no bairro do Destacado vai atribuindo a este fragmento do espaço urbano de Salinópolis um caráter relativamente homogêneo tanto na paisagem quanto no conteúdo social, distinguindo-se assim do restante da cidade. Se anteriormente, a denominação de Destacado fora atribuída ao bairro por estar situado no local onde os práticos eram destacados para auxiliar as embarcações que navegavam nas águas de Salinópolis, atualmente o sentido da denominação do bairro pode ser redirecionada, passando a referir-se ao caráter de destaque de suas habitações, marcado pelo padrão luxuoso da maioria delas.

Neste bairro, o caráter relativamente homogêneo do espaço se deve em primeiro lugar, ao fato de que quase a totalidade dos imóveis representarem residências de veraneio, inclusive, estando situada nesta parte da cidade a segunda residência oficial do Governo do Estado (quase porque neste bairro também estão presentes hotéis e a câmara dos vereadores). Em segundo lugar pela presença de uma boa quantidade de equipamentos urbanos presentes neste bairro, o que o qualifica como o bairro de melhor infraestrutura urbanística da cidade. E por fim, pelo padrão luxuoso da maior parte das residências, o que indica a existência de

grupos sociais que dispõem de elevado poder de compra, mas que no entanto, não representa a elite econômica da cidade. Por estes motivos, pode-se afirmar que este bairro de Salinópolis se apresenta no mercado de terras enquanto o espaço mais valorizado de Salinópolis.

Deste feita, o bairro do Destacado constitui-se no espaço urbano de Salinópolis enquanto bairro elitizado, onde reside, mesmo que periodicamente, uma classe social com níveis de renda elevado e que se beneficiam de boa estrutura urbanística nele instalada.



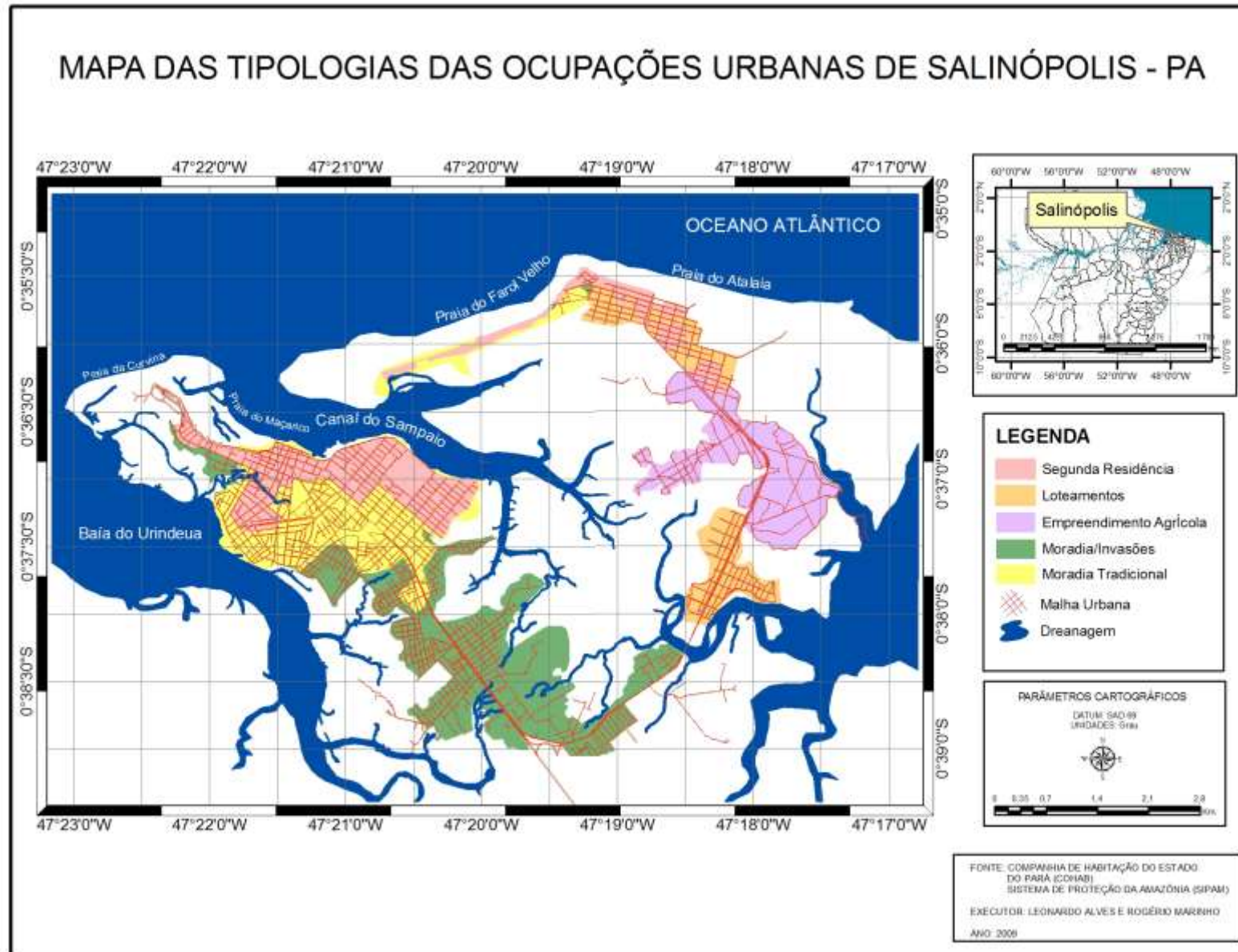
Figura 9 e 10: Padrão das residências de veraneio no bairro do Destacado. (Fonte: Marinho, 2008)

Entretanto, o caráter periódico da estada de seus moradores incorre na configuração de algumas questões. Como é caso, por exemplo, da ausência de estabelecimentos comerciais, (não considerar os hotéis presentes neste bairro), os quais não se instalam no bairro em virtude do caráter flutuante de seus moradores, a ainda, a incidência de delitos como arrombamento de residências que ocorrem principalmente nas residências de veraneio que não dispõem de serviços de vigilância ou de serviços de caseiro.

A expansão das residências de veraneio no espaço urbano de Salinópolis constitui-se em um fenômeno de grande expressividade e, ao mesmo tempo, de grande atuação na reorganização do espaço dessa cidade. Atualmente, este fenômeno compreende uma extensa área urbana, compreendendo bairros inteiros, como no caso do Destacado, e expande-se sobre outros bairros, que pioneiramente foram ocupados pelos antigos moradores que antes residiam no bairro do Destacado ou que por aqueles que migraram para cidade, atraídos pela possibilidade de emprego na construção civil, setor dinamizado pelas obras ligadas ao turismo e à construção das residências de veraneio.

Como consequência da expansão do fenômeno de segunda residência na cidade de Salinópolis, observa-se a produção de espaços desprovidos de dinâmicas sociais permanentes, espaços sem vivências, sem relações de vizinhanças, sem cotidiano, ou se seja, sem sociabilidades, uma vez que seus proprietários não chegam estabelecer entre si relações orgânicas concisas, haja vista, que a permanências deles na cidade não é mais que um mês, ou não vão além de finais de semana.

A expansão dessas formas espaciais na cidade tem contribuído para o deslocamento da espacialidade das relações sociais para locais antes não habitados, ao mesmo tempo, que isolados das áreas onde predominam as residências de veraneio de dinâmica social regular da cidade, do convívio da maior parte dos moradores que realmente vivem n(a) cidade, tendo em vista que estas áreas do espaço urbano de Salinópolis são pouco frequentadas pela população local. Pode-se dizer que, durante o período em que os reais proprietários das residências de veraneio (veranista ou o “Barão” como denomina a população local) não estão na cidade, os poucos frequentadores destes espaços são os caseiros, responsáveis pela manutenção física da residência e em alguns casos, pela própria segurança da residência, e os funcionários das empresas de segurança particular, que visitam estas áreas da cidade para fazer a manutenção do sistema de vigilância eletrônico de algumas residências de veraneio.



Mapa 7: Expansão das residências de veraneio e outras modalidades de ocupação urbana em Salinópolis.

Entretanto, o avanço da atividade de veraneio marítimo não tem contribuído apenas para a expansão de áreas onde predominam residências de veraneio. Esta atividade também tem sido responsável pelo avanço do processo de produção de espaços periféricos e segregados na realidade urbana de Salinópolis.

A produção de espaços periféricos na cidade em questão está diretamente associada ao avanço do fenômeno de segunda residência que tem como agentes produtores os antigos moradores das áreas atualmente tomadas por residências de veraneio, os quais foram pressionados a vender suas propriedades; e as pessoas atraídas para a cidade pela possibilidade de conseguir emprego no setor de construção civil ou de turismo, passando a ocupar determinadas áreas, que gradativamente são incorporadas ao tecido urbano da cidade de Salinópolis.

Inicialmente, o processo de ocupação de novos espaços destinados à habitação da população local (sobretudo os que venderam suas propriedades) e da população chegada (que não tiveram acesso ao mercado legal de terras), limitou-se às áreas próximas ao núcleo que deu origem a cidade, onde já estavam estabelecidos alguns serviços como pequenos estabelecimentos comerciais e serviços institucionais (escolas, delegacia, posto médico), mas também por estarem situadas às proximidades das saídas para o mar, tendo em vista que uma parte significativa dos habitantes destas novas áreas era constituída por pescadores. É o caso, por exemplo, dos Bairros da Prainha e do Porto Grande, bairros que surgiram e se adensaram a medida que se intensificava a produção de residências de veraneio.

De forma gradativa, alguns destes espaços institucionalizaram-se, consolidando a ocupação residencial e passando assim, a receber melhorias infraestruturais criadas pela Prefeitura Municipal. Vale ressaltar que uma parte considerável das áreas ocupadas correspondiam à planícies de maré (manguezais), suscetíveis aos alagamentos periódicos proporcionado pelo regime de maré. Neste sentido, a dotação de equipamentos urbanísticos nestas áreas se consistiu num processo de urbanização dos ambientes de manguezais.

A dotação de equipamentos urbanísticos nestas áreas contribui para sua valorização, desencadeando novamente, a procura de propriedades e terrenos para a construção de residências de veraneio, é caso, por exemplo, de bairros como Guarani, São Vicente e São Tomé que apresentam um considerável número desses imóveis, mas não chegam a constituir a totalidade como no caso do bairro Destacado. Em tais bairros, dividem o espaço as residências de veraneio e as casas dos moradores da cidade, com um avanço cada vez maior das primeiras formas espaciais nestes bairros.

Com efeito, é somente a partir da década de 1980 que a paisagem urbana de Salinópolis passa a apresentar grandes alterações. Tal mudança na paisagem sinaliza para o espantoso crescimento de áreas de ocupação espontâneas, que se expandem ao longo da PA-124 que dá acesso à cidade e da PA-444, que liga a cidade à Ilha do Atalaia.

Para Monteiro (1993), a expansão das ocupações espontâneas ao longo das rodovias estaduais acima citadas, está relacionada à ocupação das terras do projeto AGRISSAL, após o fim das atividades desenvolvidas pela empresa. As terras do projeto por algum tempo contiveram o avanço da ocupação de terras pela população local em direção às rodovias estaduais, restringindo o processo ao entorno das áreas já consolidadas da cidade que em grande parte correspondia a terrenos de baixa topografia, no caso planícies de maré, portanto, sujeitas as periódicas inundações.

Com a desativação do projeto AGRISSAL, suas terras passaram a ser o principal destino das camadas sociais que buscavam novos locais para construir suas habitações. A ocupação destas terras é promovida em parte pela população que vendeu sua propriedade para o veranista e também por pessoas oriundas de outras localidades, que viram no desenvolvimento do veraneio marítimo e do turismo uma possibilidade de sobrevivência.

Na malha urbana da cidade de Salinópolis, estas ocupações espontâneas vão constituir o espaço periférico da cidade, ou seja, locais afastados do que se considera o centro urbano (onde estão alocados os principais serviços urbanos) e ao mesmo tempo, com déficit de infraestrutura urbana e serviços institucionais. Neste espaço, estão situados os bairros considerados pobres da cidade, concebidos em terrenos irregulares e em grande parte impróprios para se habitar. Em virtude do crescimento espontâneo configura-se nestes locais um plano de ordenamento urbano irregular, com a predominância de subequipamentos urbanos como, por exemplo, de ruas sem traçado regular ou revestidas de asfalto, carência em termos de saneamento básico e fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água clandestinos.

No que concerne às residências, observa-se certa degradação na qualidade das construções (de madeira, pau-a-pique e alvenaria inacabadas), as quais se encontram em grande parte inacabadas. Este aspecto precário das construções, bem como a quase nula presença de infraestrutura no local, revelam o baixo nível de renda de seus habitantes (ambulantes, pescadores, pedreiros, assalariados, etc.) e ainda, certo abandono por parte do poder público no investimento de melhorias infraestruturais e sociais nestes locais.



Figura 11: Padrão das residências e da infraestrutura urbana do bairro Atlântico II. (Fonte: Marinho, 2008)

As áreas de ocupações espontâneas mais recentes na cidade de Salinópolis, atualmente dizem respeito aos locais ocupados ao longo das rodovias estaduais PA- 124 e PA- 444, que correspondem aos bairros do Atalaia (por estar situado ao longo da PA- 444, que dá acesso à ilha do Atalaia), Nova Brasília, Atlântico I e II, Pedrinhas, Bom Jesus I e II. Em virtude do caráter irregular das ocupações que deram origem a estes bairros, não é possível delimitar com exatidão seu limites, o que tem proporcionado alguns transtornos à população local em termos de regularização de alguns serviços como é caso dos serviços de correio.

A produção e incorporação destas áreas de ocupações periféricas ao contexto urbano da cidade contribuiu para transformações na morfologia urbana de Salinópolis que logo é refletido por meio das habitações que de acordo com Carlos (2006) são formas imediatamente visíveis da diferenciação de classe no espaço.

Neste sentido, estabelece-se uma hierarquização sócioespacial da realidade urbana de Salinópolis, opondo de um lado as residências de veraneio, situadas em locais bem estruturados e valorizados, correspondente aos locais de uso periódicos de grupos sociais de elevado nível de renda (os veranistas), e de outro lado as humildes residências construídas em locais desprovidos de infraestrutura urbana, condicionando aos seus moradores baixa qualidade de vida e, que ao mesmo tempo é indicativo de baixo nível de renda de seus proprietários.

Em meio ao avanço de tais processos (expansão das residências de veraneio e das áreas de ocupação espontânea) ligados ao avanço do veraneio marítimo e em menor grau do turismo, a cidade de Salinópolis tem suas dimensões urbanas redefinidas. Com isso, configura-se no espaço urbano desta cidade, uma reprodução diferenciada do espaço, com

tendências homogêneas, no entanto, fragmentadas, separadas, ou seja, depara-se nesta cidade com espaços cujo caráter homogêneo é fragmentado e contraditório, em que de um lado, encontram-se áreas residenciais onde predominam residências de veraneio, normalmente, áreas bem infraestruturadas, e, portanto, valorizadas no contexto da cidade, revelando a presença de classes sociais de elevado nível de renda, que desfrutam periodicamente das belezas naturais da cidade sem abrir mão do conforto e luxo a que estão habituados.

De outro lado, a homogeneidade do espaço é marcada pelas formas precárias e irregulares de ocupação de algumas áreas da cidade, onde predominam residências de baixo padrão, situadas em locais com pouca ou quase nenhuma infraestrutura urbana ou serviços públicos. Nestes locais reside a maior parte da população da cidade com baixos níveis de renda, que diferentemente dos veranistas, convivem de forma permanente com a precariedade.

Esta separação física e social da cidade revela como o processo de segregação sócioespacial que se materializa espacialmente no espaço urbano de Salinópolis. De um lado, restringindo ou mesmo confinando uma enorme parcela da população a espaços cuja reprodução da vida não dá de forma apropriada, e por outro lado, dotando de investimentos públicos áreas privilegiadas, atendendo a um grupo social que apenas periodicamente está na cidade.

Deste modo, o espaço urbano de Salinópolis revela o aprofundamento crescente das desigualdades sociais, decorrentes da difusão de novas formas de uso e apropriação do espaço litorâneo, as quais carregam como premissa a conversão do solo em mercadoria, realizando-o enquanto valor de troca, eliminando os lugares de sociabilidade em detrimento da reprodução da lógica do veraneio marítimo e do turismo.

Assim, o espaço urbano de Salinópolis revela como conseqüência do avanço de formas de apropriação e uso do solo mais integradas à lógica do valor de troca, a produção da segregação sócioespacial, que aparece na expansão da periferia, agregando em seu espaço vidas que se reproduzem de forma precária à revelia do poder público, que nega a criação de condições infraestruturais e sociais básicas para a produção da vida social.

4.3- A organização sócioespacial temporária do espaço urbano de Salinópolis

Observando a cidade de Salinópolis por algum tempo, a impressão que se tem é que existem duas cidades dentro de uma. Esta impressão se justifica pelas distintas formas de organização social que a cidade assume ao longo do ano.

Em função das atividades de veraneio e do turismo, sobretudo no mês de julho e dezembro, claramente o espaço urbano desta cidade do litoral paraense assume uma nova dinâmica social, contrapondo-se a que perdura durante os outros meses do ano.

Com base nas observações realizadas durante as pesquisas de campo, pôde-se observar que fora dos meses de maior visitação por parte de veranista e eventuais turistas (que corresponde ao período de março a junho e agosto a novembro), a cidade organiza-se em torno de um cotidiano que lhe é peculiar, ditado por uma temporalidade que ainda permite caracterizar a cidade como pequena e de forte apego à atividade pesqueira.

Durante estes meses, pode-se afirmar que a cidade em questão segue seu ritmo normal, estando a reprodução das relações sociais espacializadas sobre espaços de grande significado e integrados ao cotidiano dos habitantes, da cidade de Salinópolis, ou seja, espaços de sociabilidade.

Espaços como as praças da igreja São Pedro, da igreja Matriz (N^aSr^a do Socorro) e a Luiz Bentes, bem como os bairros onde estão situados os serviços comerciais (Ponta da Agulha) e outros onde habitam os moradores que de fato vivem na cidade (Prainha, Guarani, Barreiro, além das áreas de ocupação recentes), e ainda a feira do Porto Grande, são os locais onde se desenrola as práticas sociais que fazem parte do cotidiano dos habitantes da cidade.

A feira do Porto Grande, que também é muito freqüentada por veranistas e turistas, pode ser visto como um espaço síntese de tal questão. Nota-se que nos períodos de não visitação por parte dos veranistas e turistas, as relações sociais neste espaço se dão de forma mais orgânica entre os agentes sociais, coisa que não ocorre quando os visitantes se fazem presentes na cidade quando então os preços dos produtos sofrem alterações de preços, tornando-se mais caros limitando o acesso dos moradores da cidade a determinados produtos (sobretudo os alimentos, como peixe), ou então quando a relação entre, morador da cidade e vendedor é estremecida, em virtude da maior atenção que este último destina ao veranista ou turista, potenciais consumidores dos produtos comercializados pelos vendedores.

É também durante este período do ano que a cidade Salinópolis apresenta em seu espaço urbano alguns locais subutilizados pela população local, espaços estes que permanecem desocupados sem funcionamento em grande parte do ano, vazios de relações

sociais. É caso do bairro do Destacado onde a totalidade das moradias são residências de veraneio e do complexo turístico Orla do Maçarico onde estão alocados inúmeros estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, galerias e lojas, mas que durante o período do ano aqui tratado (março a junho e agosto a novembro), encontram-se fechados, sem funcionamento.

No primeiro caso, evidencia-se um bairro inteiro sem moradores, sem dinâmica social, sem relações de vizinhança, ou seja, trata-se de um espaço sem significado e desarticulado do cotidiano da maior parte dos habitantes da cidade. Neste período do ano, os únicos frequentadores deste espaço são os caseiros, responsáveis pelos cuidados com as residências de veraneio e as empresas de vigilância particular.

Esta também é a situação do complexo turístico Orla do Maçarico, obra de autoria do governo do Estado do Pará (gestão PSDB), concebida com o objetivo de fomentar a atividade turística na cidade, mas que fora dos períodos de maior visitação apresenta-se sem grandes atrativos, tendo em vista que neste período do ano este espaço não oferece ao moradores de Salinópolis os serviços que normalmente estão a disposição do veranistas e turistas que freqüentam a cidade nos meses de julho e dezembro. Neste sentido, o complexo orla do Maçarico também se constitui como um espaço distante das práticas sociais do moradores de Salinópolis que têm nas praças da cidade seus espaços de encontro.



Figura 12 e 13: O complexo Orla do Maçarico nos períodos fora de visitação. (Fonte: Marinho, 2008).

Entretanto, este quadro sócioespacial da cidade de Salinópolis, durante os meses de julho e dezembro passa por transformações. É nestes meses que a cidade realmente exerce a função de espaço turístico-balnear.

Nestes meses, a cidade chega a receber cerca de 800 mil pessoas (estimativas da prefeitura de Salinópolis) atraídas por suas belezas naturais. Em tais períodos, a cidade vive

um ritmo mais acelerado em grande parte impulsionado pelo ritmo social dos veranistas e turistas que ditam mesmo que de forma temporária, uma reorganização do espaço urbano de Salinópolis.

Os traços deste processo de reorganização sócioespacial da cidade de Salinópolis podem ser identificados, por exemplo, na organização dos locais da cidade mais freqüentados pelos visitantes, pelo dinamismo dos estabelecimentos comerciais (supermercados, farmácias, entre outros) e feiras que passam a receber uma grande demanda de consumidores, no grande fluxo de automóveis que transitam pela cidade em direção a feira do Porto Grande (principalmente durante o período da manhã, quando então os veranistas procuram os cafés da manhã das barraquinhas com iguarias locais, ou mesmo vão comprar alimentos), as praias (Atalaia, Farol Velho, Maçarico e Corvinas), ou então em direção ao complexo turístico orla do Maçarico, principalmente durante a noite para o desfrute das atividades pós praia, e por fim, cabe mencionar a ocupação das residências de veraneio (que passaram a maior parte do ano fechadas) por seus proprietários.

Todos estes processos, produtos do avanço do veraneio marítimo e do turismo, interferem de maneira significativa na vida da população local. Este período do ano representa para grande parte dos moradores da cidade um momento de possibilidades para aumentar a renda familiar, seja através da execução de trabalhos formais nos estabelecimentos hoteleiros, restaurantes ou lojas, porém temporários, uma vez que o contrato de trabalho é rescindido assim que termina a temporada de maior visitação da cidade, ou então, através desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao mercado informal, atuando assim, como ambulantes nos locais mais freqüentados pelos veranistas e turistas, principalmente nas praias e a orla do Maçarico.



Figura. 14 e 15: Complexo Orla do Maçarico durante o mês de julho de 2008. (Fonte: Marinho, 2008) públicos como fornecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo tornam-se deficitários nestes períodos do ano. Um exemplo disso é a coleta regular de lixo da cidade que se torna insuficiente para

atender a totalidade dos bairros da cidade, acarretando no acúmulo de lixo nas vias públicas, principalmente aquelas localizadas nos bairros mais periféricos, situação que não ocorre nos bairros onde o número de residências de veraneio é maior.

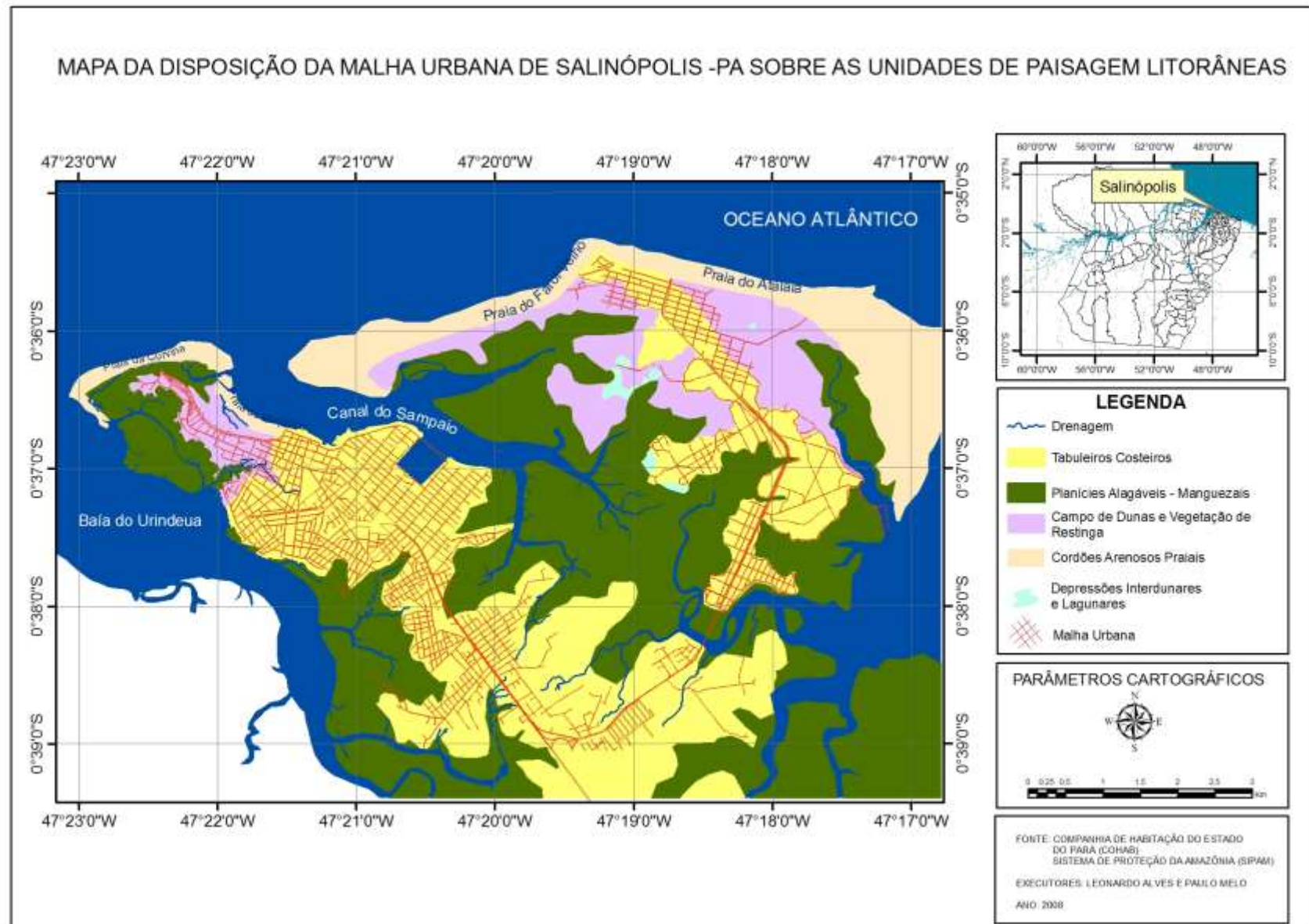
Tal situação elencada acima se apresenta como um reflexo da influência das atividades de veraneio marítimo e turismo sobre a organização do espaço urbano de Salinópolis. Neste processo, percebe-se não apenas uma organização espacial voltada para os que vêm de fora, como também o caráter segregador que estas atividades econômicas promovem na cidade, o qual não está restrito apenas à questão da moradia, mas também se estende ao direito de uso pleno dos espaços criados pelo turismo e veraneio marítimo na cidade por parte dos habitantes locais. O exemplo mais marcante desse processo incide exatamente no principal produto espacial do avanço do turismo e veraneio marítimo sobre a cidade de Salinópolis, o complexo turístico Orla do Maçarico, que durante a maior parte do ano não possibilita aos moradores de Salinópolis usufruir de seus atrativos, e nos períodos de funcionamento, limita estes moradores por conta dos altos custos dos serviços oferecidos na quase sua totalidade só ao alcance dos visitantes da cidade.

4.4- A urbanização das áreas de proteção ambiental do entorno da cidade de Salinópolis

Certamente, um dos aspectos mais marcantes nos espaços litorâneos está relacionado ao elevado potencial ecológico e paisagístico a eles associados. Tais atributos naturais assumem grande importância quando se leva em consideração suas possibilidades de usos econômicos, estejam eles atrelados à formas tradicionais de exploração, como é o caso da pesca artesanal, ou aquelas consideradas modernas, como das atividades portuárias, turismo ou veraneio marítimo.

Na cidade de Salinópolis, a presença destes atributos naturais (praias, dunas e manguezais) constituíram o fator preponderante para o desenvolvimento da atividade de veraneio marítimo e para o incentivo a atividade turística. Entretanto, atualmente estes atributos naturais têm sido os principais alvos dos efeitos impactantes causados pelo crescimento da malha urbana induzido por estas mesmas atividades econômicas.

Antes de adentrarmos nos impactos ambientais causados pelo avanço de uma das faces da urbanização, à expansão física, é interessante visualizar como estão distribuídos no sítio urbano de Salinópolis os ambientes naturais.



Mapa 8: Disposição da malha urbana da cidade sobre as unidades de paisagem. (Adaptado de Melo 2008).

A partir da observação do mapa acima, percebe-se que sítio urbano de Salinópolis está sobreposto às unidades de paisagens e ao mesmo tempo envolvido por elas que conforme a classificação de Melo (2008) corresponde a geossistemas de tabuleiros costeiros, planícies alagáveis (áreas de manguezais), cordões arenosos (praias) e planícies não alagáveis (cordões de dunas).

Como resultado da expansão da urbanização (ou da sociedade urbana) impulsionada pelas atividades de veraneio marítimo e do turismo, a cidade de Salinópolis tem crescido de forma horizontal sobre estas unidades de paisagem. Estas de forma gradativa têm integrado a malha urbana da cidade, seja por meio de ações consideradas institucionais, como no caso das ações infraestruturais promovidas pelo Estado (na esfera estadual principalmente), seja por ações ilegais, como no caso das ocupações espontâneas, o que demonstra um grande descaso com a preservação destes ambientes e ao mesmo tempo a conversão de tais ambientes em solo urbano.

Nesta cidade do litoral do Pará são inúmeras as formas de manifestações que suscitam a incorporação dos ambientes naturais já mencionados ao tecido urbano o que ocorre quase sempre de maneira impactante.

Uma primeira manifestação desse processo é identificado na ilha do Atalaia. Neste espaço, encontram-se formas espaciais construídas sobre ambientes de praias e dunas diretamente atrelados à expansão do veraneio marítimo e do turismo. É o caso das barracas de comerciantes que se estendem constituindo um extenso corredor ao longo da praia do Atalaia. Estes estabelecimentos comerciais, criados para atender a demanda de visitantes que usufrui dos banhos de mar, funcionam em condições extremamente nocivas ao ambiente de praia, como exemplo disso, pode-se relatar a presença de fossas expostas e esgoto que despejam os efluentes no mar.

Ao lado destes estabelecimentos comerciais, também se fazem presentes residências de veraneio, as quais se estendem também para a praia do Farol Velho, que da mesma forma despejam parte dos dejetos domésticos no mar. Vale ressaltar que tais problemas ganham maiores proporções nos períodos de visitação da cidade sobretudo no mês de julho.



Figura 16: Barracas comerciais (bares e restaurantes) na praia do Atalaia. (Fonte: Marinho, 2008).



Figura 17: Residências de veraneio na praia do Atalaia. (Fonte: Marinho, 2008).

Ainda na Ilha do Atalaia, mas agora sobre os ambientes de dunas, pode ser encontrado um considerável número de edificações. Sobre este ambiente costeiro estão alocadas residências de veraneio, conjuntos habitacionais de veranistas, pousadas e prédios e ainda estão projetados alguns loteamentos. Pode-se dizer que na ilha do Atalaia os ambientes de dunas tem sido o principal alvo de empreendimentos imobiliários, tanto de baixo quanto de alto padrão.



Figura 18: Construções e lotes urbanos sobre áreas de dunas. (Fonte: Marinho, 2008).

Mas indiscutivelmente os ambientes de manguezais são os locais onde o processo de ocupação se deu de forma mais intensa e que como foi observado no decorrer da pesquisa, ainda está longe de terminar.

Como se pôde observar no mapa das unidades de paisagem, as planícies alagáveis cobertas por mangue representam uma área considerável presente no sítio urbano de Salinópolis, envolvendo uma faixa estreita e pequenas manchas do planalto costeiro.

Como já foi mencionado neste trabalho, o processo de ocupação e produção do espaço que hoje é a cidade de Salinópolis teve início nos terrenos mais elevados, justamente o planalto costeiro, que mais tarde, em virtude do desenvolvimento do veraneio marítimo e do turismo, começam a ser ocupados por residências de veraneio e alguns estabelecimentos hoteleiros, desapropriando os antigos moradores que passaram a ocupar as áreas do entorno, correspondente as planícies alagáveis cobertas por vegetação de mangue, terrenos mais baixos e sujeitos às periódicas inundações.

Por conta disso, pode-se dizer que no contexto de expansão da malha urbana da cidade de Salinópolis, os ambientes de manguezais foram os locais que de imediato integraram-se ao contexto urbano da cidade. Isso é constatado quando se observa que alguns bairros, situados sobre estes ambientes, como no caso do Guarani I, encontram-se hoje dotados de boa infraestrutura urbana, o que pressupõem uma ocupação consolidada.

Atualmente, grande parte das áreas de ocupação mais antigas sobre os ambientes de manguezais já se encontram total ou parcialmente urbanizados, contando com ruas asfaltadas, fornecimento regular de energia elétrica e águas, iluminação pública, entre outros serviços o

que contribuiu para a valorização das propriedades. Tal fato tem transformado estes locais em alvos do assédio por parte de agentes imobiliários e veranistas a procura de propriedades.

Mas ainda é realidade no espaço urbano de Salinópolis um considerável número de áreas de ocupações recentes sobre as áreas de manguezais. Nestes locais, as condições de moradias são as mais precárias possíveis. Nestas áreas de ocupação espontâneas as residências, em grande parte de madeira, são erguidas sobre solo lamoso e constantemente inundável segundo o regime de preamar e baixar, sendo possível encontrar vegetação de mangue circundando as moradias.

Em tais áreas, ainda desprovidas de equipamentos urbanos, habita uma grande parcela da população carente da cidade de Salinópolis, que de forma precária e clandestina projetam a primeira ordenação do espaço a ser ocupado, projetando de forma irregular o traçado das ruas, o tamanho dos terrenos e o fornecimento de energia elétrica e água. Contribui para reforçar a paisagem degradante destes espaços o grande acumulo de lixo que em virtude da falta do serviço de coleta regular de lixo são jogados céu aberto, esperando que o movimento de maré (enchente e vazante) dê outro destino para o lixo. Ao lado deste problema, pode ser colocado outro que diz respeito ao do esgoto das residências que através de destes locais valas ou de forma direta são despejados nos canais de maré.



Figura 19, 20 e 21: ocupações residenciais sobre áreas de planícies alagáveis de manguezal. (Fonte: Marinho, 2008).

No entanto, o processo de ocupação dos ambientes de manguezais não está restrito apenas aos avanços das ocupações espontâneas. Em Salinópolis sobre estes ambientes também pode ser encontrada uma das obras de infraestrutura construída pelo governo do Estado do Pará durante a gestão do PSDB para incentivar o turismo na cidade, trata-se do complexo turístico “Orla do Maçarico”, obra que promoveu no seu processo de construção o aterramento e o desmatamento de uma vasta área de manguezal.

Por meio do que foi levantado até o momento, pode-se constatar que o processo de expansão da malha urbana da cidade de Salinópolis segue em direção as unidades de paisagem costeiras. Neste processo, as formas de ocupações projetadas sobre estes ambientes têm deixado um irreversível rastro de alteração e degradação às unidades de paisagem presentes (não se sabe até quando) nesta cidade da zona costeira brasileira.

Este aspecto chama atenção para as conseqüências do avanço do processo de urbanização sobre os recursos ambientais da cidade de Salinópolis, que mesmo não tendo a atividade industrial como elemento indutor, apresenta contradições geradas pela forma de uso e apropriação do espaço litorâneo, contemporaneamente, pautada no turismo e no veraneio marítimo.

Estas atividades econômicas, assim como outras geradas no seio do modo de produção capitalista tendem a organizar o espaço a partir da superposição da lógica do valor de troca sobre o valor de uso, incorporando ao contexto urbano mercantil áreas de preservação ambiental (praias, dunas, manguezais) que em tal lógica são concebidas como terras urbanas, submetendo-os ao mundo da mercadoria o que põe em risco a existência dos recursos ecológicos e paisagísticos do espaço litorâneo de Salinópolis, antes concebidos como os principais atrativos do lugar.

Considerações finais

Empenhou-se neste trabalho o delineamento das principais transformações sócioespaciais decorrentes do avanço da urbanização sobre a cidade litorânea de Salinópolis, o qual está associado ao desenvolvimento do turismo e veraneio marítimo.

Neste percurso, buscou-se apontar as formas e contradições espaciais produzidas no espaço urbano da cidade em questão, as quais equivalem à processos como o crescimento desordenado de áreas periféricas, avanço de formas ocupações sobre áreas de proteção ambiental (ocupações espontâneas, conjuntos habitacionais horizontais e prédios para fins de veraneio, barracas comerciais e infraestruturas turísticas), expansão de residências de veraneio e segregação sócioespacial.

A produção destes processos e formas espaciais no espaço urbano de Salinópolis apontam para um movimento de reprodução desigual do espaço que como na maior parte das cidades brasileiras é acompanhada de latentes contradições sócioespaciais, representadas por questões como degradação ambiental, déficit habitacional, desemprego, entre outras questões.

Neste sentido, procurou-se demonstrar que nesta cidade da zona costeira paraense, o turismo e o veraneio marítimo são os principais vetores ou indutores do processo de urbanização que neste espaço está expresso principalmente no adensamento da malha urbana da cidade, no crescimento populacional e nas mudanças nos hábitos locais, sinalizando para a incorporação gradativa do modo de vida urbano.

No entanto, assim como na maior parte das cidades brasileiras, o desenvolvimento do processo de urbanização em Salinópolis se fez acompanhar de dilemas e contradições urbanas. Neste espaço do litoral paraense, tais dilemas e contradições urbanas estão expressos na forma de graves agressões ambientais aos ecossistemas costeiros (praias, dunas e manguezais), promovido pelo avanço das ocupações urbanas (hotéis, pousadas, condomínio verticais e horizontais, casebres, barracas) sobre estes ambientes litorâneos; na mudança do cotidiano dos habitantes locais, na produção de espaços seletivos como os bairros onde a maior parte das habitações são moradias de veraneio; e através da segregação sócioespacial que se manifesta nos espaços de moradias destinados à população local (periféricos e carentes de equipamentos urbanos) e na privação do uso dos espaços criados para subsidiar a atividade turística e veraneio marítimo na cidade como o complexo turístico Orla do Maçarico.

Vistas como possibilidades de desenvolvimento econômico para a cidade de Salinópolis (mas também para o município), o turismo e veraneio marítimo mais contribuíram para a produção de problemas sociais na cidade do que propriamente para o seu

desenvolvimento. Questões como especulação imobiliária, desemprego e informalidade, criminalidade, prostituição, carência de equipamentos e serviços urbanos nos bairros mais periféricos da cidade são alguns dos problemas sociais surgidos ou intensificados com a expansão das atividades econômicas acima mencionadas.

Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a cidade em alguns pontos foi dotada de bons equipamentos urbanos, mas que ficaram restritos aos espaços onde o número de formas espaciais ligadas ao turismo ou veraneio marítimo são mais evidentes como no caso do bairro do Destacado onde é consideravelmente elevado a quantidade de segunda residência e onde também estão presentes alguns empreendimentos hoteleiros, espaço este que não se insere no cotidiano da população local na maior parte do ano.

Também ficou evidente na cidade de Salinópolis, a supervalorização das atividades de veraneio marítimo e turismo, tanto por parte da poder local (prefeitura municipal), quanto pela esfera governamental de poder (na gestão do PSDB), fator que pode ser apontando como o principal desencadeador das contradições sócioespaciais neste espaço.

Restritas à dotação de infraestruturas urbanas e turísticas, as políticas desenvolvidas e direcionadas à cidade de Salinópolis mais aguçaram os problemas sociais do que se constituíram em soluções para eles, ou ainda, serviram mais como instrumentos de exclusão social do que políticas sociais de caráter inclusivas socialmente. Evidências disso, são os irreversíveis problemas ambientais causados à planície costeira do Maçarico (composta por ecossistemas de praias, dunas e manguezais), onde foi construído o complexo turístico Orla do Maçarico sem o mínimo de consideração pela vulnerabilidade e dinâmica dos ecossistemas costeiros e os investimentos em infraestruturas urbanas pontuais na cidade, concentradas nos locais mais atrativos da cidade ou então nos bairros onde o número de segunda residência é expressivo.

O caráter restrito das políticas públicas destinadas à Salinópolis (o qual não vai além do plano físico-territorial) caracteriza-se pelo esforço em dinamizar a economia da cidade (mas também do município) através do desenvolvimento do turismo e do veraneio marítimo. Tal fato limitou o direcionamento das políticas públicas para outros setores, deixando assim de criar alternativas de desenvolvimento sócioeconômico a partir da exploração de novas atividades econômicas ao mesmo tempo que tem adensado o laço de dependência dessa cidade em torno do turismo e do veraneio marítimo, principalmente em torno desta última.

Neste sentido, pode-se afirmar que a cidade litorânea de Salinópolis também padece de um mal comum a todas as cidades do Brasil, o qual diz respeito a deficiência ou ineficácia das políticas de ordenamento do espaço urbano quase sempre voltadas para reafirmar a

reprodução da cidade como realização do valor de troca, ou seja, voltadas para subsidiar a reprodução do capital. Daí a necessidade da instauração de políticas públicas inclusivas socialmente e sobretudo compatíveis com a realidade sócioespacial da cidade, considerando em suas ações as particularidades sócioespaciais (ambientais e sociais) dos espaços litorâneos, permitindo na sua forma mais ampla o direito à cidade aos de que fato vive n(a) cidade de Salinópolis.

Enfim, conclui-se que tais questões acima elencadas refletem um quadro de mudanças proporcionado pelo avanço da urbanização (ou a constituição da sociedade urbana) sobre a cidade de Salinópolis. Neste curso são redefinidas as dimensões da cidade, que tem suas formas urbanas modificadas, bem como os usos do espaço e a relação ente os moradores alterados, contribuindo dessa forma para a desintegração da vida e dos espaços do modo de vida tradicional e a afirmação do modo de vida urbano, pautado na disseminação do valor de troca.

Referências

- ADRIÃO, D. G. S. **Pescadores de sonhos: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis-PA.** Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2003.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma potência regional na economia do mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BRITO, F. M. **Salinópolis-Pa: (re) organização sócio-espacial de um lugar atlântico-amazônico.** Florianópolis: UFSC (Dissertação de mestrado), 2004.
- CARDOSO, B. **Salinópolis: a cidade mais querida do Pará.** Salinópolis, 2001.
- CORRÊA, R. L. **Rede urbana.** São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2004.
- CARLOS. A. F. A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Urbanização, crise urbana e cidade no século XXI.** In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs). *Panorama da geografia brasileira.* São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Labur Edições (Edição eletrônica), 2007.
- CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CRUZ, R. C. **Política de turismo e território.** São Paulo, Contexto, 2002.
- DANTAS, E. W. C. **Cidades litorâneas marítimas tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI.** In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs). *Panorama da geografia brasileira.* São Paulo: Annablume, 2006.
- DIAS, M. N. **A companhia geral do grão Pará e Maranhão.** Belém: UFPA, 1970.
- _____. **Fomento e mercantilismo: a companhia do grão Pará e Maranhão (1755-1778).** Belém: UFPA, 1970.
- ENDLICH, A. M. **Perspectivas sobre o urbano e rural.** In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- _____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

- MELO, P. A. **Apropriação da natureza e sensibilidade ambiental de paisagens costeiras: proposições para a gestão ambiental da urbana de Salinópolis-PA.** Belém: UFPA (Dissertação de mestrado), 2008.
- MONTEIRO, S. V. **A reorganização espacial de Salinópolis a partir de sua transformação em estância hidromineral (1967 a 1986).** Bragança: UFPA, 1993.
- MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **A valorização do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.
- PALHETA, A. **Sal, Salinas Salinópolis.** Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- REIS, N. G. **Contribuições ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720.** São Paulo: PINI, 2000.
- REIS, M. C; MENDES, A. C. **Análise crítica do plano de urbanização do Maçarico.** Belém: Traços, v. 4, n 7, p. 17-21. Mar, 2001.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. **Manual de geografia urbana.** São Paulo; EDUSP, 2008.
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 2004.
- WEHLING, A; WEHLING, M. J. C. **Formação do Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.